

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**



**ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM BANDAS MARCIAIS
DE ESCOLAS REGULARES: VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE**

**Frederico Antônio Dervão Jovini
Orientando**

**Maria da Piedade Resende da Costa
Orientadora**

2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**



**ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM BANDAS MARCIAIS
DE ESCOLAS REGULARES: VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial para obtenção de título de Mestre em Educação Especial – Área de Concentração: Educação do Indivíduo Especial.

**Frederico Antônio Dervão Jovini
Orientando**

**Maria da Piedade Resende da Costa
Orientadora**

2014

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

J86ed

Jovini, Frederico Antônio Dervão.

Estudantes com deficiência intelectual em bandas
marciais de escolas regulares : valorização da diversidade /
Frederico Antônio Dervão Jovini. -- São Carlos : UFSCar,
2014.

153 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2014.

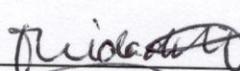
1. Educação especial. 2. Bandas marciais e estudantis. 3.
Inclusão. I. Título.

CDD: 371.9 (20^a)

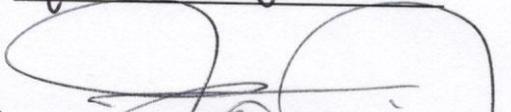


Banca Examinadora de Dissertação de Mestrado de **Frederico Antônio Dervão Jovini**.

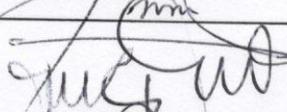
Profa. Dra. Maria da Piedade Resende da Costa
(UFSCar)

Ass. 

Profa. Dra. Rosemeire de Araújo Rangni(UFSCar)

Ass. 

Prof. Dr. Edison Martins Miron
(AFA)

Ass. 

RESUMO

JOVINI, Frederico Antônio Dervão. *Estudantes com Deficiência Intelectual em Bandas Marciais de Escolas Regulares: Valorização da Diversidade*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos. 2014.

Desenvolvida nas escolas brasileiras por meio dos militares no período republicano, a Banda Marcial Escolar caracteriza-se, atualmente, como um grupo de estudantes envolvidos com atividades artísticas na escola, dentre elas, música e coreografia. Tais atividades oferecem aos alunos um desígnio educacional que transmite valores como a disciplina, a determinação, a autoconfiança, o respeito, o coleguismo, o companheirismo e a amizade. Por essas, entre outras características, será que bandas escolares podem se oferecer como instrumento de prática inclusiva motivadora do reconhecimento das diferenças e da valorização da diversidade na escola regular? Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa foi analisar a participação de alunos com Deficiência Intelectual (DI) de uma banda de percussão de uma escola especial, incluídos em uma banda marcial de uma escola de ensino regular durante os ensaios e apresentações públicas. A realização desta pesquisa foi sob a proposta de estudo de caso; como principal fonte de evidência para a coleta de dados, utilizou-se a observação participante e a análise de dados foi de cunho qualitativo por meio da análise de conteúdo. Foi feito o estudo piloto que teve o objetivo de apurar a versão da pesquisa a ser realizada, sendo útil para ser testado o instrumento construído para o auxílio no levantamento de dados. A pesquisa foi realizada em uma escola de ensino básico que possui uma banda marcial. Os participantes da pesquisa foram: (i) 12 alunos da escola especial de ambos os gêneros na faixa etária de 11 a 22 anos; (ii) 12 alunos de uma escola regular de ambos os gêneros na faixa etária de 10 a 21 anos (total de 22 alunos); e (iii) um regente. Os critérios utilizados para a amostra do estudo da pesquisa foram: (i) ser aluno em idade escolar, estudante de uma escola especial para DI e participante da banda da escola há mais de 12 meses; (ii) ser aluno em idade escolar de até 21 anos de idade, estudante ou ex-estudante de escola regular de ensino público participante ativamente da banda da escola; e (iii) ser o regente da banda escolar incluída na pesquisa. Os dados coletados foram organizados em quadros para melhor visualização e análise. Os resultados obtidos dessas análises puderam fornecer o material necessário para investigar os efeitos e implicações do processo de inclusão de alunos com DI na banda marcial escolar. Os dados obtidos foram comparados e analisados e mostram que o trabalho realizado com bandas nas escolas regulares de ensino é um valioso instrumento para motivar a valorização da diversidade nas escolas regulares. A participação de estudantes com DI nessas atividades artísticas promovem o apoio dos colegas e o reconhecimento de suas diferenças. Assim, a prática inclusiva se efetiva.

Palavras-chave: Educação Especial; Banda Marcial; Inclusão.

ABSTRACT

JOVINI, Frederico Antônio Dervão. Students with Intellectual Disabilities in Martial Bands of Regular Schools: Valuing Diversity. Dissertation. Graduate Program in Special Education. Federal University of São Carlos. 2014.

The School Marching Band is characterized currently as a group of students involved in artistic activities at school. It was developed in schools in the Brazilian military period. It is characterized as a group of students enrolled in artistic activities among them, music and choreography. Such activities provide students with an educational plan that conveys values as discipline, determination, confidence, respect, camaraderie, fellowship and friendship. For these reasons among others, can school bands provide motivating inclusive practice recognition of differences and appreciation of diversity in regular school? The objective of this research was to analyse the participation of students from a percussion band with Intellectual Disabilities (ID) from a special school included in a marching band of a regular school during rehearsals and public performances. This research was under the proposed of a study case, a participant observation was used as the main source of evidence for data collection and the data analysis was a qualitative study using content analysis. A pilot study was conducted aiming to determine the version of the search to be performed helping to collect the data to be tested. The survey was conducted in a school of basic education that has a marching band. Survey participants were: (i) 12 students of the special school of both genders aged 11-12 , (ii) 12 students in a regular school of both genders aged 10 to 21 (total 22 students), and (iii) a conductor. The criteria used for the sample of the research were: (i) being a student with school age from a special school for ID and participant in the school band for over 12 months, (ii) being a student of school age up to 21years old, being a current student or former one of public regular school participating actively of the school band; and (iii) being the conductor of the chosen school band included in the survey. The data collected were organized into frames for easier viewing and analysis.

The results of these analyses could provide the material needed to investigate the effects and implications of the inclusion of students with ID school marching band in the process.

The data were compared and analysed and they have shown that the work performed with bands of regular schools is a valuable tool to motivate the value of diversity in regular schools. The participation of students with ID in these artistic activities promotes support and recognition of their differences. Thus, the inclusive practice is effective.

Keywords: Special Education; Marching Band; Inclusion.

LISTA DE SIGLAS

AAIDD – American Association of Intellectual and Developmental Disability
AAMD – Associação Americana para Deficiência Mental
AAMR – American Association on Mental Retardation
APAE – Associação de Pais e Amigo dos Excepcionais
CENESP – Centro Nacional de Educação Especial
CID-10 – Classificação Internacional de Doenças 10ª Edição
DEC – Departamento de Esporte e Cultura
DI – Deficiência Intelectual
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
MEC – Ministério da Educação e Cultura
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
ONG – Organização Não Governamental
PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais
RM – Retardo Mental
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
TECLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos
UNAERP – Universidade de Ribeirão Preto
UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Respostas às questões da entrevista piloto realizadas com os alunos da escola especial.....	43
Quadro 2 – Respostas às questões da entrevista piloto realizadas com os alunos da escola regular.....	45
Quadro 3 – Respostas às questões da entrevista piloto realizadas com os regentes de bandas.....	47
Quadro 4 – Características dos alunos da escola especial.....	50
Quadro 5 – Características dos alunos da escola regular.....	52
Quadro 6 – Programação de ensino.....	57
Quadro 7a – Respostas às questões da entrevista estruturada realizadas com os alunos da escola especial, pré-intervenção.....	74
Quadro 7b – Continuação das respostas às questões da entrevista estruturada realizadas com os alunos da escola especial, pré-intervenção.....	75
Quadro 8a – Respostas às questões da entrevista estruturada realizadas com os alunos da escola especial, pós-intervenção.....	79
Quadro 8b – Continuação das respostas às questões da entrevista estruturada realizadas com os alunos da escola especial, pós-intervenção.....	81
Quadro 9a – Respostas às questões da entrevista estruturada realizadas com os alunos da escola regular, pré-intervenção.....	85
Quadro 9b – Continuação das respostas às questões da entrevista estruturada realizadas com os alunos da escola regular, pré-intervenção	86
Quadro 10a – Respostas às questões da entrevista estruturada realizadas com os alunos da escola regular, pós-intervenção.....	89
Quadro 10b – Continuação das respostas às questões da entrevista estruturada realizadas com os alunos da escola regular, pós-intervenção	91
Quadro 11 – Entrevista estruturada realizada com o regente da banda marcial da escola regular.....	97
Quadro 12 – Desempenho dos alunos com DI durante os ensaios da banda marcial que compreende o 1º, 2º, 3º e 4º encontros.....	100

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Exibe a comparação das respostas dos alunos com DI PRÉ e PÓS-intervenção.....	84
Gráfico 2 – Exibe a comparação das respostas dos alunos da escola regular PRÉ e PÓS-intervenção.....	96

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice 1 – Características dos alunos da escola especial participantes do estudo piloto.....	129
Apêndice 2 – Características dos alunos da escola regular participantes do estudo piloto.....	130
Apêndice 3 – Características dos regentes de bandas participantes do estudo piloto.....	131
Apêndice 4 – Entrevista estruturada direcionada aos alunos da escola especial participantes do estudo piloto.....	132
Apêndice 5 – Entrevista estruturada direcionada aos alunos da escola regular participantes do estudo piloto.....	134
Apêndice 6 – Entrevista estruturada direcionada aos regentes de bandas participantes do estudo piloto.....	136
Apêndice 7 – Entrevista estruturada direcionada aos alunos participantes da pesquisa da escola especial, pré-intervenção.....	137
Apêndice 8 – Entrevista estruturada direcionada aos alunos participantes da pesquisa da escola especial, pós-intervenção.....	139
Apêndice 9 – Entrevista estruturada direcionada aos alunos da escola regular participante da pesquisa, pré-intervenção.....	141
Apêndice 10 – Entrevista estruturada direcionada aos alunos da escola regular participante da pesquisa, pós-intervenção.....	143
Apêndice 11 – Entrevista estruturada direcionada ao regente de banda.....	145
Apêndice 12 – TECLE aos pais dos alunos da escola especial.....	146
Apêndice 13 – TECLE aos pais dos alunos da escola regular menores de idade.....	148
Apêndice 14 – TECLE aos alunos da escola regular maiores de idade.....	150
Apêndice 15 – TECLE ao(s) regente(s) de banda(s).....	152

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Parecer do comitê de ética.....	120
Anexo 2 – <i>facebook</i> . Complementação do caderno de campo dia 13 de abril de 2013.....	122
Anexo 3 – <i>facebook</i> . Complementação do caderno de campo dia 20 de abril de 2013.....	123
Anexo 4 – <i>facebook</i> . Complementação do caderno de campo dia 01 de julho de 2013, dia da apresentação.....	124
Anexo 5 – <i>facebook</i> . Complementação do caderno de campo dia 20 de agosto de 2013.....	125
Anexo 6 – <i>facebook</i> . Complementação do caderno de campo dia 07 de setembro de 2013	126
Anexo 7 – <i>facebook</i> . Complementação do caderno de campo dia 01 de junho de 2014.....	128

Sumário

Apresentação.....	xi
Introdução.....	1
1. A trajetória da educação especial no Brasil.....	9
2. A deficiência intelectual.....	16
2.1 <i>Framework of human functioning</i>	18
2.1.1 Diagnóstico de DI conforme a 11ª edição do manual da AAIDD..	19
2.1.2 Sistemas de apoios ou suportes.....	20
2.2 Definição de DI adotada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC).....	22
2.2.1 Outras definições de DI.....	22
2.3 O Atendimento escolar do aluno com DI.....	23
3. Bandas.....	24
3.1 Das bandas marciais militares às bandas nas escolas do Brasil..	24
3.2 Bandas no cenário cívico-cultural urbano.....	27
3.2.1 O euclidianismo.....	27
3.2.2 <i>Upbeat</i>	29
3.3 A banda escolar como prática inclusiva.....	35
4. Método.....	39
4.1 O estudo piloto.....	39
4.1.1 Participantes.....	39
4.1.2 Locais.....	41
4.1.3 Instrumento.....	41
4.1.4 Procedimentos para coleta de dados.....	42
4.1.5 Procedimentos para a análise de dados.....	43
4.1.6 Considerações finais sobre o estudo piloto.....	48

4.2	A pesquisa.....	49
4.2.1	Participantes.....	50
4.2.2	Local.....	52
4.2.3	Instrumentos.....	53
4.2.3.1	Roteiros de entrevista.....	53
4.2.3.2	Caderno de campo.....	54
4.2.3.3	Informações coletadas no <i>facebook</i>	54
4.2.4	Equipamento.....	54
4.2.5	Procedimentos éticos.....	55
4.2.6	Procedimentos para a coleta de dados.....	55
4.2.7	A programação de ensino.....	56
4.2.8	Procedimento para análise de dados.....	73
5.	Resultados e discussão.....	74
6.	Considerações finais.....	108
7.	REFERÊNCIAS.....	115

APRESENTAÇÃO

Com graduação em Letras e especializado em Musicoterapia, minha contribuição para a área da Educação Especial provém de uma experiência de 10 anos de dedicação a um trabalho realizado com música em uma Escola Especial para alunos com Deficiência Intelectual. Meu trabalho consiste na organização, ensino de técnica instrumental e regência de banda de instrumentos de percussão entre alunos com deficiência. Durante meu curso de Especialização em Musicoterapia pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), apresentei como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em 2008, a Monografia intitulada: “Aspectos Positivos de uma Banda de Percussão em Apresentações Públicas entre Alunos de uma Escola Especial”. A partir dessa monografia de base, pude então direcionar o estudo para a área de Educação Especial concatenando uma discussão entre a acessibilidade da pessoa com Deficiência Intelectual na escola comum de ensino por meio da Banda Escolar. A oportunidade de efetivar esta pesquisa veio por meio do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) no qual fui admitido. O programa possibilitou a organização do conteúdo teórico da literatura e viabilizou o estudo disponibilizado neste presente trabalho dissertativo.

Minha formação em música principia na minha família: meu pai e meu avô eram músicos. Sou músico autodidata e multi-instrumentista. Em um ímpeto de trabalhar com música, conheci a Educação Especial quando iniciei o trabalho, ainda voluntário, de musicalização em uma Escola Especial em minha cidade no interior de São Paulo. No período de colaboração com a instituição, fui então convidado para organizar a banda de percussão entre alunos com deficiência. Aceitei o convite. Entretanto, não havia literatura disponível sobre bandas de tambores entre pessoas com deficiência e nem mesmo algum trabalho similar pela região interiorana do estado paulista que eu pudesse conhecer e explorar. Procurei então orientação de instrutores de fanfarras da cidade e ainda me lembro das palavras: “Você não vai conseguir”.

Principiei o trabalho. Inicialmente, ficava indignado e espantado com os sons que esses alunos reproduziam em seus tambores: eles invadiam meus ouvidos numa imersão centrípeta de ruídos e barulhos e o resultado era

caótico. Portanto, sem convidar os sons, recepcionava-os todos. Minha percepção de som como músico intuiu a não postergá-los, mas organizá-los, sincronizá-los, colocá-los em ordem nos instrumentos a fim de ritmá-los. Cada fragmento sonoro que brotava dos tambores pelas mãos dos alunos era então memorizado por mim e logo recortado da minha memória e colado numa sequência lógica ordenada ritmicamente que estabelecesse uma sincronia sonora compartilhada. Assim, cada fragmento sonoro espontâneo individual dos alunos estava organizado numa partitura mentalmente confeccionada e visualizada. A instrução, portanto, aos alunos nos ensaios era que reproduzissem suas batidas individuais no momento certo do arranjo rítmico apenas. Observei, então, depois de seis meses de trabalho, que os ensaios da banda propiciavam grande entusiasmo na produção de sons e que estas batidas individuais, depois de certo tempo de instrução, tendem a sincronizar-se com as demais. Houve nesse tempo a primeira oportunidade de apresentação pública da banda numa data cívica importante para a cidade. Nessa apresentação pude perceber a importância daquela eventualidade. O público nos recebeu com incentivos e palmas no momento da apresentação. O público presente, nessa primeira apresentação, prestigiou o desfile de uma banda entre alunos com Deficiência Intelectual de uma Escola Especial. O produto final do trabalho era, portanto, uma batida rítmica compartilhada, organizada e esteticamente aceitável. Percebi, no entanto, que a força do grupo facilita que cada integrante perceba ser ele o objeto de admiração dos demais. Assim, os fatos positivos dessa primeira apresentação, dentre outras que surgiram, possibilitaram o primeiro passo rumo ao projeto do qual frutificou o presente trabalho de pesquisa.

Minha responsabilidade como educador exige a organização do aprendizado de meus alunos, assim como os sons, organizando-os sem postergá-los, colocando-os em ordem, a fim de ensinar-lhes.

Vejo a escola como uma grande orquestra, onde o som é o aprendizado, cada instrumento musical é um aluno e cada músico o seu professor. Por mais diferentes que sejam os instrumentos musicais de uma orquestra, por mais diferentes que sejam seus sons, ou melhor, suas vozes, todos são importantíssimos e necessários para obter-se a música vigente. Para extrair o som de um contrabaixo acústico é necessário que o músico desfira-o com um

arco feito de madeira e crina de cavalo, o qual lhe proporcionará um som grave e escabroso e, já, no entanto, para tirar o som de um píforo, é necessário que o músico tenha um bom par de pulmões, pois se trata de um instrumento de sopro de som agudo e ornitológico. Se por acaso o professor não entender como se extrair o aprendizado de seu aluno, será como um músico que ferirá o píforo com um arco de crina e madeira ou soprará as cordas de um contrabaixo para se extrair seu som. Portanto, para cada aluno de uma escola, existe uma maneira diferente de se extrair o seu aprendizado, assim como, nos instrumentos de uma orquestra, existem maneiras diferentes de extrair seus sons.

INTRODUÇÃO

Os direitos educacionais da pessoa com deficiência no Brasil foram garantidos pela Constituição Federal Brasileira de 1988 que, em termos legais, assegurou o atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino, além de democratizar o acesso de todos à educação (BRASIL, 1988).

Conforme Jannuzzi (2006), até a década de 70 a escola era pouco democratizada e, boa parte do alunado no Brasil apresentava-se excluída das práticas educativas. Entre esses alunos encontravam-se substancialmente alunos com deficiência, principalmente alunos com Deficiência Intelectual (DI), os quais sofriam a incompetência da escola em seus currículos por meio de métodos e práticas inadequadas de ensino. A educação da pessoa com deficiência nessa época, assim como o enfoque da Educação Especial no Brasil, trazia na centralização da deficiência a justificativa do fracasso escolar e até a ausência desses alunos nas escolas da rede regular de ensino.

É necessário, nesse limiar introdutório, esclarecer que a denominação do termo deficiência aparece de uma forma generalizada, sendo inserido num mesmo grupo – o de pessoas estudantes em situação de deficiência – por assim haver, segundo Carvalho (2008), uma espécie de “homogeneidade básica na percepção social sobre essas pessoas [...]” (CARVALHO, 2008, p. 26). Entretanto, no desenvolvimento do texto deste trabalho, essa questão apresenta-se apurada, com discussões apenas sobre a Deficiência Intelectual (DI), acometida em jovens em idade escolar.

Recentemente alguns autores, entre eles Gomes et al (2007) e Carvalho (2008), sob justificativa do acesso de todos à escola, enfatizam que o atendimento educacional do aluno com deficiência deva ser realizado em escolas de ensino comum da rede regular, juntamente com seus pares, pois isso traz benefícios ao aprendizado social de todos os alunos da escola, por meio do reconhecimento das diferenças e da valorização da diversidade.

Segundo Gomes et al (2007), a escola comum precisa reconhecer e valorizar as diferenças dos alunos em suas práticas e concepções, pois: “São as diferentes ideias, opiniões, níveis de compreensão que enriquecem o processo escolar [...]” (GOMES et al, 2007, p.17).

Tendo como apriorismo a perspectiva da diversidade como uma unidade que valoriza as diferenças, Carvalho (2008) apresenta o seguinte entendimento de que a diversidade, como integração de diferenças numa unidade que não as anula, ativa o potencial criativo da integração entre os sujeitos e destes com seus contextos.

Conforme observou Carvalho (2008, p. 55, grifo nosso), no Brasil, o Ministério de Educação e Cultura (MEC) tem realizado, nos últimos anos, programas cujo objetivo é justamente a transformação de sistemas educacionais de extensão estadual e municipal da rede regular, para que “as **escolas** que os integram possam ser positivamente **qualificadas para o trabalho na diversidade**”. Mas, no entanto, lamentavelmente, segundo a referida autora, é com grandes dificuldades que essas articulações ocorram sistematicamente no sistema educacional brasileiro, pois estas, atualmente, acontecem apenas de uma forma esporádica (CARVALHO, 2008).

Mendes (2010) enfatiza sobre a acessibilidade da pessoa com deficiência na rede regular de ensino, porque, nos dias atuais, existem evidências que indicam um descaso do poder público no Brasil em relação ao direito à educação para alunos com deficiência. Há, segundo a autora, uma lenta evolução no crescimento da oferta de matrículas nas escolas regulares de ensino comum em comparação com a demanda existente desse alunado. Grande parte das matrículas desses alunos está concentrada na rede privada, mais especificamente em instituições filantrópicas, patrocinadas por várias instâncias do governo brasileiro. Mendes (2010) enfatiza ainda que, esse alunado é atendido, em parte, em escolas especiais privadas e filantrópicas, as quais aparentam ser uma solução prática para o problema, ocasionando assim casos de alunos que se encontram fora da rede regular de ensino, apesar de seus direitos garantidos por legislação.

Segundo Carvalho (2004), há dez anos, as estatísticas do fracasso escolar, cujos fatores como carência de vagas, elevados índices de repetência, evasão escolar e dificuldades de aprendizagem, não só no Brasil, mas também em outros países, contribuíram para que autoridades internacionais, apoiadas pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), promovessem encontros que constassem na pauta discussões

sobre a universalização da escola, com qualidade; escolas cujo princípio incitou o paradigma da educação inclusiva.

A educação inclusiva, como desejável e necessário movimento para melhorar as respostas educativas das escolas, não só para alunos com deficiências, mas para todos, deve se preocupar com as barreiras para a aprendizagem e para a participação de todos os alunos sem exclusões, independentemente de suas características físicas, intelectuais, sociais, culturais, étnicas ou econômicas, promovendo a interação entre os colegas de turma da escola e por sua vez com os objetos do conhecimento e da cultura (CARVALHO, 2004).

Autores como Kassar (2012) apontam que a diversidade de alunos na escola, entretanto, ainda é uma grande barreira para se efetivarem os direitos educacionais no Brasil, pois: “Na escola, a luta pela efetivação de direitos esbarra na identificação das diferenças ainda como algo extraordinário e não como – de fato – constitutivas de nossa população” (KASSAR, 2012, p. 845).

Apesar da dificuldade das escolas brasileiras em proporcionar o trabalho com a diversidade do alunado, a importância da prática inclusiva se faz necessária em alguns casos, pois: “Alunos que estudam junto a outros em situações comuns adquirem um desenvolvimento mais adequado” (KASSAR, 2012, p. 839).

Segundo Smith (2008), os estudos sobre a educação da pessoa com Deficiência Intelectual (DI) apontam que, embora pessoas com DI tenham mais acesso à educação, à sociedade e à independência nos últimos 20 anos, esse alunado ainda têm uma das mais baixas taxas de inclusão em escolas de ensino regular. A referida autora explicita que a DI é definida pela: (i) redução da habilidade cognitiva (intelectual) da pessoa; e (ii) pelo limitado comportamento adaptativo.

Para uma breve explicação sobre o comportamento adaptativo, o documento da *American Association on Intellectual and Developmental Disabilities* (AAIDD), o define como a “coleção de habilidades conceituais, sociais e práticas que têm sido aprendidas e realizadas pelas pessoas em suas

vidas diárias” (AAIDD, 2010, p. 43). ¹ Diferentemente de pessoas sem deficiência, as pessoas com DI necessitam de sistemas de apoios individuais, tais como: ensino especializado, conselhos, ajuda, união e colaboração uma comunidade para a realização dessas habilidades conceituais, sociais e práticas em suas vidas diariamente, como, por exemplo, preparar refeições, usar o telefone, administrar dinheiro, amarrar um tênis, ler uma receita de bolo, obter segurança no que está fazendo para não se machucar, estabelecer amizade (SMITH, 2008).

Sob a justificativa da necessidade de proporcionar, nas comunidades, escolas que valorizem a diversidade dos alunos no contexto da realidade escolar brasileira e escolas as quais também possam fomentar a prática inclusiva, sob a perspectiva de educação inclusiva, o presente trabalho de pesquisa analisa um possível instrumento motivador dessa prática, a fim de viabilizar o acesso às escolas comuns alunos com deficiência, principalmente alunos com DI, que se encontram fora da rede regular de ensino. Este Instrumento motivador utilizado, portanto, como objeto de investigação desta pesquisa, é a Banda Marcial Escolar. Em outras palavras, esta pesquisa possibilita um estudo sobre a Banda Marcial Escolar como um possível instrumento de prática inclusiva motivadora do reconhecimento das diferenças dos alunos e da valorização da diversidade na escola comum de ensino.

A Banda Marcial Escolar caracteriza-se, atualmente, como conjunto de instrumentos musicais composto de instrumentos de sopro e percussão executados por estudantes de uma escola. Esse conjunto musical de escolares é, portanto, semelhante ao modelo dos regimentos militares, preparado para a disciplina marcial. As Bandas Marciais Escolares se desenvolveram justamente nas escolas por meio dos militares no período republicano. Lima (2007, p. 37) relata que, na entrada do século XX, com o exército nacional consolidado na criação da República, “o governo usou os militares para treinarem bandas das novas escolas republicanas”.

Stige (2002), um estudioso sobre atividades musicais, especificamente entre grupos de pessoas com Deficiência Intelectual (DI), estima que essas atividades possibilitem o relacionamento entre pessoas de

¹ *Collection of conceptual, social, and practical skills that have been learned and are performed by people in their everyday lives.*

uma mesma comunidade e possibilita também o aprendizado social, a experiência de autoestima e autorrealização.

Para Stige (2002) cada pessoa, independente de suas características físicas e intelectuais, faz parte de uma comunidade, e essa comunidade é naturalmente cultural. A concepção de cultura utilizada pelo referido autor é citada em sentido mais estreito, (arte, música, entre outros) e não possibilita a interpretação do termo em sentido mais amplo (tradições, valores). Segundo Stige (2002), o desenvolvimento de sociedades modernas ocidentais faz das atividades culturais um importante caminho para a inclusão e participação da pessoa em seu contexto social.

Conforme Stige (2002), entre as atividades culturais de uma comunidade encontram-se as bandas de música que são um importante veículo para a inclusão e participação da pessoa com DI em seu contexto social comunitário.

Nesta pesquisa, sob esse enfoque em particular, que revela a participação de pessoas com DI em atividades culturais (musicais), como um importante caminho para a inclusão e participação no contexto social, a escola comum de ensino torna-se local de investigação que permite, no seu cerne, constatar se a banda marcial escolar também pode se revelar como um caminho para a inclusão e participação de alunos com DI no contexto escolar comum entre alunos sem deficiência.

Como exposto anteriormente, o grupo de uma banda de música propicia às pessoas, participantes desse conjunto, a relação interpessoal. No caso da banda marcial escolar, a inter-relação se estabelece entre os estudantes da escola em ambiente de ensaio do grupo. Assim, além de um espaço onde se estabelecem inter-relações entre seus integrantes, a banda também proporciona um espaço cultural na escola. Ratificando esse enfoque, Lima (2005, p. 101) relata que: “A banda, além de espaço de difusão cultural na comunidade, é também instrumento de socialização [...]”. Neste ponto, a banda marcial escolar, como atividade cultural, pode ser um importante caminho para a inclusão e participação do aluno com DI no contexto da escola comum, tendo em vista alunos com DI que estão excluídos desse contexto.

Por meio da inter-relação pessoal no grupo da banda, entre alunos com DI de uma escola especial e alunos sem deficiência de uma escola

regular, pode haver, contudo, a oportunidade de reconhecimento das diferenças entre eles e, por conseguinte, supostamente, por meio desse reconhecimento, a valorização da diversidade no âmbito escolar, efetivando, assim, a prática inclusiva.

Nas palavras de Carvalho (2004), práticas inclusivas nas escolas devem estimular e desenvolver o aluno na integridade de seu ser. Ainda para a mesma autora, o significado de escola inclusiva “é uma escola de boa qualidade, para todos, com todos e **sem discriminação**” (p. 114, grifo nosso).

Nesse sentido, oferecer oportunidade de desenvolvimento de uma banda marcial entre alunos com e sem deficiência, no ambiente escolar, pode ampliar possibilidades de sucesso de um processo caracterizado como prática inclusiva.

Nessa direção, valorizar e propiciar a relação entre um grupo de pessoas em idade escolar com DI de uma escola especial, e um grupo de pessoas sem deficiência da mesma idade de uma escola regular na banda marcial, pode oportunizar uma relação de apoio entre os alunos no ambiente escolar comum e, como consequência, influenciar no desenvolvimento dos alunos com DI. Uma vez que isso ocorra, entretanto, a banda escolar, por sua vez, pode viabilizar-se como instrumento de prática inclusiva na escola comum de ensino.

Segundo Santiago (1998, p. 192), há uma relação significativa entre a prática musical da banda e a elaboração da identidade urbana. Esse autor estabelece um estudo sobre como a identidade urbana é revelada por meio de práticas musicais através das bandas de música. O referente estudo evidencia que zonas urbanas que se encontram na região norte do Estado do Rio de Janeiro são identificadas por meio de expressões culturais, especificamente por grupos musicais. Segundo o autor, “[...] a prática musical reflete e expressa o espaço social em que ela investe [...]” (SANTIAGO, 1998, p. 190).

Neste presente trabalho, atreladas ao contexto de uma comunidade específica, de características educacionais, cívicas e culturais próprias, duas Corporações Musicais de escolas locais são pesquisadas definitivamente fora das terminologias ou nomenclaturas próprias da musicologia, ou de esclarecimentos históricos próprios da historiografia da música. Ao utilizar, no entanto, o fervor cultural de uma comunidade específica de uma cidade do

interior paulista, no que diz respeito a práticas musicais de bandas escolares no civismo local e usufruí-lo para a abrangência das questões que são levantadas à referente pesquisa, essas duas Corporações Musicais de escolas estão intrinsecamente consubstanciadas e fundamentadas em temáticas da Educação Especial Moderna.

Esse âmbito cívico-cultural contextualizou e promoveu, entretanto, um desígnio educacional que estabelece uma visão sobre a importância da expressividade musical e dos valores culturais da comunidade local, junto a uma estratégia que visa, contudo, a uma possibilidade de inclusão de alunos com Deficiência Intelectual (DI) nas escolas da rede regular de ensino da comunidade, por meio da banda marcial escolar.

Ao observar, portanto, a participação de uma banda de percussão, entre alunos com DI de uma escola especial no desfile cívico da cidade do interior paulista e ao observar também a participação de uma banda marcial, entre alunos de uma escola regular de ensino, no mesmo desfile, surgiu a ideia de propiciar a interação entre os alunos das duas referidas bandas em um mesmo grupo; no grupo da banda marcial dentro da escola regular de ensino. Essa eventualidade, portanto, instigou a seguinte questão de pesquisa: Será que a participação de alunos com DI na banda marcial escolar pode favorecer a valorização da diversidade na escola comum de ensino? Portanto, diante desse apontamento, a justificativa para desenvolver o presente trabalho consiste na questão pressuposta estabelecida.

Este trabalho viabilizou a inclusão de alunos com DI nos ensaios e apresentações públicas juntamente com alunos sem deficiência em uma banda marcial escolar. Essa inclusão permitiu, no entanto, investigar qual a aceitação das diferenças entre os alunos no grupo e constatar se há a possibilidade de valorização da diversidade na banda escolar e reafirmar essa como instrumento de prática inclusiva e motivadora da valorização da diversidade na escola comum de ensino.

Esta proposta vem ao encontro dos objetivos da pesquisa. A partir da problemática levantada a presente pesquisa teve como objetivo geral:

- Analisar a participação de alunos com deficiência intelectual de uma banda de percussão de uma instituição especializada incluídos em uma

banda marcial de uma escola de ensino regular durante os ensaios e apresentações públicas.

E como objetivos específicos:

- Constatar se a participação de alunos com DI na banda marcial escolar pode se oferecer como instrumento de reconhecimento da diferença e valorização da diversidade na escola comum de ensino;
- Selecionar os instrumentos de percussão adequados aos jovens com DI;
- Adaptar arranjos já existentes conforme as habilidades de cada integrante da banda marcial;
- Organizar a programação de ensino;
- Organizar e adaptar a banda marcial;
- Realizar uma apresentação musical da banda marcial da escola regular de ensino com a participação dos alunos da escola especial.

Durante o percurso desta pesquisa serão apresentadas as seguintes sessões: o referencial teórico; o método, resultados, discussão e considerações finais.

Foram tratados na fundamentação teórica os temas que constituem o foco da pesquisa, quais sejam: na primeira sessão segue a exposição sobre o enfoque direcionado à educação especial e inclusão no Brasil. Na segunda sessão há considerações sobre pessoas com DI, por ser a população alvo do estudo; e, na terceira sessão, o assunto discorre sobre as bandas musicais e a importância de grupos musicais para a pessoa com deficiência. Concluída a fundamentação teórica, a seguir, serão consideradas as seguintes sessões: Método, Resultados e Discussão e Considerações Finais.

1. A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Bronfenbremer (1996, p. 09) salienta que o conhecimento e a análise das políticas sociais públicas são essenciais para o progresso da pesquisa sobre o desenvolvimento humano no ambiente, porque “alertam o investigador para aqueles aspectos do ambiente, tanto imediatos quanto mais remotos, que são críticos para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social da pessoa”. Como um passo importante para o progresso desta pesquisa que enfatiza a prática inclusiva nas escolas, cujo objetivo é promover o desenvolvimento dos alunos, é essencial o tema voltado para o percurso sobre as políticas públicas educacionais escolares da pessoa com deficiência no quadro educacional brasileiro.

Partindo do ano de 1973, com a criação do primeiro órgão do governo federal responsável pela política de educação especial no Brasil, o Cenesp (Centro Nacional de Educação Especial) juntamente com o Ministério de Educação, foi possível uma melhor definição sobre a educação especial no país, que, segundo Jannuzzi (2006, p. 173), anteriormente vinha sendo realizada precariamente na sociedade brasileira através de “escolas, instituições para ensino especializado desse alunado, formação para o trabalho, às vezes mais às vezes menos integrados à educação regular [...]”. Sobre o fato Mendes (2010, p.100) faz a seguinte observação:

A educação especial foi estabelecida como uma das prioridades do I Plano Setorial de Educação e Cultura (1972-1974) e foi neste contexto que surgiu em junho de 1973, o Decreto 72.425, de 3 de julho de 1973, que criou o Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp), junto ao Ministério de Educação; que iria se constituir no primeiro órgão educacional do governo federal, responsável pela definição da política de educação especial (MENDES, 2010, p. 100).

Entretanto, segundo Januzzi (2006), o Cenesp pouco determinou, proclamando como já dizia a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) n. 4.024/61, que a proposta educacional com referencia ao aluno com deficiência deveria mantê-lo integrado ao sistema regular de ensino, “mas não prescrevia para esse nenhuma obrigatoriedade de apoio especializado, se necessário” (p. 159). Sugeriu, assim, a incorporação do aluno com deficiência ao sistema regular de

ensino comum; mas, nesse caso, “cautelosamente acompanhada da expressão **se possível**” expressa no documento legislativo (JANNUZZI, 2006, p. 159, grifo da autora).

Segundo Mazzota (2011, p. 77), os serviços de atendimento educacional, como competência do Ministério da Educação e Cultura (MEC) por meio do Cenesp, em ação integrada com outros órgãos do setor da educação, eram direcionados sob “exigências de diagnóstico de excepcionalidade”. Entretanto, uma clientela, para a qual nem sempre o diagnóstico de categoria de deficiência era estabelecido, passou a utilizar os serviços de atendimento educacional especializado². A educação em prol do indivíduo com deficiência também se identificou com os problemas do fracasso escolar evidenciados com a expansão da rede pública nos anos sessenta (MENDES, 2010).

Segundo Jannuzzi (2006), a escola pouco democratizada, ainda na década de 1970, era frequentada na maioria das vezes pelas camadas de nível socioeconômico mais favorecido, sendo grande facilitadora de exclusão escolar de seus alunos. É nesse aspecto que a referida autora observa que os alunos os quais eram excluídos das práticas educativas nessa época eram “[...] crianças que traziam manifestações de ambientes diferenciados e/ou mesmo sofriam a incompetência da escola nos seus currículos, inclusive com métodos e técnicas inadequados” (p. 171). Esses alunos eram caracterizados como se fossem estudantes com deficiência, principalmente intelectual.

Autoridades internacionais apoiadas pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), diante das inaceitáveis estatísticas do fracasso escolar em muitos países, inclusive no Brasil, fizeram com que se realizassem encontros nos quais promovessem discussões sobre a questão da universalização da educação, com qualidade (CARVALHO, 2004). A reivindicação por escolas de qualidade para todos, entretanto, principiou o movimento da Inclusão Escolar ou Educação Inclusiva no início dos anos noventa.

Conforme Mendes (2010), em 1977, no Brasil foi criado o Ministério da Previdência Social e, posteriormente, portarias interministeriais (educação,

² Segundo Prieto (2006), existem dois tipos de categorias de atendimento educacional especializado que são assegurados por legislação; em classes especiais, escolas ou serviços especializados e serviços de apoio especializado na classe da escola regular de ensino.

previdência e ação social) surgiriam para formalizar diretrizes para a efetiva ação no campo de atendimento às pessoas com deficiência. Essas iniciativas, porém, demonstraram um caráter assistencialista do atendimento, conforme Mendes (2010, p. 101):

[...] dispondo sobre atendimento integrado com ações complementares de assistência médico-psico-social e de educação especial, definindo e delimitando sua clientela, dispondo sobre diagnóstico, encaminhamento, supervisão e controle, reforçando enfim o caráter assistencial mais do que educacional do atendimento (MENDES, 2010, p.101).

Ainda na década de 1970, um dos princípios, centrado no aspecto pedagógico, evocado pelos que aqui eram responsáveis pela educação, foi o da Normalização que, no Brasil, penetrou em fins de 1970 e início de 1980 (JANNUZZI, 2006). Sobre a Normalização, Glat (2006) acrescenta que essa proposta tomou forma de lei nos Estados Unidos com a aprovação da famosa Lei 94-142 que também ficou conhecida como *mainstreaming law*, a qual determina que todos os alunos com deficiência têm o direito de receber serviços educacionais nos ambientes o menos possível restritivos. “Essa lei resultou na reestruturação dos serviços de educação especial, com a criação de salas de recursos, classes especiais em escolas regulares e outras modalidades mais integradas de atendimento” (GLAT, 2006, p. 12). A referida autora explica que propostas similares ocorreram em grande parte dos países desenvolvidos. A inserção ou integração do aluno com deficiência, no sistema de ensino regular e na vida comunitária de maneira geral, passou a ser então a nova luta da Educação Especial, que “se tornou um campo de saber com o desenvolvimento de métodos e recursos pedagógicos especiais e formação de recursos humanos, em diversos níveis, na maioria dos países” (GLAT, 2006, p. 11).

No Brasil, na década de 1980, foi dada maior evidência ao atendimento especializado à pessoa com deficiência, por meio da promulgação da nova constituição brasileira, no dia 5 de outubro de 1988, que, no capítulo III, da Educação, da Cultura e do Desporto, artigo 208, entre outras medidas, determinou que: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante

a garantia de [...]”: III –**“atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino [...]”** (BRASIL, 1988, grifo nosso). Conforme Mendes (2010), a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 intencionou a democratização do ensino no país com a tentativa de erradicação do analfabetismo, melhoria na qualidade de ensino e equidade no atendimento das pessoas com deficiência. A autora assim explica que:

A Constituição Federal Brasileira de 1988 traçou as linhas mestras visando à democratização da educação brasileira e trouxe dispositivos para tentar erradicar o analfabetismo, universalizar o atendimento escolar, melhorar a qualidade do ensino, implementar a formação para o trabalho e a formação humanística, científica e tecnológica do país. Ela assegurou que a educação de pessoas com deficiência deveria ocorrer, preferencialmente na rede regular de ensino e garantiu ainda o direito ao atendimento educacional especializado (MENDES, 2010, p. 101, 102).

Iniciou-se, então, a partir da promulgação dessa constituição, uma onda de reforma no sistema educacional, que trouxe uma série de ações oficiais empreendidas sob a justificativa da necessidade de alcançar a “equidade”, traduzida pela universalização do acesso de todos à escola, e à “qualidade do ensino” (MENDES, 2010, p. 105).

Já a partir do início da década de 1990, segundo Mendes (2010), principalmente após a Declaração da ONU (Organização das Nações Unidas), na cidade de Salamanca, Espanha (1994),³ endossada pelo governo brasileiro e por muitos outros governos, com grande repercussão neste século, inicia-se o discurso da “Educação Inclusiva” ou “Inclusão Escolar” (p. 106).

Conforme Jannuzzi (2006), a Inclusão foi um avanço em relação à Integração dos anos 70, mas implica também, como na Integração, uma reestruturação do sistema comum de ensino. A referida autora expõe com propriedade que as escolas da rede regular de ensino têm papel importante e, mesmo com as condições adversas do contexto econômico-político-ideológico, tem função específica que, exercida de forma competente, deve possibilitar a apropriação do saber por todos os cidadãos. A Inclusão Escolar foi um avanço

³ Sobre essa Declaração ver endereço eletrônico:
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>

em relação à Integração, porque, além de compartilhar do mesmo ideal o qual sugere a inserção de alunos com deficiência na rede regular de ensino, independente de suas características físicas e/ou capacidades intelectuais, as escolas comuns também devem proporcionar o ensino de qualidade a todos os alunos sem discriminação. Segundo Prieto (2006, p. 40, grifo nosso), a Educação Inclusiva caracteriza-se como novo paradigma o qual se constitui “pelo apreço à **diversidade como condição e ser valorizada**, pois é benéfica à escolarização de todas as pessoas [...]”.

Em 1996, é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), lei brasileira Nº 9.394, de 20 de dezembro, que estabelece as diretrizes e bases da educação do país, a qual dedica um capítulo inteiro à educação especial (BRASIL, 1996). O capítulo V, que é considerado um avanço, no artigo 60, estabelece o seguinte:

Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público (BRASIL, 1996, sem página).

Completa-se com o parágrafo único do ainda capítulo V, com redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013, que determina que:

O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo (BRASIL, 2013, sem página).

Como observância aos dois referidos capítulos, efetiva-se um impasse. Apesar da abertura da rede pública regular de ensino, que disponibilizou as escolas de ensino comum aos educandos com deficiência prevista em lei, o poder público também mantém apoio às instituições particulares filantrópicas que acabam por distanciar esses alunos da própria rede pública de ensino comum.

Mendes (2010) enfatiza que a realidade da educação de pessoas com deficiência ou de alunos com necessidades educacionais especiais no Brasil,

atualmente, se caracteriza por um sistema ambíguo, o qual, de um lado existe um consistente sistema caracterizado pelo assistencialismo filantrópico patrocinado por várias instâncias do poder público, e, do outro, “um sistema educacional fragilizado que vem sendo incitado a abrir espaço para a educação escolar dessa parcela da população” (p. 107).

Segundo Omote (2004), ao serem criados serviços especiais, de natureza terapêutica, educativa ou assistencial, destinados a alunos cujo atributo não corresponde às expectativas normativas, expressas em documentos ou embutidas nas próprias expectativas institucionais de modo a restabelecer a normalidade escolar, mediante a redefinição e atualização dos seus limites no sentido do bom aproveitamento das oportunidades concedidas, esse tratamento distintivo, porém ainda que, em princípio, apresente características para se tornar um privilégio aos seus usuários (professores especializados, recursos especiais, classe pouco numerosa, escolas especiais etc.), na verdade, acaba por levar ao descrédito social e estigmatizar⁴ os usuários desse serviço especial.

Carvalho (2004) nos esclarece que a significação de uma escola sob os parâmetros da educação inclusiva é, no entanto, uma escola de boa qualidade, para todos, com todos e sem discriminação. “A boa qualidade da escola traduz-se pelo êxito alcançado na aprendizagem e na participação de todos os alunos, sem exclusões [...] independente de suas características orgânicas, psicossociais, culturais, étnicas ou econômicas [...]” (CARVALHO, 2004, p. 114).

Carvalho (2004) aponta que a escola tem, entre suas inúmeras funções, estimular e desenvolver o indivíduo na integridade de seu ser e “valorizar o trabalho educacional escolar, **na diversidade**” (CARVALHO, 2004, p. 116 grifo nosso).

⁴ Segundo o autor, estigmatizar é tratar como marca social de descrédito e de inferioridade as pessoas que pertencem a alguma categoria de desvio, como, por exemplo, pessoas com deficiências. Estigmatizar cumpre a função de controle social para a manutenção da vida coletiva. Assim, faz lembrar a ideia de que os desvios e estigmas são necessários na construção de uma sociedade inclusiva, porque há aí uma ampla gama de desigualdades. Dessa forma é parte integrante da inclusão, e este é o grande dilema a ser enfrentado pelas sociedades que precisam combater as desigualdades e respeitar a diversidade humana.

Para Omote (2004), no entanto, a diversidade parece ser uma barreira para a inserção do indivíduo em seu contexto, mas ao mesmo tempo se torna necessária para a construção do mesmo, pois:

Essa diversidade, mais do que uma simples barreira na construção da sociedade inclusiva, constitui-se como a razão mesma da necessidade de se construir tal sociedade e na maior fonte de argumentos para as mais variadas estratégias propostas para tal empreendimento (OMOTE, 2004, p. 306).

Atualmente no Brasil a maioria das escolas regulares públicas ainda carece de estrutura física e atendimento educacional especializado adequado, que são requisitos essencialmente necessários para se atingir o modelo de escola inclusiva para o atendimento à diversidade dos alunos.

No caso do atendimento educacional para alunos com deficiência, é necessário adaptar as escolas regulares existentes no país, com a criação de rampas de acesso, adaptação de banheiros, mobiliários, material pedagógico assim como formação de professores. No entanto, isso acarreta investimento financeiro ao poder público nacional. Nesse caso, as escolas especiais e entidades educacionais de caráter filantrópico, que já usufruem do espaço físico adaptado assim como profissionais capacitados para o suporte educacional especial, tornam-se solução imediata para o problema, suprimindo a necessidade educacional desses alunos. Em decorrência disto, os alunos com deficiência, entre eles alunos com Deficiência Intelectual (DI), recebem atendimento educacional fora da rede regular de ensino, que, como consequência, priva os direitos educacionais dos alunos na vivência da diversidade nas escolas públicas de ensino comum.

Nem todas as escolas regulares públicas brasileiras apresentam-se inapropriadas para receber alunos com deficiência. Há escolas no Brasil que aderem ao modelo inclusivo, nas quais os alunos com deficiência são incluídos na rede regular de ensino, mas, no entanto, ainda essas escolas parecem ser casos isolados de Inclusão Escolar.

2. A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A evolução do conhecimento em Educação Especial tem sido pautada em modelos conceituais mais dinâmicos e interativos, nos quais facilmente se reconhecem as influências provenientes de paradigmas ecológico, comportamental e biopsicossocial no entendimento dos fenômenos da incapacidade e da funcionalidade dos indivíduos (SANCHES-FERREIRA, LOPES-DOS-SANTOS, SANTOS, 2012).

Segundo Sanches-Ferreira, Lopes-dos-Santos e Santos (2012), nas últimas décadas a elaboração conceitual sobre a deficiência tornou-se foco de discussão com conseqüente produção de saberes que confere, com legitimidade científica, uma visão dignificante e mais positiva das condições de deficiência e incapacidades. Dessa produção atual de conhecimento a incapacidade não é mais encarada como características intrínsecas da pessoa, mas como resultado do desajustamento entre as funcionalidades do indivíduo e o meio onde ele é chamado a participar.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, cujo texto facultativo foi assinado na cidade de Nova Iorque em 30 de março de 2007, foi aprovada pelo Decreto Legislativo brasileiro nº 186, de 09 de Julho de 2008 e reconhece que a deficiência é um conceito em evolução. A deficiência é, segundo o texto deliberativo, resultado da “interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas [...]” (BRASIL, 2008, p. 01, 02). O documento revela que:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2008, p. 03).

Sob essa mesma perspectiva, sobre a conceituação de deficiência, a *American Association on Intellectual and Developmental Disabilities (AAIDD)*, apresenta entre seus respectivos manuais, disponibilizados nas revisões

apresentadas nos anos de 1992, 2002 e 2010, o *Framework of Human Functioning*, um modelo multidimensional de funcionamento humano que reconhece que a manifestação da Deficiência Intelectual (DI) envolve engajamento recíproco e dinâmico entre o funcionamento da pessoa e os apoios ou sistemas de suporte individualizados (AAIDD, 2010).

O documento da AAIDD (2010) atenta que, para compreender a provisão de suportes ou apoios, práticas profissionais atuais focalizam o comportamento funcional dos indivíduos e os fatores contextuais devido à base da DI em quadro socioecológico. Assim, para entender a complexidade da manifestação da DI, deve-se compreender a estrutura dinâmica e recíproca que ocorre entre a funcionalidade do sujeito, o contexto no qual ele é chamado a participar e os sistemas de apoios oferecidos. Desses três elementos fundamentais: a pessoa, seus ambientes e os sistemas de apoio, cria-se um paradigma. Segundo Fernandes (2010, p. 162), esse paradigma “privilegia os espaços, ambientes, apoios e oportunidades que a pessoa com deficiência intelectual/mental recebe ao longo de seu ciclo vital”.

Segundo a *American Association on Mental Retardation*, (AAMR)⁵, há uma evidência clara em pesquisas, datadas da década de 1980, de que o ajuste bem sucedido entre as pessoas com deficiências e seus ambientes está relacionado tanto às competências comportamentais específicas da pessoa quanto às exigências específicas do local. Os resultados dessas pesquisas são “consistentes com um modelo **socioecológico** que propõe que o crescimento, desenvolvimento e o ajustamento de uma pessoa dependem da [...] facilitação de **congruência entre a pessoa e seus ambientes**” (AAMR, 2006, p. 144 grifo nosso).

Conforme explica o documento da *American Association on Mental Retardation* (AAMR, 2006, p. 144, grifo nosso) “Facilitar essa congruência envolve **determinar o perfil dos apoios necessários** a uma determinada pessoa e sua intensidade e **proporcionar os apoios para melhorar o funcionamento do indivíduo**”.

Sobre o efeito paradigmático que revela a manifestação da DI, a qual envolve três elementos fundamentais: a pessoa, seus ambientes e os sistemas

⁵ Nomenclatura anterior da AAIDD.

de apoio, serão analisados os três subsequentes itens, quais sejam: (i) o Quadro de Funcionamento Humano (*Framework of Human Functioning*); (ii) diagnóstico de Deficiência Intelectual conforme a 11ª edição do manual da AAIDD; e (iii) sistemas de apoios ou suportes individualizados. Então, será explicitado cada elemento.

2.1 *Framework of Human Functioning*

A AAIDD foi fundada em 1876 e é a organização de pesquisa sobre a Deficiência Intelectual mais antiga para a Educação Especial dos Estados Unidos (SMITH, 2008). O *Framework of Human Functioning* (Quadro de Funcionamento Humano), proposto pela AAIDD (2010), envolve cinco dimensões: Habilidade Intelectual, Comportamento Adaptativo, Saúde, Participação e Contexto.

De acordo com esse modelo, o termo *human functioning* é o envolvimento de todas essas atividades da vida; assim, incluem funções e estruturas corporais ou orgânicas (habilidades intelectuais), atividades pessoais da vida diária (comportamento adaptativo) e participação de atividades em domínios sociais (participação) que, conseqüentemente, são influenciadas pelo bem-estar: físico, mental e social do próprio indivíduo (saúde). E, ainda, da mesma forma, exercerá influência, por fatores ambientais ou contextuais, ou seja, das condições inter-relacionadas dentro do ambiente no qual as pessoas vivem em suas vidas diárias (contexto), que é representado, por sua vez, por uma perspectiva ecológica (AAIDD, 2010). Bronfenbrenner (1996, p. 18) se refere a esta perspectiva como “ecologia do desenvolvimento humano” e assim a define:

“A ecologia do desenvolvimento humano envolve o estudo científico da acomodação progressiva, mútua, entre um ser humano ativo, em desenvolvimento, e as propriedades mutantes dos ambientes imediatos em que a pessoa em desenvolvimento vive, conforme esse processo é afetado pelas relações entre esses ambientes, e pelos contextos mais amplos em que os ambientes estão inseridos”.

Segundo o documento da AAIDD (2010), uma vez, entretanto, identificada limitação nesse funcionamento, rotula-se, então, uma “deficiência”,

que pode ser resultado de problemas nas funções e estruturas orgânicas (habilidade intelectual afetada) e/ou nas atividades pessoais (limitações no comportamento adaptativo). Essas duas limitações são, no entanto, os dois critérios utilizados para a definição operacional de um diagnóstico de DI.

2.1.1 Diagnóstico de DI conforme a 11ª edição do manual da AAIDD

Segundo os dados da AAIDD 2010 (p. 5), em seu décimo primeiro manual apresentado:

“Deficiência Intelectual é caracterizada como significantes limitações no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo expressado nas habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas. Essa deficiência origina-se antes dos 18 anos”.⁶

O primeiro manual da AAIDD foi publicado em 1921, quando a associação ainda denominava-se *American Association on Mental Retardation* (AAMR), sucessivamente, o segundo em 1933, o terceiro 1941; 1957; 1959; 1973; 1977; 1983; 1992 e 2002 respectivamente (AAMR, 2006). O 11º manual foi o último manual publicado por essa associação. Segundo esse último manual, AAIDD (2010), desde 1959, há estes três seguintes critérios: (i); significantes limitações no funcionamento intelectual, (ii); significantes limitações no comportamento adaptativo e, (iii); manifestação antes dos 18 anos; que têm sido igualmente considerados dados no processo de diagnóstico e, tanto na avaliação do funcionamento intelectual quanto na avaliação do comportamento adaptativo, o julgamento clínico deve ser envolvido e considerado na interpretação das informações, para uma formulação de um válido diagnóstico de DI.

O comportamento adaptativo ou capacidades adaptativas deve ser considerado o conjunto de habilidades conceituais, sociais e práticas que tem sido aprendidas e realizadas pelas pessoas em suas vidas diárias (AAIDD, 2010). Para Smith (2008, p. 173), as habilidades práticas, por exemplo, incluem

⁶ *Intellectual disability is characterized by significant limitations both in intellectual functioning and in adaptive behavior as expressed in conceptual, social, and practical adaptive skills. This disability originates before age 18.*

“atividades de rotina, como comer, vestir-se, fazer higiene, ter mobilidade, preparar refeições, usar o telefone, administrar dinheiro, tomar medicação e cuidar da casa”.

Fernandes (2010) observa que a definição conceitual e diagnóstica do termo DI explicitado pelo manual da AAIDD nas revisões 1992, 2002 e 2007, gradativamente rompeu com o modelo individual de avaliação da subnormalidade intelectual, mostrando maior atenção à perspectiva ecológica e aos sistemas de apoios e suportes, aspectos estes determinantes para a funcionalidade do sujeito. Fernandes (2010) ainda adverte que o diagnóstico de DI não se fecha em si mesmo, mas existe para que sejam definidos então os suportes, ou apoios necessários para melhorar a funcionalidade da pessoa.

Essa definição conceitual e diagnóstica sobre a DI apoia-se em quatro concepções essenciais: (i) a avaliação deve considerar as diversidades culturais e linguísticas assim como as diferenças de comunicação e fatores comportamentais; (ii) as limitações nas capacidades adaptativas do sujeito com DI ocorrem no contexto de ambientes comunitários, típicos de pares da mesma faixa etária; (iii) as limitações específicas geralmente coexistem com potenciais em outras capacidades adaptativas pessoais; e, (iv) suportes apropriados durante um período de vida podem melhorar o padrão de desenvolvimento da pessoa (FERNANDES, 2010).

Conforme o documento da AAIDD, a DI conceitualmente não é um retardo, mas um conjunto de limitações funcionais e orgânicas que “afetam a capacidade intelectual de indivíduos que, ao receberem apoios adequados e estímulos às suas capacidades adaptativas, poderão alcançar funcionalidade próxima aos seus pares não deficientes” (FERNANDES, 2010, p. 163).

2.1.2 Sistemas de apoios ou suportes

No manual da AAIDD (2010, p. 109), consta que: “Os apoios são recursos e estratégias que visam a promover o desenvolvimento, a educação, os interesses e o bem-estar de uma pessoa e que melhoram o funcionamento

individual”.⁷ Conforme Smith (2008) há quatro fontes de apoios: apoios gratuitos; apoios gerais; apoios especializados e apoios naturais.

Os apoios gratuitos são suportes advindos da comunidade, como, por exemplo, os clubes, ligas e grupos de recreação, Organizações não Governamentais (Ongs).

Os apoios gerais são aqueles que estão disponibilizados para a população em geral, aos quais todos devem ter acesso, como, por exemplo, os transportes públicos e serviços sociais.

Os apoios especializados são aqueles oferecidos para as pessoas com deficiência como, por exemplo, serviços sociais oferecidos às famílias de crianças com deficiência e também serviços de intervenção precoce e de reabilitação, tais como a educação especializada e terapias.

E os apoios naturais são recursos advindos próximos aos indivíduos, como o apoio da família, dos amigos, dos vizinhos, de colegas de trabalho e da escola, sendo a amizade um desses recursos. A amizade é um bom exemplo da importância dos apoios.

Bishop et al (1999) já expressava a importância de relacionamentos significativos como a amizade, revelando a necessidade deste apoio tanto para pessoas com deficiência quanto para pessoas sem necessidades especiais:

As amizades são muito valorizadas por crianças e adultos de todo o mundo. A maioria das pessoas não consegue imaginar a vida sem o apoio, o estímulo e os bons momentos passados em companhia de seus amigos mais íntimos. [...] A educação de alunos com e sem deficiências em ambientes compartilhados trouxe à tona a necessidade de relacionamentos significativos (BISHOP, et al, 1999, p. 198).

De acordo com Fernandes (2010), os apoios ou suportes apropriados durante um período de vida pode melhorar o padrão de desenvolvimento da pessoa com DI em seu ambiente.

⁷ *Supports are resources and strategies that aim to promote the development, education, interests, and personal well-being of a person and that enhance individual functioning.*

2.2 Definição de DI adotada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC)

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que visam às adaptações curriculares como estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais, a DI é caracterizada como um funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média. Essa deficiência é oriunda do período de desenvolvimento, “concomitante com limitações associadas a duas ou mais áreas da conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade [...]” (BRASIL, 1998, p. 26). Segundo o PCN, as pessoas com DI não correspondem às demandas da sociedade nos seguintes aspectos:

- Comunicação;
- Cuidados pessoais;
- Habilidades sociais;
- Desempenho na família e comunidade;
- Independência na locomoção;
- Saúde e segurança;
- Desempenho escolar;
- Lazer e trabalho.

2.2.1 Outras definições de DI

A décima edição da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), revisada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), na sua quarta reimpressão publicada no ano de 2012 pela editora da Universidade de São Paulo (USP), utiliza a terminologia Retardo Mental (RM) e assim a define:

Parada do desenvolvimento ou desenvolvimento incompleto do funcionamento intelectual, caracterizados essencialmente por um comprometimento, durante o período de desenvolvimento, das faculdades que determinam o nível global de inteligência, isto é, das funções cognitivas, de linguagem, da motricidade e do comportamento social (OMS, 2012, p. 361).

Essa definição de DI apresentada pelo Cid-10, entretanto, enfatiza a deficiência em nível de doença, devido a uma necessidade de classificação médica.

Mendonça (2002) denomina a DI também como Retardo Mental (RM) e a define como um prejuízo que “engloba os principais domínios do processo cognitivo, percepção, memória, linguagem, cognição espacial e social, razão e controle motor” (p. 855).

Telford e Sawrey (1988) já utilizavam as definições da AAIDD desde 1973, quando a associação ainda denominava Associação Americana para Deficiência Mental (AAMD).

Na 11ª edição do manual da AAIDD, em 2010, o termo Deficiência Intelectual é utilizado amplamente por todo o manual e substituiu oficialmente o termo previamente usado Retardo Mental. Fernandes (2010) salienta que no Brasil foi utilizada a terminologia Retardo Mental, preferindo-se Deficiência Mental (DM), mas que atualmente é substituído o termo por Deficiência Intelectual (DI).

Segundo o manual da AAIDD (2010, p. 03, grifo nosso), o termo Deficiência Intelectual é preferido porque “[...] é **menos ofensivo** para pessoas com deficiências e é mais **consistente com a terminologia internacional**”⁸.

2.3 O Atendimento Escolar do aluno com DI

Segundo Smith (2008), um estudo realizado pelo departamento de educação dos Estados Unidos revela que somente 14% de alunos com DI naquele país estão em salas de aula do ensino regular e 51% recebem mais de 60% de sua educação fora das salas de aula do ensino regular.

No Brasil, Mendes (2010) constata que, atualmente, para uma estimativa de cerca de seis milhões de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais, entre eles alunos com DI, há cerca de 800 mil matrículas considerando todos os tipos de recursos. A grande maioria dos alunos com necessidades especiais encontra-se fora de qualquer tipo de escola, entre eles alunos com DI.

⁸ [...] is less offensive to persons with disabilities, and is more consistent with international terminology.

3. BANDAS

Segundo o Dicionário Grove de Música, a palavra Banda corresponde a “Conjunto instrumental” (GROVE, 1994, p. 71). Observa, ainda, o referido autor, que a palavra Banda pode ter tido origem no latim medieval ‘bandum’ (“estandarte”), que significa a bandeira pela qual marchavam os soldados. Essa origem parece refletir o uso do termo para denominar grupos de músicos militares. Outros autores como, por exemplo, Lima (2007), Lorenzet e Tozzo (2009) também relacionam a etimologia com o distintivo militar.

Lima (2007, p. 34, grifo nosso), em seu estudo sobre bandas, evidencia que esses grupos instrumentais anteriormente “[...] eram destinados à **execução de marchas e animação para a guerra**”.

Historicamente, Lorenzet e Tozzo (2009) também observam que desde a antiguidade a banda já era utilizada pelos romanos como um grupo funcional dentro das organizações militares. Segundo os referidos autores, esses grupos romanos provavelmente foram influenciados pelos gregos que valorizavam, assim como a música, a disciplina física na formação militar.

Ainda, Lorenzet e Tozzo (2009) relatam que essas formações instrumentais eram bastante popularizadas pelos senhores da guerra que as colocavam sempre à frente de desfiles de tropas militares. “Assim, a finalidade desses desfiles obrigou a uma seleção de instrumentos musicais com base em sua portabilidade, facilidade de manejo e potência sonora” (LORENZET, TOZZO, 2009, p. 4896).

Entretanto, a expressão Banda Militar foi compreendida somente no final do século XVIII na Europa, para designar especificamente “uma banda de regimento, formada por instrumentos de sopro de madeira, metais e percussão” (GROVE, 1994, p. 71). Lima (2007) também evidencia que a banda militar, caracteriza-se como um conjunto de instrumentos de sopro e percussão constituídos essencialmente por militares.

3.1 Das Bandas Marciais Militares às Bandas nas Escolas do Brasil.

No Brasil, segundo Binder (2006), embora já se encontrassem bandas militares instituídas na segunda metade do século XVIII em Pernambuco, essas

formações musicais tiveram maior popularidade com a chegada da Corte Real Portuguesa no Rio de Janeiro em 1808. Conforme revela o referido autor:

A transferência da corte para o Rio de Janeiro intensificou as comemorações das festas reais e religiosas, que também se tornaram mais suntuosas. Afinal o rei compareceria pessoalmente a algumas ocasiões, exigindo pompa à sua altura [...] as bandas militares foram uma destas vozes cerimoniais (BINDER, 2006, p. 34).

A presença que aos poucos as bandas militares foram adquirindo no Brasil colonial a partir de 1830, segundo o citado autor, parece ter contribuído para a criação de características que ainda hoje podem ser encontradas em bandas compostas por pessoas civis, cuja origem ou vetor de difusão foram as bandas militares. Essa ascendência do modelo de bandas militares pode ser observada na seguinte descrição:

O uso de uniformes inspirados em modelos militares pelas bandas civis foi largamente difundido pelo século XIX [...]. Outra característica que mostra a influência militar é a maneira como os músicos da banda estão postados, em posição de sentido, isto é, calcanhares unidos, cabeça apontando para frente, peito estufado e palmas das mãos apoiadas nas laterais das coxas (BINDER, 2006, p. 78, 79).

Binder (2006) relata que, no século XIX, unidades militares do exército real da corte portuguesa, no período de 1840, reduzido e desprestigiado pelos governos regenciais, voltaram a ser re-aparelhado e, conseqüentemente, teve o número de músicos e conjuntos aumentado. Outras unidades regimentais também passaram a contar com bandas, em que, além do aumento dessas corporações no exército real, houve também uma multiplicação de conjuntos feitos pela Guarda Nacional e pelas Polícias Militares provinciais, as quais colaboraram para a difusão da banda militar enquanto modelo de conjunto musical (BINDER, 2006).

Binder (2006) mostra também que é, a partir de 1840, no Brasil colonial, que surgem os primeiros indícios da realização e da popularização de apresentações de bandas em praças públicas sem vinculação direta com as festas oficiais da corte portuguesa:

Esta multiplicação de conjuntos e a atuação contínua em ocasiões festivas criaram um éthos militar: características militares passaram a ser associadas às bandas de música em geral e não apenas àquelas pertencentes às corporações militares. As festas oficiais e comemorações cívicas foram importantes nesse processo. Além disso, as bandas militares tiveram grande atuação fora do âmbito militar ou da representação oficial, com grande penetração social, suprimindo com música atividades civis e religiosas (BINDER, 2006, p. 126).

Segundo Lima (2007), a combinação instrumental das bandas de exércitos e a rígida disciplina da estrutura organizacional militar propiciaram uma sólida identidade de grupo.

Ao longo de todo o século XIX no Brasil as bandas constituídas por pessoas civis, influenciadas pelas bandas militares, passaram a desenvolver uma música para as grandes massas através das apresentações em praças públicas, sem vinculação direta com as festas oficiais, disseminando, dessa forma, um tipo de música acessível a um grande público (COSTA, 2010).

Segundo Costa (2010), já na passagem do século XIX para o XX, as bandas de música foram se “incorporando cada vez mais no cenário urbano das várias cidades brasileiras” (p. 116).

Lima (2007) evidencia que, no início do século XX, foram também os militares que orientaram as bandas para uma disciplina marcial nas novas escolas republicanas no Brasil. A expressão Marcial, para denominar bandas escolares, justifica-se devido à semelhança com a estrutura organizacional de grupos dentro do regime militar. Essas bandas marciais escolares também ganharam destaque em rituais cívicos, ocupando espaços públicos abertos. Além disso, passaram a fazer parte do currículo das escolas, assim como o ensino de ginástica e exercícios militares (LIMA, 2007).

A influência de militares na formação de conjuntos escolares constituídos por cornetas e percussão pode ser confirmada em vista do Campeonato Bandas da Rádio Record, iniciado nos anos de 1950. Nessa época a maioria das bandas marciais das escolas ainda era regida por militares (LIMA, 2007).⁹ O que se queriam formar dentro das escolas com essas

⁹ Concursos e campeonatos para bandas e fanfarras ainda é uma prática muito vigente no Brasil. Essas competições movimentam muitos interesses políticos, econômicos além de promover um extenso e valioso trabalho educacional. Entretanto, nesta pesquisa, não é possível descrever e ostentar a complexidade desse viés que fomenta as articulações desses interesses competitivos entre bandas escolares. Para mais informações sobre esses aspectos, ver o trabalho de Marcos Aurélio de Lima no

bandas, porém, segundo Lima (2007), era uma identidade nacional com o modelo político-social então proposto no país naquela época.

3.2 Bandas no Cenário Cívico-Cultural Urbano

Com o foco na expressividade musical da cidade de São José do Rio Pardo, no interior paulista, onde esta pesquisa foi realizada como fonte para coleta de dados, constata-se que as bandas de música são legados socioculturais provenientes das festividades e atividades cívicas e religiosas locais as quais expressam o espaço urbano. Nessa cidade, sempre houve duas ou três bandas de música até os anos oitenta (DEL GUERRA, 2010). Segundo Del Guerra (1990), é secular a cultura dessas corporações musicais que em festividades populares e datas solenes da cidade estão sempre presentes até os dias atuais. Quando citadas, em jornais locais, essas bandas de música aparecem em programações de festas cívicas e religiosas do município ou então em propagandas como a de fevereiro de 1902, quando uma corporação musical com o nome Independente G. Verdi em edital oferecia seus serviços para sessões festivas e fúnebres, sendo que as músicas sacras eram organizadas e apreciadas pelo povo da cidade (DEL GUERRA, 1990).

Para Santiago (1998, p. 192) “as práticas musicais ligam-se a construções literárias que visam a exaltar as expressões culturais locais”. A exemplo disso, na referida cidade, as práticas musicais ratificam, entre outros eventos cívicos, a participação das bandas na maior expressão cívico-cultural local denominada euclidianismo.

3.2.1 O Euclidianismo

Esse movimento cultural tem início quando o engenheiro e escritor nacional Euclides da Cunha (1866-1910) esteve na cidade onde escreveu a maior parte de sua maior obra “Os Sertões”. A comunidade local então se predestinou a cultivar a memória do próprio escritor, por meio desse traço

livro: A banda estudantil em um toque além da música. Segundo o autor, a diferença entre a fanfarra e a banda está na instrumentação utilizada pelos músicos. Enquanto que na banda utilizam-se instrumentos com recursos os quais possibilitam maior extensão de notas musicais, na fanfarra, os instrumentos utilizados não possuem esses recursos o que limita a extensão das notas desses instrumentos.

cultural euclidiano (DEL GUERRA, 1998). A importância dada ao movimento pode ser comprovada pela exposição de Maschietto (2002):

A comemoração euclidiana é um ritual cívico e é também uma festa: desfiles, conferências, ciclos de estudos, competições intelectuais, artísticas e esportivas, exposições e apresentações de arte, feiras, bailes, recepções, coquetéis, jantares, romarias. Cada solenidade possui um ritual próprio, com objetivos, atores e espectadores especiais (MASCHIETTO, 2002, p. 68).

Maschietto (2002) descreve, sobre esse traço cultural, que existe a Semana Euclidiana, a qual se inicia com um desfile de abertura, desenvolve-se em uma série de atividades educacionais, artísticas e desportivas durante toda uma semana e se encerra com uma romaria cívica no feriado municipal do dia 15 de agosto. Nesses eventos, em comemoração à passagem de Euclides da Cunha pela cidade, bandas de músicas da comunidade estão sempre presentes, principalmente na apresentação do desfile de abertura do movimento cívico euclidiano, que também recebe as apresentações das fanfarras e bandas das escolas do município e região.

Segundo relata Jovini (2012), há atualmente na cidade, mantida pela Prefeitura Municipal, a corporação musical Euclides da Cunha que, fundada em 1969, se apresenta todos os domingos no coreto do município e, ainda, mais seis corporações musicais entre bandas marciais e fanfarras de escolas locais.

O evento cívico-cultural euclidiano, como evento cultural, favorece que as bandas locais se apresentem ao público, como prática de civismo e cultura, e estimula também essa prática nas escolas locais. É por meio do traço euclidiano, entretanto, que as práticas musicais das bandas e fanfarras escolares da cidade ganham engajamento cultural no âmbito cívico-educacional-cultural da comunidade. As Semanas Euclidianas foram originadas no contexto político dos anos trinta que tem como base uma política nacionalista, utilizada tanto para um novo conceito de cultura brasileira quanto para a construção de uma nova nação no Brasil (MASCHIETTO, 2002).

O município, através do Departamento de Esporte e Cultura (DEC), oferece às escolas um incentivo para que elas possam investir em suas bandas, com o intuito dessas se destacarem no desfile de abertura da Semana Euclidiana como prática cívico-cultural.

A intenção em investir nas bandas das escolas, no caso, ostenta uma iniciativa de promover a cultura atrelada à educação cívica local. A comemoração euclidiana é, no entanto, uma tradição de caráter local e possibilita o destaque das bandas escolares.

Com grande participação nos espaços urbanos, suprimindo com práticas musicais atividades de engajamento cultural, as bandas, como conjunto instrumental, sejam elas entre estudantes ou pessoas civis, concebem os novos valores das comunidades que as investem.

Segundo Santiago (1998), atividades de engajamento cultural, ratificadas pelas bandas, estão integradas aos processos de hierarquização, de construção e de adoção dos novos valores presentes nos espaços urbanos. O referido autor revela que as sociedades musicais e seus músicos estão integrados ao processo geral de construção de identidade urbana ligadas ao quadro de urbanização e de modernização da vida social. As práticas musicais como engajamento cultural, estabelecidas pelas bandas, investidas nos espaços urbanos, oferecem a seus músicos a participação na construção da vida comunitária (SANTIAGO, 1998).

Nesse sentido, como observância ao artigo XXVII da declaração universal dos direitos humanos, proclamada pela ONU (1948) em 10 de dezembro de 1948, o qual estabelece que todas as pessoas têm o direito de participar da vida cultural da comunidade, as atividades como engajamento cultural, através das práticas musicais ratificadas pelas bandas, promovem um caminho favorável a essa participação e esta proposta se potencializa, no entanto, com a participação daquelas pessoas que se encontram excluídas desse âmbito cultural comunitário, tendo em vista a construção e adoção de novos valores sociais.

A exemplo disso, retrata-se a seguir a história do *Upbeat*, um grupo de pessoas com DI que, através de uma banda de metais, foram incluídas na comunidade local.

3.2.2 *Upbeat*

Este texto está baseado em um trabalho apresentado no sétimo congresso mundial de musicoterapia em Vitoria-Gasteiz, Espanha, 1993.

Relata sobre um projeto que aconteceu entre 1983 a 1986 em colaboração com a prefeitura da cidade de Sandane na Noruega ocidental dentre outros municípios daquela região. Segundo o autor do projeto, o norueguês Brynjulf Stige, o trabalho recebeu recursos do conselho nacional norueguês de cultura. Isto porque o projeto incluía o contexto político sobre as reformas nas políticas culturais norueguesas que tinham acontecido nos anos de 1970. Observa-se que precocemente o referido projeto já estava na direção das prioridades e conceitos de inclusão e também já colocava em foco as necessidades e direitos das pessoas com deficiência declaradas pelas Nações Unidas em 1981 (STIGE, 2002).

O projeto foi, portanto, estabelecido como projeto piloto no contexto norueguês com a ambição de testar e avaliar possibilidades para utilizar música e atividades musicais como ferramentas para dar às pessoas com deficiência opções para a participação social e cultural em sua comunidade local (STIGE, 2002).

Segundo Stige (2002), os objetivos do trabalho estavam relacionados com tendências culturais e sociais da cidade e o ponto de partida foi um grupo de adultos com problemas mentais que estavam excluídos da participação da vida cultural da comunidade. Segundo o autor, “A base é a concepção de que o individuo é uma parte da comunidade e que esta comunidade é cultural por natureza” (STIGE, 2002, p. 115).¹⁰ O conceito de cultura aqui, utilizado pelo autor, é usado em um sentido estrito: arte e música e não em um sentido mais amplo: tradição, valores. O desenvolvimento de sociedades modernas ocidentais faz com que as atividades culturais sejam importantes como caminhos para inclusão e participação das pessoas em comunidades (STIGE, 2002). Portanto:

Comunidades mais descentralizadas e democráticas estão entre os objetivos estabelecidos por estas reformas e muitas delas focalizam aumentar as possibilidades para participação daqueles que por alguma razão foram excluídos, como pessoas com problemas físicos e mentais. As instituições foram fechadas e foi dada aos municípios a responsabilidade para proporcionar educação, trabalho, lugar para viver como também atividades culturais e lazer para todos os membros da comunidade. Entretanto as decisões burocráticas e

¹⁰ *The basis is the conception that an individual is a part of a community, and that this community is cultural in nature.*

políticas não podem nunca fazer o ser humano tornar-se um membro integrado de uma comunidade ou fazê-lo sentir-se incluído. Essas decisões devem ser combinadas com ações sociais enfáticas (STIGE, 2002, p.116) ¹¹.

Como engajamento cultural, o projeto de Sandane, dentro e com a comunidade local, foi estabelecido no contexto de ambições políticas nacionais da Noruega que se preocupou com o desenvolvimento mais inclusivo em comunidades e com a participação cultural para sujeitos com deficiência e problemas de saúde (STIGE, 2002). O autor conta aqui a história do *Upbeat*, um dos muitos grupos de pessoas com que ele trabalhou no projeto. Os membros do *Upbeat* eram pessoas com DI e tinham uma faixa etária entre 30 a 40 anos. Todos eles tinham síndrome de Down e eram todos moderadamente Deficientes Intelectuais. Quando o projeto foi estabelecido no outono de 1983, os membros do *Upbeat* foram aceitos como os primeiros estudantes com deficiência na comunidade da escola musical em Sandane. A escola de música da comunidade em Sandane, sendo uma das primeiríssimas na Noruega a fazer isso, estabeleceu seu primeiro grupo para estudantes com deficiência (STIGE, 2002).

Ao serem aceitos na escola de música os membros do grupo, no entanto, puderam identificar a imagem da banda de metais da cidade em um dos quadros pendurados nas paredes da escola e foi quando um dos participantes do grupo fez a seguinte pergunta aos responsáveis pelo projeto: “Nós também podemos tocar na banda de metais?” (KLEIVE, STIGE, 1988 p. 20, citado por STIGE, 2002, p. 120) ¹².

Segundo Stige (2002), os membros do grupo nunca tinham tocado juntos antes, alguns deles tinham dificilmente tocado algum instrumento musical e, devido a isso, não era possível nem mesmo estabelecer uma batida rítmica básica. Muitos membros do grupo não estavam em contato nem com sua

¹¹*More decentralized and democratic communities are among the goals stated for these reforms, and many of them focus on developing increased possibilities for participation for those who for some reason have been excluded, such as persons with handicaps or mental problems. The institutions have been closed and the municipalities have been given responsibility for providing education, jobs, a place to live, as well as cultural and leisure-time activities for all members of the community. However; political and bureaucratic decisions can never make a human being become an integrated member of a community, or make a human being become an integrated member of a community, or make him feel included. These decisions must be combined with empathic social action.*

¹²*May we too play in brass band?*

própria batida e nem com a batida dos outros. Os criadores do projeto então decidiram mudar a abordagem em formas de improvisações individuais, duetos e improvisações de grupo e apontaram que:

Essa abordagem de improvisação foi então o nosso principal método de trabalhar na maior parte do primeiro ano do projeto de musicoterapia. Aos poucos, depois de alguns meses, nós pudemos começar a introduzir estruturas, regras e sinais de como tocar como preparação para desenvolver habilidades que pudessem mais tarde ser usadas para fazer arranjos especiais de música (STIGE, 2002, p. 121).¹³

O autor relata que, depois de oito meses de trabalho de improvisação, o grupo era capaz de tocar numa batida básica compartilhada. Esses arranjos sem dúvida tinham que ter uma estrutura simples e clara. Nesse ponto do processo, geralmente somente um membro de cada vez estava tocando uma parte especial no arranjo musical, acrescentado a básica batida mantida por outros membros do grupo. Ao sinal dado, cada músico por sua vez, poderia tocar sua parte que estava adaptada às suas habilidades e preferências, que tinham demonstrado durante os meses de improvisação (STIGE, 2002).

Para Ruud (1987) citado por Stige (2002, p. 118), “Na medida em que a participação na cultura é objetivo, é também essencial levar em consideração os códigos musicais que são conhecidos e referidos pelo indivíduo como ponto de partida no processo”¹⁴. Ao sentirem que os membros do *Upbeat* estavam aptos, os responsáveis pelo projeto decidiram então incluí-los na banda de metais da comunidade local, além de incluí-los também em integração em outras atividades musicais na comunidade. Segundo o autor, muito desse processo se desenvolveu em outros contextos e em colaboração com agentes locais, como professores da escola da comunidade musical, músicos de bandas locais e de coros, assistentes sociais, enfermeiros da instituição onde moravam os membros do *Upbeat* e políticos locais. Para Stige (2002) as

¹³ *This improvisational approach then was our main method of working for most of the first year of music therapy. Gradually, after some months, we could start to introduce structure, rules, and signs for how to play, as preparations for developing skills that could later be used in making special arrangements of music.*

¹⁴ *As long as participation in culture is the aim, it is also essential to make the musical codes that are now and preferred by the client as starting point in the process.*

apresentações públicas fizeram parte do processo como intervenções e objetivos relacionados quando relata que:

Trabalhando com Upbeat foi importante porque os musicoterapeutas comunicaram aos membros da comunidade, exemplificando aos membros do conselho de música local que estas pessoas eram não primeiramente deficientes, mas pessoas que tinham desejo de terem possibilidade de fazerem música e vontade de contribuir com sua própria música ou canção. Os membros do Upbeat eram pessoas com sonhos que deviam ser seguidos, que não é tão diferente de qualquer outra pessoa. Eles eram músicos que queriam tomar parte da vida cultural da comunidade. Outras épocas de comunicação podem ir mais longe ou oferecer mais possibilidades específicas para os participantes para realizar seus sonhos diretamente e pertencer à comunidade. Por exemplo, quando atuando em canções as músicas devem dizer ou exprimir como os participantes experimentam a sua participação, seus contatos e suas responsabilidades na comunidade (STIGE, 2002, p. 128).¹⁵

Foram mostradas às pessoas da cidade que a música poderia ser algo mais diferente do que eles tinham acostumado a pensar. Em outras palavras, barreiras para a participação na comunidade tinham sido reduzidas com prospectos promissores não somente para os membros do *Upbeat*, mas para outras pessoas com necessidades especiais na comunidade, por meio de atividades culturais (STIGE, 2002).

Stige (2002) comenta que o projeto também ilustra dilemas a respeito de quais valores são importantes na vida musical de uma comunidade? e como a normalização dos indivíduos excluídos pode ser construída através de valores sociais?

Conforme Stige (2002), no início do projeto os membros da *Upbeat* moravam em uma instituição para pessoas com deficiência intelectual, mas três dos seus membros estavam para mudar da instituição para alguns apartamentos num lugar comum da cidade, dentro da comunidade. O autor correlaciona então que a banda de metais serviu como um importante veículo

¹⁵ *In working with Upbeat it was important that the music therapists communicated to the members of the community, exemplified by the member of the local music council, that these people were not primarily handicapped but persons longing for possibilities of making music and willing to contribute with their own song. The members of Upbeat were persons with dreams to be pursued, which is not too different from anyone. They were musicians that wanted to make part in the cultural life of the community. Other times the communication may go further, or offer more specific possibilities for the participants to voice their dreams directly to be community. For instance, when performing songs, the lyrics may voice how the participants experience their participation, their contacts, and their responsibilities in the community.*

de inserção desses membros na comunidade. Foi possível concluir que novos potenciais foram estabelecidos, novos contatos tinham sido formados entre os membros do *Upbeat* e os membros da banda de metais, entre contatos também com outros grupos musicais da comunidade local, como os coros locais.

Stige (2002) explica que, como os membros estavam se mudando da instituição e começando a morar nos seus próprios apartamentos, eles também tinham que começar a mudar seus hábitos, começar a movimentar-se de um lugar para o outro na cidade para comprar comida, visitar escritórios públicos, entre outros. Sabia-se, então, que eles encontrariam os músicos da banda de metais e as pessoas que cantam nos coros em qualquer lugar na cidade. Stige (2002) relata que Sandane é uma cidade pequena e possui uma comunidade onde todos os cidadãos cantam nos coros ou tocam na banda de metais. Assim, as possibilidades de encontrar companheiros músicos pela cidade de Sandane aumentam em alto nível quando se participa da vida musical da comunidade, o que *Upbeat* agora participava (STIGE, 2002).

Quando a pessoa com DI, ao mudar-se de uma instituição especializada e ir para um apartamento em um “quartinho” (Kitchenette) dentro da comunidade, cria-se automaticamente uma nova rede social. Dessa forma, vizinhos e cidadãos precisam ter a responsabilidade de fazer para que seja possível a inclusão e participação dessas pessoas excluídas da comunidade e, em alguns casos, a ajuda profissional é necessária para dar suporte ao processo (CLIVE e STIGE, 1988, citado por STIGE, 2002). Bo (1989) citado por Stige (2002, p. 116), também evidencia que: “Uma maneira importante de reforçar e melhorar as redes sociais é o engajamento em atividades culturais”.

16

De acordo com Stige (2002), essas atividades darão possibilidades para o desenvolvimento de contatos e relacionamentos, aprendizado social e a experiência de autoestima e autorrealização. Na década de 70 havia uma discussão pública importante sobre políticas culturais. E as principais questões foram de como fazer a vida cultural na sociedade mais descentralizada e

¹⁶ *An important way to strengthen and improve the social network is engagement in cultural activities.*

democrática: à cultura diária das pessoas foi dada maior atenção e foi dada maior prioridade à atividade cultural do que antes (STIGE, 2002).

O conceito de rede social emprestado da antropologia é uma ferramenta útil para compreender e trabalhar com muitas pessoas excluídas da comunidade. A comunicação é um aspecto muito importante, que é evidenciado por Stige (2002) ao observar que o crescimento e o desenvolvimento de cada pessoa dependem da comunicação e também do desenvolvimento da comunidade. Assim, a filósofa norueguesa Nina Karin Monsen estabelece que:

[...] somente quando nós vemos e ouvimos os outros e somos vistos e ouvidos por eles – isto é, somente quando nós comunicamos – nós somos capazes de ser como eles – isto é, somente quando nos comunicamos – nós somos capazes de sermos nós próprios e aprendemos quem nós somos (MONSEN, 1987 citado por STIGE, 2002, p. 117, 118).¹⁷

No Brasil, práticas musicais como engajamento cultural em movimentos cívicos de comunidades que ratificam o envolvimento de bandas, também podem articular iniciativas as quais incorporam valores e estratégias que visam à participação de pessoas com deficiência na comunidade. Essas práticas musicais, porém, bastante comuns em cidades no Brasil, também envolvem a participação de escolas por meio das bandas marciais escolares. Essas bandas marciais, por sua vez, por meio dessas práticas, também podem ser utilizadas como instrumentos que promovam os mesmos valores e estratégias que efetivem a participação de alunos com deficiência nas escolas, proposta a qual é o foco do presente trabalho de pesquisa.

3.3 A Banda Escolar como Prática Inclusiva

Bandas de escolas especiais ou de instituições especializadas, entre alunos com deficiência, atualmente é prática bastante recorrente no Brasil. Como exemplo dessa prática, a campanha “Pela Arte se Inclui” promovida pela

¹⁷ [...] *only when we see and hear the others and are seen and heard by them – that is, only when we communicate – are we able to be them – that is, only when we communicate – are we able to be ourselves and learn who we are.*

Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, buscou estimular cidadãos em ações e projetos que visassem à inclusão cultural de pessoas com deficiência, mostrando de que maneira elas participam do cenário artístico paulistano e destaca, entre outras ações, uma banda entre alunos com deficiência da Associação de Pais e Amigo dos Excepcionais (APAE) da cidade de Pedreira, também no interior paulista. Assim, ações como essa favorecem a expectativa de profissionais em exercer a cidadania em função da realização pessoal dos alunos com deficiência na participação do cenário cultural urbano, por meio de prática musical; como podemos acompanhar no documento da própria Secretaria de Cultura do Estado sobre a referida banda da APAE:

Atualmente todos tocam num único grupo de percussão. O esforço desses alunos para tocar um chocalho, bater as baquetas de forma compassada ou de produzir qualquer tipo de som e sentir que fazem parte de um grupo musical, traz-lhes esperança, superação, sensação de realização, inclusão e cidadania (SÃO PAULO, 2012, p. 118).

Com o propósito de contribuir para o apontamento de condições que ampliem as possibilidades de inclusão escolar de pessoas com deficiência intelectual, Oliveira (2008) desenvolveu um estudo sobre a banda marcial entre estudantes com deficiência como possibilidade de prática inclusiva nas escolas. O estudo sugere que as escolas também possam desenvolver iniciativas inclusivas que não se enquadram na inclusão em sala de aula, mas que, ao envolver parcerias com famílias e comunidade, criam perspectivas promissoras para a vida de pessoas com deficiência.

O referido estudo discorre sobre a inclusão de nove alunos com DI de uma escola especial em uma banda de uma escola regular de ensino. A autora utilizou a abordagem histórico-cultural de Vygotsky como referencial teórico para justificar essa prática. Sobre essa abordagem, “a relação do homem com o mundo é mediada socialmente, ou seja, sua formação depende das experiências sociais vividas” (OLIVEIRA, 2008, p. 27). A referida autora também comenta sobre a importância da linguagem verbal nesse processo: “A linguagem ocupa um papel fundamental no desenvolvimento, pois é por meio dela que os indivíduos elaboram e expressam conhecimentos e valores” (p. 28).

Segundo Oliveira (2008), depreende-se que a pessoa humana está sempre em constante transformação, na dependência de sua participação na vida social e de ações que envolvem os outros. Assim, elas se constituem nas convivências diversas das relações sociais. Os conceitos de mediação social e de internalização são também aplicáveis àquelas pessoas com deficiência, sendo que as funções mentais são socialmente constituídas e culturalmente transmitidas, pois, assim, podemos tornar disponíveis às pessoas com deficiência os pensamentos constituídos na relação social como instrumentos que produzirão em sua mente um funcionamento e uma estrutura radicalmente diferentes daquilo que seria previsto apenas com base na deficiência (OLIVEIRA, 2008).

Possibilitar a inclusão de alunos com deficiência em um grupo escolar entre alunos sem deficiência é ampliar a relação entre os alunos e aproximar aqueles no âmbito escolar. No referido estudo, Oliveira (2008) relata que a escola regular obtém ganhos importantes pela oportunidade de convivência com pessoas que até então não faziam parte de seu dia a dia e pela promoção de atividades que não tinham um caráter tipicamente acadêmico. “O ganho maior foi pela tentativa de fazer algo novo, em conjunto com os segmentos da família e da comunidade, cujos depoimentos eram e continuam sendo de aprovação e admiração” (OLIVEIRA, 2008, p. 36).

Oliveira (2008) constatou que a banda escolar na escola tem buscado “possibilitar e instituir uma relação enriquecedora entre pessoas com e sem deficiência intelectual, numa situação que **oferece uma atividade compartilhada que respeita a diversidade**” (OLIVEIRA, 2008, p. 65 grifo nosso).

Este presente trabalho de pesquisa descreve, no método, os efeitos e implicações da inclusão de 12 alunos com DI, integrantes de uma banda de percussão de uma escola especial, em uma banda marcial de uma escola regular de ensino. Esta investigação propiciou verificar a banda marcial como instrumento real de aceitação da diversidade na escola. Nesta pesquisa foram realizadas entrevistas com os alunos com DI, com os alunos da escola regular, participantes da banda marcial da escola regular e com o regente da banda. Os dados coletados foram disponibilizados em gráficos e analisados. Os dados

obtidos mostram que a banda marcial escolar propicia grande motivação para a aceitação das diferenças dos alunos com DI na escola regular.

Encontra-se, no método descrito, todo o procedimento de coleta e interpretação dos dados.

4. MÉTODO

A descrição do método deste estudo compreende dois momentos, quais sejam: (i) o estudo piloto; e (ii) a pesquisa. Portanto, inicialmente será descrito o estudo piloto e, posteriormente, a pesquisa.

4.1 O Estudo Piloto

O estudo Piloto é a versão da pesquisa a ser realizada, sendo útil para ser testado o instrumento construído, para o auxílio no levantamento de dados. Mascarenhas (2012) aconselha fazer um estudo piloto com finalidade de verificar a presença de algum erro despercebido, como as falhas na linguagem que se mostram duvidosas ou erros de interpretação. O estudo piloto se mostra importante na definição de cada item proposto no roteiro, para posteriormente, caso necessário, corrigir ou eliminar itens ou palavras que não foram compreendidas, por meio de pessoas que testem o instrumento; o objetivo é deixar o roteiro melhor estruturado, para que não haja dúvidas de interpretação (MOREIRA, CALEFFE, 2008).

Portanto, o objetivo do presente estudo piloto foi testar o roteiro de entrevista a ser utilizado como instrumento de coleta de dados nesta pesquisa.

4.1.1 Participantes

Neste estudo piloto participaram: (i) três alunos de uma escola especial para DI; (ii) três alunos de uma escola regular de ensino; e (iii) dois regentes de bandas de escolas regulares e um regente de banda de uma entidade para pessoas com deficiência física.

Os critérios estabelecidos aos participantes empregados para a amostra do estudo piloto foram: (i) serem alunos em idade escolar, estudantes de uma escola especial para DI e participantes da banda da instituição há mais de 12 meses; (ii) serem alunos em idade escolar, estudantes de escolas regulares de ensino público e, participantes da banda da escola; (iii) serem regentes de bandas de escolas regulares de ensino público ou regentes de bandas

compostas por pessoas com deficiência de uma maneira geral; e (iv) que todos os participantes não pudessem, posteriormente, participar da pesquisa.

As informações sobre a caracterização dos participantes da escola especial, participantes do estudo piloto, encontram-se detalhadas no Apêndice 1. A respeito dos alunos da escola especial, as características são: (i) semialfabetizados, (ii) não sabem dizer quando ingressaram na instituição, (iii) encontram-se na faixa etária de 13 a 21 anos e (iv) dois são do gênero masculino e um do gênero feminino. Serão denominados de EEa; EEb e EEc.

Quanto às informações sobre as características dos alunos da escola regular, estas se encontram indicadas no Apêndice 2 e serão indicados como ERa; ERb e ERc. Sobre suas características, de um modo geral, podemos observar que: (i) todos os alunos são do gênero masculino, (ii) que são estudantes do terceiro ano do ensino médio de uma mesma escola e (iii) a idade cronológica está entre 17 e 18 anos.

E, finalmente, as informações sobre os participantes regentes encontram-se com maiores detalhes indicadas no Apêndice 3. Serão denominados de RBa; RBb e RBc. Sobre suas características observamos que: (i) todos os regentes são do gênero masculino, (ii) dois são regentes de bandas de escolas regulares e um de uma instituição especializada e (iii) seus níveis de instrução não atingem o nível superior completo.

4.1.2 Locais

Quanto aos espaços onde o estudo piloto foi realizado, estão disponibilizados em cinco locais, a saber: (i) uma escola especial para alunos com DI, cujo espaço foi utilizado para aplicar a entrevista aos alunos com deficiência; (ii) uma entidade para pessoas com deficiência física, cujo espaço foi utilizado para a entrevista com um entre os três regentes participantes; e (iii) três escolas de ensino regular, sendo que uma escola foi utilizada para realizar a entrevista com os alunos sem deficiência e as outras duas escolas para os outros dois regentes.

A escola especial está localizada no município de São José do Rio Pardo, uma cidade de pequeno porte no interior paulista. É uma instituição filantrópica, conveniada com o estado de São Paulo que também mantém parceria com a

Prefeitura Municipal. Não é denominada APAE. É uma Escola de Educação Especial. Esta escola possui, atualmente, 202 alunos em 22 salas de aula que exercem funções em dois turnos, manhã e tarde. Entre as atividades e serviços oferecidos pela escola aos alunos com necessidades especiais estão: Creche, ensino infantil e fundamental, equoterapia, educação física, fisioterapia, hidroterapia, fonoaudiologia, consultório odontológico, brinquedoteca, biblioteca, sala de informática, reciclagem, horta, musicoterapia, entre outros.

A entidade para pessoas com deficiência física está localizada na mesma cidade da escola especial. Atualmente a entidade proporciona atividades para os usuários, independente da sua classificação etária e deficiência, promovendo convivência entre os frequentadores de diversos tipos de deficiência e idade.

Quanto às três escolas de ensino regular, estas estão localizadas no interior paulista, sendo que duas estão localizadas na mesma cidade da escola especial e da entidade e, a outra, está localizada em uma cidade vizinha, ainda nos limites do estado de São Paulo.

A seguir será relatada a construção da estrutura do roteiro da entrevista e também será descrito o procedimento para a aplicação e análise desse roteiro.

4.1.3 Instrumento

O instrumento utilizado no estudo piloto foi a Entrevista Estruturada. Conforme Marconi e Lakatos (2008, p. 82), a entrevista tem como objetivo principal a obtenção de informações do entrevistado, sobre determinado assunto ou problema; Portanto, “É aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são pré-determinadas”.

Para este estudo piloto foram organizados e aplicados três roteiros de entrevistas estruturadas, a saber:

- (i) Roteiro de Entrevista com os alunos da escola especial com o objetivo de questioná-los sobre quais as expectativas deles em participar de uma banda marcial de uma escola regular e obter

- informações também sobre qual a motivação desses jovens em participar dessa banda marcial (Apêndice 4);
- (ii) Roteiro de Entrevista com os alunos da escola regular com objetivo de obter informações sobre o conhecimento desses alunos a respeito da deficiência intelectual, questioná-los se alunos de uma escola especial, com deficiência intelectual, teriam condições de participar em atividades musicais da banda marcial escolar da qual eles participam e verificar a aceitação dos alunos da escola especial na banda da escola regular (Apêndice 5) e;
 - (iii) Roteiro de Entrevista com os Regentes de Bandas com o objetivo de obter informações sobre a importância da banda escolar na comunidade e para descobrir qual a concepção deles sobre a aceitação de alunos com deficiência nessas bandas escolares (Apêndice 6).

4.1.4 Procedimentos para a Coleta de Dados

Inicialmente foram atendidos os aspectos éticos com a submissão e aprovação do projeto pelo Comitê de Ética da UFSCar, cujo parecer N° 112.541 se encontra no Anexo 1.

Ainda, quanto aos aspectos éticos, há a exigência de que cada participante assine o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Assim foram redigidos quatro TCLEs, a saber, aos: (i) pais dos alunos da instituição especializada (Apêndice 12); (ii) aos pais dos alunos da escola regular menores de idade (Apêndice 13); (iii) aos alunos da escola regular maiores de idade (Apêndice 14); e (iv) aos regentes (Apêndice 15).

Para a coleta de dados o pesquisador contatou as instituições (escola especial, entidade, escolas regulares) para a apresentação do projeto. Depois os TCLEs foram submetidos aos participantes que atendessem aos critérios de inclusão na pesquisa, conforme o descrito anteriormente. Em seguida, as entrevistas foram agendadas após estabelecimento de concordância em horários e locais entre os participantes e o pesquisador. As entrevistas foram

realizadas pelo pesquisador com apoio de um gravador para futuros esclarecimentos, se necessários.

As questões do roteiro das entrevistas realizadas com os alunos da escola especial e com os regentes foram aplicadas verbalmente e gravadas pelo pesquisador com o apoio de um gravador e logo anotadas e registradas. Já as questões do roteiro da entrevista realizadas com os alunos da escola regular foram aplicadas impressas e as respostas foram escritas pelos próprios alunos.

4.1.5 Procedimentos para a Análise de Dados

Para análise de dados, após a aplicação das entrevistas, as respostas foram lidas e ouvidas pelo pesquisador para constatar se houve termos ou questões que não foram entendidas pelos participantes. Foi constatado, após esta análise, que houve discordância no entendimento das questões pelos respondentes. As respostas foram organizadas para fins de análise.

A seguir serão apresentados, para fins de análise, os dados coletados nas entrevistas. Para a visualização foram organizados em quadros e serão apresentados na seguinte ordem: (i) dados da entrevista realizada com os alunos da escola especial; (ii) dados da entrevista realizada com os alunos da escola regular de ensino; e (iii) dados da entrevista realizada com os regentes. Na transcrição das respostas para os quadros, todas as respostas às perguntas que estão entre aspas são do próprio respondente e se encontram na primeira pessoa do singular. As frases que se encontram entre parênteses são de redação do próprio pesquisador e estão na terceira pessoa do singular.

No que se refere às respostas às questões da entrevista realizada com os alunos da instituição especializada, a indicação está disponibilizada no Quadro 1.

Quadro 1. Respostas às questões da entrevista piloto realizadas com os alunos da escola especial.

Questões	Alunos		
	EEa	EEb	EEc
1. Qual Instrumento você toca na Banda da Escola (Escola Especial)?	"Bumbo".	"Bumbo; Surdo".	"Eu não toco Instrumento". (Participa do corpo coreográfico).

2. Você gosta de participar da Banda da Escola (Escola Especial)? Por quê?	“Gosto”. (Não sabe por que).	“Adoro, porque sim, porque é bom”.	“Gosto, porque é legal”.
3. Você gostaria de participar de uma Banda de outra Escola? Por quê?	(Está indeciso).	“Gostaria, porque é bom que a gente aprende com os outros”.	“Não, porque eu gosto desta” (Banda da Escola Especial).
4. Você conhece a “Banda da Escola (Nome da Escola Regular)”?	“Não”.	“Não”.	“Não”.
5. Você gostaria de tocar na Banda da Escola (Nome da Escola Regular)? Por quê?	“Não”.	“Gostaria, porque sim”.	“Não, porque gosto desta” (Banda da Escola Especial).
6. Você conhece um Trompete?	“Não”.	“Não”.	“Não”.
7. Você conhece um Trombone?	“O que é isso”? (Não sabe o que é um trombone).	“Não”.	“Não”.
8. Você já ouviu o som de um Trompete?	“Não”.	“Não”.	“Nem sei o que é isso”. (Não sabe o que é um trompete).
9. Você já ouviu o som de um Trombone?	“Não”.	“Não”.	“Não”.
10. Você conhece alguém que estuda na Escola (Nome da Escola Regular)?	“Não”.	“Que eu me lembre, não”.	“Não”.
11. Você conhece alguém que toca na “Banda da Escola (Nome da Escola Regular)”?	“Não”.	“Não”.	“Não”.

12. Você já estudou ou participou de atividades de outra escola? Qual escola? Você gostou de estudar ou participar de atividades de outra escola? Por quê?	(Já estudou em outra escola quando era pequeno). “Eu gostava de estudar em outra escola, mas me trouxeram pra cá”. (Escola Especial).	(Já estudou em escolas de fazendas) “Gostava de estudar nessas escolas”.	(Já estudou em escola de ensino regular). “Não gostava de estudar lá, porque lá é chato”.
--	---	--	---

As respostas dadas pelos alunos da escola especial no que se refere às perguntas nº 6, 7, 8 e 9, referentes ao conhecimento dos mesmos a respeito de instrumentos musicais e seus sons, no caso o trompete e o trombone, não foram devidamente compreendidas por caracterizar perguntas que não correspondem ao conhecimento dos alunos sobre os referidos instrumentos musicais. Portanto, foram removidas do roteiro de entrevista. A resposta do aluno EEc, referente ao seu conhecimento sobre o trompete, demonstra sua falta de conhecimento sobre o objeto, no caso, sobre um instrumento musical de sopro. As demais questões serão mantidas, pois atendem às expectativas de resposta.

No que diz respeito às respostas das questões da entrevista realizada com os alunos da escola regular, encontram-se disponibilizadas no Quadro 2.

Quadro 2. Respostas às questões da entrevista piloto realizadas com os alunos da escola regular.

Questões	Alunos		
	ERa	ERb	ERc
1. Sempre participa da Banda da sua Escola? Se não, por quê?	“Sim”.	“Sim”.	“Sim”.
2. Você gosta de Participar da Banda? Por quê?	“Sim, porque é uma maneira de manifestar a arte musical com a diversão”.	“Sim, porque gosto da arte musical. É um talento que eu nasci”.	“Sim, porque é uma maneira de distrair todos os meus problemas do dia-a-dia, ajudando a forçar minha concentração”.
3. Na sua Escola você conhece algum aluno com deficiência? Você tem algum colega com deficiência na Escola?	“Sim”.	“Sim”.	“Não”.
4. Você sabe o que é Deficiência Intelectual?	“Sim”.	“Sim”.	“Sim”.

5. Você acha que um aluno com Deficiência Intelectual pode tocar na Banda Marcial junto com você? Por quê?	“Não, porque já existem lugares especializados para atender pessoas com este tipo de deficiência, onde lá darão toda a infraestrutura a elas. Podendo assim o mesmo expressar seu talento musical”.	“Sim, porque todos são iguais, e o talento não depende da diferença que a pessoa tenha”.	“Sim, porque se tiver força de vontade é um direito concedido a todos, independente de seu modo de vida”.
6. Você conhece alguma Banda formada por pessoas com deficiência? Se sim, Qual?	“Sim, APAE”	“Sim, APAE”	“Sim, APAE”
7. Você gostaria de participar de uma Banda na qual alunos com Deficiência poderiam participar junto com alunos sem deficiência? Por quê?	“Não, porque teríamos que ter todo um conjunto de mestres capacitados, sendo que o governo não dá suporte”.	“Sim, porque seria um incentivo para mim, poder ajudar alguém com um tipo de deficiência seja ela física ou mental”.	“Sim, porque teria a oportunidade de adquirir experiências novas e poder conhecer pessoas com tais deficiências”.
8. Qual Instrumento você toca na Banda Marcial?	“Trompete”.	“Trompete”.	“Trombone”.
9. Você acha que um aluno com Deficiência Intelectual poderia aprender a tocar o seu instrumento musical? Por quê?	“Não, porque precisaria de muita concentração e disciplina”.	“Sim, porque todos tem capacidade para aprender, desde que se tenha força de vontade”.	“Sim, porque dependendo do grau da deficiência, poderia ser possível”.
10. Você acha que você conseguiria ensinar o que você aprendeu sobre seu instrumento a um aluno com Deficiência Intelectual? Por quê?	“Não, porque não tenho capacitação educacional, principalmente com alunos que necessitam de ensino especial”.	“Sim, porque se a pessoa tem força de vontade tudo será possível”.	“Sim, porque a partir do momento que a diferença não impedir, pode dar condições ao ensinamento”.

Sobre a análise das respostas do Quadro 2, todas as questões atendem às expectativas de respostas e não apresentam discrepâncias observadas. Todas as questões da entrevista serão mantidas na pesquisa.

As respostas às questões da entrevista realizada com os Regentes estão indicadas no Quadro 3.

Quadro 3. Respostas às questões da entrevista piloto realizadas com os regentes de bandas.

Questões	Regentes		
	RBa	RBb	RBc
1. Quando foi fundada a Banda da Escola (Nome da Escola)?	(Não sabe a data da fundação da banda).	(Não sabe a data definida).	(Banda fundada em 1990).
2. Qual é a importância dos desfiles cívicos para as Bandas ou Fanfarras Escolares?	“É uma forma da escola aparecer e é importante na parte musical também, porque atrai a atenção da criança para continuar com essa tradição de formar músico. Que hoje esta uma coisa complicada”.	“Estimulo das crianças, estimulas”.	(De uma maneira cultural para população. E também como um incentivo para os próprios músicos. É uma forma cultural pra quem assiste e para quem apresenta).
3. Qual é a importância dos campeonatos e concursos para as Bandas Estudantis que participam dessas competições?	“Campeonatos e qualquer tipo de competição incentiva a melhorar o conjunto. Vão se formando Bandas cada vez melhores, vai melhorando cada vez mais”.	(É importante pela competição que se estabelece entre essas bandas e fanfarras).	(Importância como competição. Verificar os níveis das bandas e fanfarras. É importante também como incentivo para a melhoria e evolução das bandas).
4. Em sua opinião você acredita que um jovem com Deficiência Intelectual de uma Escola Especial poderia participar de um desfile cívico juntamente com uma Banda Escolar ou Fanfarras de uma Escola Regular? Por quê?	“Pode tranquilamente, dependendo da limitação dele, do problema dele; se a pessoa não tiver ritmo já é meio descartado desse meio aí; mas eu acho que pode participar sem problemas, dependendo do instrumento, tal né”.	“Acredito, porque todo mundo tem oportunidade; tendo esforço, qualquer um pode tocar um instrumento”.	(Seria possível, dependendo do apoio e adaptação necessários para que isso possa ocorrer).
5. Em sua opinião você acredita que um jovem com Deficiência Intelectual poderia participar de um concurso ou campeonato juntamente com uma Banda Estudantil entre jovens sem deficiência? Por quê?	“Pode tranquilamente, porque tem pessoas que não tem problema nenhum que tem uma dificuldade tremenda na música; você encontrar uma pessoa com deficiência que tenha facilidade (com a música) é difícil de encontrar, mas pode encontrar”.	“Do campeonato já seria diferente, porque se a pessoa não aceita perder algo assim não seria bom pra ela”. (Para pessoa com deficiência talvez não fosse bom perder um campeonato).	(Deveria haver concursos próprios de bandas entre alunos com deficiência, mas é possível também, que pessoas com deficiência tenham o direito de participar desse campeonato com pessoas normais, desde a pessoa se sinta apta para participar desses campeonatos para bandas estudantis).

Quanto às respostas dos regentes, todas atendem às expectativas e não apresentam discrepâncias observadas. Todas as questões da entrevista serão mantidas na pesquisa.

Podemos considerar, no que se refere à viabilidade dos instrumentos (roteiros de entrevista), que houve dois problemas de interpretação em duas perguntas da entrevista direcionadas aos alunos da escola especial disponibilizada (questões 7 e 8). O participante EEa não sabia que Trombone é um instrumento musical e o participante EEc também não sabia que Trompete é um instrumento musical. Portanto, como dito anteriormente, as questões 6, 7, 8 e 9 as quais tratam sobre o conhecimento e a identificação sonora desses instrumentos serão removidas da entrevista. Quanto às respostas dos alunos do ensino regular e dos regentes não houve discrepâncias observadas.

Após a efetivação do estudo piloto assim ficaram disponibilizados os roteiros das entrevistas que configuram os instrumentos de coleta de dados desta pesquisa: (i) Entrevista Estruturada Aplicada aos Alunos da Escola Especial Pré-Intervenção (Apêndice 7); (ii) Entrevista Estruturada Aplicada aos Alunos da Escola Especial Pós-Intervenção (Apêndice 8); (iii) Entrevista Estruturada Aplicada aos Alunos da Escola Regular Pré-Intervenção (Apêndice 9); (iv) Entrevista Estruturada Aplicada aos Alunos da Escola Regular Pós-Intervenção (Apêndice 10) e (v) Entrevista Estruturada Aplicada ao Regente de Banda, Pré-intervenção (Apêndice 11).

4.1.6 Considerações Finais sobre o Estudo Piloto

Nas considerações finais podemos concluir que os dados obtidos pelo estudo piloto consistem em caracterizar a pesquisa como funcional para se atingir os objetivos propostos.

Respostas da pergunta como: “Você gostaria de participar de uma Banda na qual alunos com deficiência poderiam participar junto com alunos sem deficiência?” poderiam, justamente, esclarecer o leitor de que essa proposta: a de participar de uma corporação musical entre pessoas com e sem deficiência, poderia estabelecer um reconhecimento das diferenças dos alunos com deficiência pelo grupo todo; entre os membros do grupo sem essa deficiência. Reconhecendo uma vez as diferenças de alunos com deficiência

por alunos sem deficiência de um mesmo grupo, obtém-se uma propensão de aceitação ou não dessa diferença e, não obstante, a valorização da diversidade ou não dentro do grupo estudado, no caso a banda. Portanto, veremos nas entrevistas aplicadas antes e depois da intervenção com os membros da banda (Pré e Pós-facto), já na pesquisa, quantos resultados positivos e quantos resultados negativos haverá em relação a essa expectativa.

No estudo piloto já podemos ver, entretanto, essa pretensão positiva em relação à banda entre estudantes da escola regular, assim como foi dada a resposta dessa pergunta pelo ERc: “Sim, porque teria a oportunidade de adquirir experiências novas e poder conhecer pessoas com tais deficiências”.

4.2 A Pesquisa

O presente estudo desta pesquisa é de cunho qualitativo e se caracteriza como estudo de caso. Conforme Yin (2005), o estudo de caso, assim como outras estratégias de pesquisa, representa uma maneira de investigar um tópico empírico seguindo-se de um conjunto de procedimentos pré-especificados. Os estudos de caso também podem se basear em qualquer mescla de provas quantitativas e qualitativas. Entretanto, essa pesquisa será apenas de cunho qualitativo. Os dados coletados podem se basear em muitas fontes de evidência. Yin (2005) discute seis importantes fontes de evidência comumente utilizadas para coleta de dados nos estudos de caso quais sejam: documentação, registros em arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos. Será utilizada, portanto, nesse estudo, como principal fonte de evidência para a coleta de dados, a observação participante que, conforme a explicação de Yin (2005, p. 121) é:

[...] uma modalidade especial de observação na qual você não é apenas um observador passivo. Em vez disso, você pode assumir uma variedade de funções dentro de um estudo de caso e pode de fato participar dos eventos que estão sendo estudados.

Para Marconi e Lakatos (2008), a observação é uma técnica de coleta de dados que consiste em conseguir informações através dos sentidos. Portanto, não consiste apenas em ver e ouvir, mas, também, em examinar

fatos ou fenômenos que se desejam estudar. A observação participante, por sua vez, consiste na participação real do observador com a comunidade ou grupo pesquisado. O pesquisador fica tão próximo quanto um membro do grupo e participa das atividades normais deste.

4.2.1 Participantes

Os Participantes da pesquisa foram: (i) 12 alunos de uma escola especial para DI; (ii) 12 alunos de uma escola regular de ensino; e (iii) o regente da banda marcial da escola regular.

Os critérios utilizados para a amostra do estudo da pesquisa foram: (i) ser aluno em idade escolar, estudante de uma escola especial para DI e participante da banda da instituição há mais de 12 meses; (ii) ser aluno em idade escolar de até 21 anos de idade, estudante ou ex-estudante de escola regular de ensino público participante ativamente da banda da escola; e (iii) ser o regente da banda da escola regular de ensino público, incluída na pesquisa.

As informações sobre a caracterização dos alunos da escola especial encontram-se detalhados no Quadro 4. Os participantes serão denominados de EE1; EE2; EE3; EE4; EE5; EE6; EE7; EE8; EE9; EE10; EE11; EE12.

Quadro 4. Características dos alunos da escola especial.

Participantes	Gênero	Idade	Ano de Ingresso na Instituição	Sabe Escrever o Nome	Sabe Ler
EE1	Feminino	14 anos	Não soube responder	Sim	Sim
EE2	Feminino	18 anos	Não soube responder	Sim	Não
EE3	Masculino	13 anos	Não soube responder	Sim	Não
EE4	Feminino	14 anos	Não soube responder	Sim	Sim

EE5	Feminino	16 anos	Não soube responder	Sim	Sim
EE6	Feminino	11 anos	Não soube responder	Sim	Não
EE7	Masculino	14 anos	Não soube responder	Sim	Sim
EE8	Masculino	15 anos	2009	Sim	Sim
EE9	Masculino	19 anos	Não soube responder	Sim	Não
EE10	Feminino	22 anos	2005	Sim	Não
EE11	Masculino	20 anos	2004	Sim	Sim
EE12	Masculino	Não soube responder	Não soube responder	Sim	Não

Observa-se, no que compreende às informações contidas no Quadro 4, que os alunos da escola especial participantes da pesquisa estão divididos entre seis alunos do gênero masculino e seis alunas do gênero feminino. A aluna com maior idade possui 22 anos e a aluna de menor idade possui 11 anos. A maioria dos participantes não soube responder qual ano ingressaram na escola. Todos sabem escrever o nome; seis alunos sabem ler e os outros seis não sabem. A seguir, as características dos alunos da escola regular.

As informações sobre a caracterização dos alunos da escola regular participantes da banda marcial encontram-se detalhados nos Quadro 5. Os participantes da pesquisa serão denominados de ER1; ER2; ER3; ER4; ER5; ER6; ER7; ER8; ER9; ER10; ER11; ER12.

Quadro 5. Características dos alunos da escola regular.

Participantes	Gênero	Série	Idade
ER1	Feminino	8ª Série	13 anos
ER2	Feminino	3º ano do Ensino Médio	17 anos
ER3	Feminino	3º ano do Ensino Médio	17 anos
ER4	Feminino	Ensino superior	21 anos
ER5	Feminino	2º ano do Ensino Médio	16 anos
ER6	Feminino	2º ano do Ensino Médio	15 anos
ER7	Feminino	5ª Série	11 anos
ER8	Feminino	Completo o Ensino Médio	19 anos
ER9	Masculino	3º ano do Ensino Médio	17 anos
ER10	Feminino	5ª Série	10 anos
ER11	Feminino	2º ano do Ensino Médio	17 anos
ER12	Feminino	8ª Série	12 anos

Observam-se nos dados do quadro 5 informações que apontam que há apenas um aluno do gênero masculino entre os participantes da pesquisa; os outros participantes são todos do gênero feminino. Duas alunas, uma delas de 21 anos e a outra de 19 anos, já não mais estudam na escola regular, foram alunas estudantes da escola, mas que atualmente apenas participam da banda marcial. A aluna de menor idade possui 10 anos de idade e a aluna de maior idade, 21 anos.

Sobre o regente, as informações sobre suas características são: gênero masculino; professor de Língua Portuguesa e Inglesa e Vice-diretor da própria escola de ensino regular, onde, desde 1995, assumiu o início de seu trabalho com a banda marcial na qual permanece atualmente.

4.2.2 Local

Os dados foram coletados nos seguintes locais: (i) uma escola especial para alunos com DI, a mesma escola descrita no estudo piloto; e (ii) uma escola de ensino regular que se encontra na mesma cidade da escola especial. A escola de ensino regular é uma escola pública estadual com aproximadamente 1.200 alunos matriculados entre os períodos matutino, vespertino e noturno no decorrente ano de 2013. Foi selecionada para a pesquisa pelo fato de manter uma das mais tradicionais bandas marciais da

cidade. A escola possui uma banda marcial com aproximadamente 30 anos de tradição em apresentações e formação de músicos.

4.2.3 Instrumentos

Os instrumentos utilizados foram: (i) roteiros de entrevista, (ii) caderno de campo e (iii) informações coletadas no *facebook*, via internet.

4.2.3.1 Roteiros de Entrevista

Foram aplicados três roteiros de entrevistas estruturadas conforme o estudo piloto.

- (i) Entrevista Estruturada Direcionada aos Alunos Participantes da Pesquisa da Escola Especial: Aplicada aos Alunos da Escola Especial, Pré-Intervenção (Apêndice 7);
- (ii) Entrevista Estruturada Direcionada aos Alunos Participantes da Pesquisa da Escola Especial: Aplicada aos Alunos da Escola Especial, Pós-Intervenção (Apêndice 8);
- (iii) Entrevista Estruturada Direcionada aos Alunos da Escola Regular: Aplicado aos Alunos da Escola Regular, Pré-Intervenção (Apêndice 9);
- (iv) Entrevista Estruturada Direcionada aos Alunos da Escola Regular: Aplicado aos Alunos da Escola Regular, Pós-Intervenção (Apêndice 10);
- (v) Entrevista Estruturada Direcionada ao Regente de Banda: Aplicada ao Regente de Banda, Pré-intervenção (Apêndice 11).

Os dados obtidos na observação foram registrados no caderno de campo.

4.2.3.2 Caderno de Campo

O caderno de campo, por sua vez, foi instrumento utilizado para registrar fatos, situações, depoimentos, atitudes dos participantes durante todo o período de intervenção e coleta de dados. Como recurso complementar de diário de campo, foram utilizadas postagens via internet por meio do site de relacionamento *facebook*.

4.2.3.3 Informações coletadas no *facebook*

A banda da escola regular, objeto desse estudo de pesquisa, possui um grupo de integrantes, ex-integrantes, colaboradores, simpatizantes e amigos da banda, que compartilham informações na rede social *facebook*. Esse grupo é fechado e somente membros convidados podem participar. Até a atualidade o grupo está com 262 membros e todas as postagens feitas no grupo são visualizadas por todos os membros na página do *facebook*.

No período em que vigorou a pesquisa houve algumas postagens pelos membros da escola regular, referentes à participação dos alunos com DI na banda marcial. Algumas dessas postagens foram trazidas nesta pesquisa para complementar o caderno de campo e serão analisadas na discussão.

Para manter o anonimato dos integrantes, manteve-se apenas o segundo nome dos alunos e as fotos foram removidas, assim como o nome das escolas participantes e o nome da banda marcial. Há, nas figuras que seguem, uma tarja branca em cima dos nomes e das fotos dos alunos, mantendo apenas o sobrenome. Essa tarja foi manipulada pelo pesquisador para justamente manter o anonimato dos participantes e das entidades. Essas informações encontram-se nos Anexos: 2; 3; 4 e 5.

4.2.4 Equipamento

Foi utilizada uma filmadora como um recurso complementar para o registro no diário de campo.

Também foi utilizado um gravador para as entrevistas com o objetivo de elucidar quaisquer dúvidas havidas durante as entrevistas.

4.2.5 Procedimentos Éticos

Conforme já descrito anteriormente no Estudo Piloto, foram atendidos os aspectos éticos com a submissão e aprovação do projeto pelo Comitê de Ética da UFSCar cujo parecer N° 112.541 se encontra no Anexo 1.

Ainda, quanto aos aspectos éticos e já descritos no Estudo Piloto, há a exigência de que cada participante assine o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Assim, foi solicitada a assinatura dos TCLEs, a saber: (i) dos pais dos alunos da escola especial (Apêndice 12); (ii) dos pais dos alunos da escola regular menores de idade (Apêndice 13); (iii) dos alunos da escola regular maiores de idade (Apêndice 14); e (iv) do regente (Apêndice 15).

4.2.6 Procedimentos para a Coleta de Dados

Para a coleta de dados, inicialmente o pesquisador contatou a direção da escola especial e da escola regular as quais foram selecionadas para a pesquisa. Logo após a liberação das direções institucionais, os TCLEs foram submetidos aos participantes que atenderam aos critérios de inclusão na pesquisa, conforme o descrito anteriormente. Em seguida, as entrevistas foram agendadas após estabelecimento de concordância em horários e locais entre o pesquisador e os participantes que atenderam aos critérios de inclusão na pesquisa.

O roteiro de entrevista direcionado aos alunos da escola especial e ao regente foi realizado verbalmente pelo pesquisador e as respostas foram gravadas com o apoio de um gravador e logo transcritas pelo próprio pesquisador integralmente, não havendo a necessidade dos entrevistados registrarem suas respostas. Já o roteiro de entrevista direcionado aos alunos da escola regular foi aplicado em perguntas escritas cujas respostas registradas foram elaboradas pelos próprios alunos por meio de anotação escrita.

O roteiro de entrevista foi aplicado pré e pós a intervenção realizada com os alunos, ou seja, foi aplicado o roteiro antes dos alunos com DI iniciarem as atividades junto aos alunos da escola regular na banda marcial e, após dez encontros, ou seja, dez ensaios, o roteiro foi reaplicado. Este mesmo

procedimento foi também utilizado com os alunos da escola regular. O roteiro do regente foi aplicado apenas antes da intervenção. Ainda, quanto ao procedimento para a coleta de dados, foi elaborado e aplicado um programa de ensino para os alunos com DI.

A programação de ensino foi um recurso utilizado pelo regente para que os alunos com DI pudessem ser incluídos nas atividades da banda marcial da escola regular. O foco da programação foi adaptar arranjos já existentes conforme as habilidades de cada integrante da Banda Marcial, como consta nos objetivos específicos desta pesquisa. A seguir será descrita a programação de ensino.

4.2.7 A Programação de Ensino

Por valer de referencial prático à inserção do aluno com DI na banda marcial, foi aplicada a programação de ensino. Nessa programação está descrito todo o conteúdo das atividades que compreendem dez sessões de ensaios da banda marcial. Cada sessão teve a duração de 3h 30min. Essas sessões compreendem os ensaios da banda durante a coleta de dados. Após o período de coleta, houve continuidade da participação dos alunos com DI nas atividades da banda durante todo o ano letivo. Entretanto, será descrito apenas o referencial prático durante as dez referidas sessões, por compreender o período de pesquisa. Na primeira sessão, excepcionalmente, houve a apresentação entre os alunos da instituição especializada e o Regente da Banda Marcial; houve a explanação do regente sobre a banda marcial aos alunos com DI e revelações sobre a história da banda por meio de fotos, títulos, troféus, uniformes, ex-integrantes e outros; houve também apresentação interpessoal entre os integrantes da banda marcial e os alunos da escola especial; No Quadro 6, apresenta-se a programação de ensino:

Quadro 6. Programação de ensino.

Programação de Ensino	
Sessões	Atividades Tópicos
1 ^a	<p>ATIVIDADE 1: Exibição de uma peça musical aos alunos com DI, (Deficiência Intelectual) utilizando o trompete¹⁸, o bumbo¹⁹ e a caixa²⁰ executados pelos integrantes da Banda Marcial.</p> <p>OBJETIVOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Objetivo 1</u> – Exibir o trompete aos alunos com DI; • <u>Objetivo 2</u> – Demonstrar aos alunos com DI a reprodução e o desenvolvimento de uma melodia, utilizando o timbre²¹ do trompete acompanhado dos instrumentos rítmicos (caixa e bumbo); • <u>Objetivo 3</u> – Entreter e motivar os alunos com DI; • <u>Objetivo 4</u> – Descontrair o ambiente. <p>DESENVOLVIMENTO: Os alunos com DI foram conduzidos pelo maestro no centro da quadra da escola onde são realizados os ensaios da banda. Lá havia bancos disponibilizados em semicírculo nos quais os alunos puderam sentar-se e assistirem às apresentações.</p>

¹⁸ Instrumento musical de sopro feito de metal provido de três pistons (gatilhos) os quais são manipulados pelo músico para a reprodução das notas musicais. Louis Armstrong, Dizzy Gillespie e Miles Davis são exemplos de grandes músicos que adotaram e consagraram o instrumento.

¹⁹ Instrumento musical de percussão cujo som é o mais grave entre o grupo de tambores de percussão da banda marcial.

²⁰ Instrumento musical de percussão cujo som é o mais agudo entre o grupo de tambores de percussão da banda marcial.

²¹ Característica do som. Termo que descreve a qualidade ou o “colorido” de um som; um clarinete e um oboé emitindo a mesma nota estarão produzindo diferentes timbres.

ATIVIDADE 2: Exibição aos alunos com DI de uma cadência rítmica, utilizando somente instrumentos de percussão da banda marcial, executados pelos integrantes da mesma.

OBJETIVOS:

- Objetivo 1 – Demonstrar aos alunos com DI o desenvolvimento da sincronia rítmica entre os seguintes instrumentos de percussão: Caixa, Bumbo, Prato e Quadritom;²²
- Objetivo 2 – Entreter e motivar os alunos com DI.

DESENVOLVIMENTO: Os alunos sentaram-se em bancos disponibilizados pela quadra onde são realizados os ensaios da banda e puderam assistir às apresentações.

ATIVIDADE 3: Atribuir os instrumentos de percussão da Banda Marcial aos alunos com DI, referente aos mesmos instrumentos que esses alunos tocam na banda de percussão da escola especial.

OBJETIVOS:

- Objetivo 1 – Para que os alunos com DI pudessem ficar familiarizados com os instrumentos de percussão (tamanho, peso e execução) da Banda Marcial;
- Objetivo 2 – Para que o maestro pudesse avaliar a condição física dos alunos com DI na prática motora de execução do instrumental de Banda Marcial.

DESENVOLVIMENTO: Os alunos com DI, disponibilizados nos bancos no centro da quadra da escola, depois das apresentações, foram chamados um a um pelo maestro para escolherem os

²² Instrumento musical de percussão composto de quatro tambores de tamanhos diferentes interligados e adaptados ao músico para serem executados em movimento.

instrumentos os quais correspondiam aos mesmos instrumentos que eles tocavam na banda de percussão da escola especial. O maestro e os alunos da escola regular ajudaram os alunos com DI a fixarem os instrumentos por eles escolhidos ao corpo.

ATIVIDADE 4: Execução livre dos instrumentos de percussão da Banda Marcial pelos alunos com DI.

OBJETIVOS:

- Objetivo 1 – Para que o maestro pudesse analisar e avaliar a organização rítmica e sincronia instrumental entre os alunos com DI;
- Objetivo 2 – Para que o maestro pudesse analisar e avaliar as condições motoras de execução instrumental dos alunos com DI;
- Objetivo 3 – Para que o maestro pudesse avaliar a concepção de estética e a intensidade sonora das batidas individuais dos alunos com DI.

DESENVOLVIMENTO: A execução livre ocorreu por aproximadamente 05 minutos entre os alunos com DI. O maestro orientou os alunos a executarem os instrumentos de forma livre e espontânea. O maestro instruiu os alunos com DI a iniciarem e cessarem os instrumentos ao sinal dado por ele. O maestro e alguns auxiliares ficaram observando os alunos com DI a executarem os instrumentos musicais. Ao término do tempo, o maestro cessou os instrumentos por meio do sinal combinado por ele.

ATIVIDADE 5: Execução dos instrumentos de percussão da Banda Marcial pelos alunos com DI direcionada.

OBJETIVO: Para que o maestro pudesse avaliar o desempenho da coordenação motora na execução instrumental entre os alunos com DI.

DESENVOLVIMENTO: Depois da execução livre, o maestro silenciou o grupo e logo orientou os alunos com DI a reproduzirem em seus respectivos instrumentos os ritmos com os quais estavam habituados na banda de percussão da escola especial. Os alunos foram ouvidos um a um pelo maestro. A atividade ocorreu com tempo estipulado de 10 minutos.

ATIVIDADE 6: Instruções técnicas de manuseio de baquetas pelo auxiliar do regente.

OBJETIVO: Adquirir habilidade para melhorar a técnica de execução instrumental e adquirir coordenação motora e percepção da mecânica das mãos e braços na execução instrumental.

DESENVOLVIMENTO: Depois da exibição dos alunos com DI na execução dos ritmos nos tambores, o maestro elegeu um dos membros da Banda Marcial da escola regular para orientar os alunos da escola especial na execução exata dos instrumentos. Os alunos se dispuseram em roda semicircular e o auxiliar do regente pôde orientar os alunos na técnica instrumental. A instrução dessa técnica, realizada pelo auxiliar do regente, consistiu em orientar os alunos sobre a maneira correta de segurar as baquetas²³, e orientar sobre a mecânica dos punhos e dos braços na execução correta do instrumento.

²³ Pedaco de madeira parecido com uma vara de curto comprimento com que se percutem tambores e outros instrumentos musicais.

ATIVIDADE 7: Exercícios.

OBJETIVO: Desenvolvimento da coordenação motora e desenvolvimento da percepção rítmica.

DESENVOLVIMENTO: O auxiliar do regente, depois do auxílio sobre a maneira correta de segurar as baquetas, orientou os alunos nos seguintes exercícios:

1º Exercício: Ferir a Pele²⁴ dos instrumentos de percussão (caixa e bumbo), utilizando primeiramente a baqueta da mão direita e depois a baqueta da mão esquerda alternadamente;

2º Exercício: Ferir a Pele dos instrumentos de percussão (caixa e bumbo), utilizando primeiramente a baqueta da mão direita e depois a baqueta da mão esquerda alternadamente: Direita e Esquerda alternadamente 4x e sucessivamente Direita, Direita, Esquerda, Esquerda 4x;

3º Exercício: Repetição do fragmento rítmico reproduzido pelo auxiliar do regente. Este exercício constituiu-se na repetição de um fragmento rítmico. O auxiliar do regente reproduziu um fragmento rítmico simples e logo pediu que os alunos com DI reproduzissem o mesmo fragmento em seus instrumentos. Aos alunos que não conseguiram, o auxiliar orientou induzindo o ritmo e acompanhando o aluno.

ATIVIDADE 8: Execução de três peças musicais do repertório da Banda Marcial entre todos os alunos; entre instrumentos de sopro e percussão, executados pelos alunos da escola regular juntamente com os alunos com DI da escola especial.

²⁴ Superfície do instrumento de percussão na qual se percute a baqueta.

OBJETIVO: Com o objetivo de interação dos alunos com DI no grupo musical da Banda Marcial juntamente com os alunos da escola regular.

DESENVOLVIMENTO: Nessa atividade os alunos com DI apenas reproduziram em seus instrumentos a batida básica do andamento das músicas executadas.

ATIVIDADE 9: Execução instrumental entre todos os alunos.

OBJETIVO: Essa atividade consistiu no propósito de inteirar os alunos da escola especial com os alunos da escola regular no quesito de percepção musical.

DESENVOLVIMENTO: O regente atribuiu instrumentos de percussão entre os alunos da instituição especializada e os alunos da escola regular. A proposta foi para que os alunos da escola regular executassem seus instrumentos em uma cadência rítmica, enquanto os alunos da escola especial ficavam em silêncio, sem executarem seus instrumentos. Dessa forma, num momento específico da cadência, os instrumentos executados pelos alunos da escola regular apenas mantinham o andamento da cadência em uma batida básica e, nesse intervalo que compreendia quatro compassos, o regente indicava um aluno com DI a improvisar livremente o seu instrumento, antes que a cadência retomasse sua execução inicial. O regente indicava o tempo em que o aluno deveria manter o improviso através de sinais, avisando o início e término da sua participação. Esta atividade ocorreu até que todos os alunos com DI pudessem executar seus improvisos em seus instrumentos de percussão.

	<p>ATIVIDADE 10: Solicitação às meninas da escola especial, as quais já participavam do corpo coreográfico na banda de percussão da escola especial, que mostrassem o conhecimento que cada uma trazia.</p> <p>OBJETIVO: Avaliar as habilidades motoras das alunas da escola especial.</p> <p>DESENVOLVIMENTO: As alunas com DI ficaram disponibilizadas na quadra da escola manipulando livremente alguns objetos como: bambolê, bastão e fita. Mediante resultado do que foi apresentado por elas, foram adaptados alguns movimentos que aproximassem daquilo que foi mostrado. Com isso, tanto participantes da linha de frente quanto corpo coreográfico, tiveram a oportunidade de desenvolver exercícios voltados tecnicamente para coordenação motora utilizando alguns elementos como: o bastão, bambolês, fita e bola.</p>
2ª	<p>ATIVIDADE 1: Receber os alunos da escola especial no portão principal, deixados pelos pais, sobre a responsabilidade do regente.</p> <p>OBJETIVO: Possibilitar a boa receptividade aos alunos com DI.</p> <p>DESENVOLVIMENTO: O regente, anteriormente à chegada dos alunos com DI para o ensaio da Banda Marcial, prontificava-se em ficar esperando os alunos no portão da escola. Ao chegarem, o regente recepcionava-os, assim como cumprimentava os responsáveis em deixá-los na escola.</p>

ATIVIDADE 2: Conduzir os alunos da escola especial para dentro da escola regular onde já se encontravam alguns dos integrantes da banda que os acompanharam até o local onde os instrumentos estavam e auxiliar os alunos da escola especial um a um na escolha do instrumento, bem como orientá-los quanto à maneira de ajuste do instrumento ao corpo.

OBJETIVO: Promover o coleguismo entre os alunos da escola especial e os alunos da escola regular.

DESENVOLVIMENTO: Ao conduzir cada aluno com DI para dentro da escola, o regente solicitava que um integrante da Banda Marcial conduzisse o aluno à sala onde estavam os instrumentos musicais. Na sala, o aluno com DI recebia um instrumento musical pelas mãos de um aluno da escola regular. O instrumento atribuído aos alunos com DI já era predeterminado pelo regente. O regente instruía os alunos da escola regular a atribuir determinado instrumento musical aos alunos com DI, assim como a fixação do mesmo instrumento no corpo do aluno.

ATIVIDADE 3: Condução de todos os alunos para quadra da escola onde os ensaios são ministrados.

OBJETIVO: Iniciar a programação da segunda sessão.

DESENVOLVIMENTO: Depois da atribuição dos instrumentos, os alunos da escola especial em companhia dos demais integrantes foram conduzidos pelo regente para a quadra da escola onde são ministrados.

	<p>ATIVIDADE 4: Total liberdade dos alunos com DI para executar qualquer que fosse o ritmo sem que a banda predeterminasse.</p> <p>OBJETIVO: O objetivo da segunda sessão era de deixá-los (Alunos com DI) à vontade quanto ao conhecimento coletivo do local e do instrumental.</p> <p>DESENVOLVIMENTO: Após o contato com os instrumentos, cada integrante com DI tinha total liberdade para executar qualquer que fosse o ritmo sem que a banda predeterminasse. Por vezes os instrumentos musicais, nos intervalos dos ensaios, eram deixados na quadra propositalmente para que os alunos com DI os explorassem. As atitudes dos alunos por sua vez sempre eram observadas pelo regente durante toda a sessão.</p> <hr/> <p>ATIVIDADE 5: Trabalhar os movimentos gradativamente com as alunas com DI. Trabalhando em todas as oportunidades o sincronismo e o garbo (andando).</p> <p>OBJETIVO: Possibilitar o desenvolvimento da coordenação motora das alunas com DI, assim como trabalhar movimentos coreográficos a fim de habilitá-las a participarem em apresentações públicas junto à Banda Marcial.</p> <p>DESENVOLVIMENTO: O trabalho com as meninas consistiu nas seguintes ações: Cada menina precisou ouvir um trecho da musica executada e identificar o andamento rítmico da peça (rápido ou lento).</p>
3ª	<p>ATIVIDADE 1: Bate papo descontraído.</p>

OBJETIVO: Promover momento de descontração e interação.

DESENVOLVIMENTO: Antes de iniciar o ensaio da banda da terceira sessão, o regente recepcionou todos os alunos com DI no portão principal da escola e depois os levou para a praça em frente à escola onde os integrantes da Banda já se encontravam. Nesse momento havia um bate papo bem descontraído e que contava com a participação dos alunos com DI. Todos tinham a oportunidade de contar suas experiências sobre assuntos diversos. O tempo utilizado para esse contato não ultrapassava 20 minutos. Depois disso todos entravam para o ensaio.

ATIVIDADE 2: Ensino técnico. Instrução de postura e sincronia da marcha.

OBJETIVO: Instruir os alunos com DI sobre como se realiza o deslocamento do grupo da Banda Marcial em situação de marcha.

DESENVOLVIMENTO: O regente os colocou em círculo e expôs para todos sobre a importância da postura, bem como a sincronia de pernas e pés no deslocamento da corporação. Logo após, os alunos foram orientados um a um pelo regente e conduzidos à formação técnica de filas e colunas. Com essa formação cada aluno estabelecia seu quarteto de colegas orientando-se sempre pelo colega do lado, da frente e de trás sem perder espaço. Esse exercício foi executado primeiramente por quatro pessoas andando em movimento de ida e volta. Depois em oito, doze, dezesseis e assim sucessivamente. Primeiramente os alunos se deslocavam sem instrumental e num segundo momento já com os instrumentos fixados ao corpo.

	<p>ATIVIDADE 3: Indução aos alunos da escola especial a assistir ao ensaio de metais.</p> <p>OBJETIVO: Habituá-los os alunos com DI à sonoridade dos instrumentos de metais da banda marcial.</p> <p>DESENVOLVIMENTO: Enquanto os exercícios percussivos se sucediam de um lado da quadra, o naipe²⁵ de metal estudava do outro. Nos intervalos para descanso o regente colocava os alunos com DI para assistirem ao repasse das músicas treinadas pelos metais.</p> <hr/> <p>ATIVIDADE 4: Integrar o corpo coreográfico.</p> <p>OBJETIVO: Mostrar as dinâmicas às meninas para o acompanhamento da peça musical.</p> <p>DESENVOLVIMENTO: Nesta terceira sessão as meninas com DI começaram a enfatizar a postura e o sincronismo de pernas e pés já com a introdução do movimento de marcha.</p>
4ª	<p>ATIVIDADE 1: Estudo para a adaptação do instrumental. Foi realizado no quarto encontro o estudo para a adaptação do instrumental da banda de percussão a ser inserido à banda marcial sem prejuízo físico e motor aos alunos.</p> <p>OBJETIVO: Com a finalidade de promover o deslocamento de marcha com maior liberdade e leveza.</p>

²⁵ Cada um dos grupos de instrumentos em que geralmente se divide a orquestra ou banda. O naipe de metais caracteriza o grupo de instrumentos feito desse material.

DESENVOLVIMENTO: Os alunos da instituição não estavam acostumados com os instrumentos da banda marcial, que são instrumentos que exigem técnica avançada de execução. Nesse momento houve uma parceria entre a escola especial junto à escola regular. Foram levados instrumentos de percussão da escola especial com os quais os alunos com DI já estavam acostumados a tocar. Esses instrumentos da banda de percussão foram adaptados à realidade da banda marcial, que, diferentemente da banda de percussão, a banda marcial possui dinâmica de deslocamento mais rápida e cadências rítmicas mais avançadas. A adaptação foi quanto ao ajuste do instrumento ao corpo dos alunos, que utilizaram coletes para fixação do instrumento ao corpo.

ATIVIDADE 2: Exercícios rítmicos de articulação de baquetas e movimentos rítmicos sincronizados com os braços.

OBJETIVO: Para execução instrumental, por meio de imitação cinética dos movimentos simulados do regente.

DESENVOLVIMENTO: O regente simulava como seriam os movimentos dos braços ao executar os instrumentos de percussão os quais os alunos com DI estavam conduzindo. Os alunos por sua vez deveriam imitar os movimentos do regente.

ATIVIDADE 3: Marcar passos.

OBJETIVO: Adquirir percepção de rítmica e coordenação para a marcha cadenciada.

DESENVOLVIMENTO: Foi realizada a indução de passos

	<p>sincronizados no ritmo claro da caixa com todos os alunos no lugar (Sem locomoção). Em seguida foi proposto marcar passos com a corporação em movimento. Esse movimento de ordem unida foi executado até que os integrantes se sentissem seguros.</p> <hr/> <p>ATIVIDADE 4: Utilização do bastão, estandarte e bandeira.</p> <p>OBJETIVO: Adaptação das meninas com DI à Banda Marcial. Interação com o grupo (corpo coreográfico).</p> <p>DESENVOLVIMENTO: As meninas da linha de frente com DI que estavam participando do corpo coreográfico, (que não se adaptaram no corpo coreográfico), começam a utilizar o elemento bastão, bem como as meninas da linha de frente as bandeiras e o estandarte; sempre com o auxílio da professora responsável pelo grupo.</p>
5 ^a	<p>ATIVIDADE 1: Junção dos grupos.</p> <p>OBJETIVO: Desenvolvimento do ensaio geral.</p> <p>DESENVOLVIMENTO: Na quinta sessão foi abordada a união dos dois grupos (percussão e metais), visto que os integrantes da percussão ficavam à espera do momento para poderem tocar, aguardando o momento em que o regente os conduzisse no ensaio geral.</p> <hr/> <p>ATIVIDADE 2: Percepção.</p> <p>OBJETIVO: Percepção musical.</p>

	<p>DESENVOLVIMENTO: A segunda situação era que todos os alunos tivessem a oportunidade de ouvir e perceber os sons produzidos por cada um dos instrumentos de sopro no ritmo e compasso da música proposta.</p> <hr/> <p>ATIVIDADE 3: Junção do corpo coreográfico com o corpo musical. O corpo coreográfico como um todo se agrupou com o corpo musical.</p> <p>OBJETIVO: Prática em conjunto.</p> <p>DESENVOLVIMENTO: Após todas as atividades desenvolvidas entre as partes, o maestro reúne todos os componentes para avaliar o desempenho de cada um no conjunto. Para isso contou com os alunos já participantes da Banda Marcial.</p>
6 ^a	<p>ATIVIDADE 1: Repetição de atividade da sessão 4.</p> <p>OBJETIVO: Avaliação Individual.</p> <p>DESENVOLVIMENTO: Nesta sessão o regente fez uma retrospectiva da sessão 4, agora já com uma outra didática. (Cada aluno deveria mostrar a sua habilidade frente ao que foi trabalhado nas sessões 3 e 4) individualmente.</p> <hr/> <p>ATIVIDADE 2: Apresentação do repertório aos alunos com DI.</p> <p>OBJETIVO: Assimilação das músicas.</p> <p>DESENVOLVIMENTO: Posteriormente a esta ação foi apresentado</p>

	<p>aos alunos com DI o repertório a ser executado pela Banda. Os alunos da percussão se juntaram aos outros do grupo de instrumentos de sopro (metais) e executaram as peças musicais escolhidas, bem como o corpo coreográfico que já passou a interagir com o corpo musical.</p>
7 ^a	<p>ATIVIDADE 1: Adaptação dos arranjos. Adaptação dos arranjos do naipe de percussão conforme a habilidade de todos os alunos.</p> <p>OBJETIVO: Promover o entrosamento instrumental entre todos os integrantes da banda marcial.</p> <p>DESENVOLVIMENTO: Nesta sessão foi trabalhado o fator comando musical. O regente passou a treinar com os alunos com DI a dinâmica da música através dos movimentos por ele propostos, quando deveriam aumentar ou diminuir o som, atacar as batidas etc.</p>
8 ^a	<p>ATIVIDADE 1: Exercícios técnicos.</p> <p>OBJETIVO: Desenvolver a habilidade de execução instrumental.</p> <p>DESENVOLVIMENTO: Na sessão 8 a corporação foi dividida novamente entre sopro e percussão. Os alunos com DI cada qual com seu instrumento ficaram do lado dos outros alunos da corporação e o primeiro exercício foi o de assimilação e reprodução dos comandos do regente, através dos gestos e da expressão facial diante de cada momento da música apresentada. Nesse momento também foi utilizado o auxílio de um aparelho eletroeletrônico (Rádio). Após ter trabalhado esses exercícios por aproximadamente três horas, os grupos de sopro e a percussão da banda uniram-se e o regente começou a reger numa primeira exposição para os alunos com DI,</p>

	<p>com a finalidade de que eles assimilassem os acentos das peças musicais.</p>
9 ^a	<p>ATIVIDADE 1: Execução do repertório.</p> <p>OBJETIVO: Ensaio para apresentação pública.</p> <p>DESENVOLVIMENTO: Nesta sessão, agora com o repertório pronto e adaptado e os comandos treinados, o regente reuniu toda a corporação em formação de filas e colunas para o treinamento das peças musicais com deslocamento em marcha. Foi realizada a execução das músicas em marchas e também das peças paradas (sem deslocamento).</p> <hr/> <p>ATIVIDADE 2: Coreografia e música. As meninas do corpo coreográfico passam a executar a coreografia com a Banda.</p> <p>OBJETIVO: Ensaio para apresentação pública.</p> <p>DESENVOLVIMENTO: Após ter trabalhado com o grupo todo, parte por parte, o regente iniciou o trabalho para a apresentação, agora em movimento. Cada parte é colocada estrategicamente na quadra, para que se inicie o deslocamento da Banda Marcial. A movimentação é feita lentamente para que os integrantes possam memorizar o espaço entre as filas e colunas. O regente repete o anúncio da chamada para a apresentação. Nesse momento a corporação se movimenta após ter proferido o grito de força e garra.</p>
10 ^a	<p>ATIVIDADE 1: Revisão dos exercícios. Os exercícios que foram trabalhados nas sessões de número 3 e 4 passam a ser revistos.</p>

	<p>OBJETIVO: As execuções neste momento tiveram estagio avançado de técnica instrumental e coreográfica com a finalidade de realizar apresentação para o público, pois já há interação do grupo tanto técnico quanto pessoal.</p> <p>DESENVOLVIMENTO: Foi realizada a execução do repertório da banda com os arranjos adaptados entre os dois naipes de instrumentos: sopro e percussão, entre todos os alunos (com e sem deficiência).</p>
--	---

As atividades desenvolvidas pelos alunos com DI foram anotadas no caderno de campo e também filmadas para fins da descrição dos dados coletados no período de dez encontros para ensaio. Também será descrito, no desenvolvimento do Quadro 12, o desempenho dos participantes com DI na banda sobre a proposta da programação de ensino a qual foi desenvolvida. A descrição do desempenho dos alunos com DI compreende o conteúdo de atividades que abrangem a 1^a; 4^a; 7^a e 10^a sessões, por valerem de referencial prático às demais sessões com o propósito e finalidade de análise.

4.2.8 Procedimentos para a Análise de Dados

Para a análise, os dados coletados foram organizados em quadros e em gráficos. Assim, os dados das respostas dos roteiros de entrevista, assim como os dados coletados na aplicação da programação de ensino serão analisados na seguinte ordem:

- (i) Roteiro aplicado ao aluno com DI: pré e pós-intervenção;
- (ii) Roteiro aplicado ao aluno da escola regular: pré e pós-intervenção;
- (iii) Roteiro aplicado ao regente: pré-intervenção e;
- (iv) Dados obtidos na aplicação do programa de ensino aos alunos com DI.

5. Resultados e Discussão

Os dados obtidos serão apresentados para análise e discussão na seguinte ordem:

- (i) Quadros com respostas dos alunos da escola especial ao roteiro de entrevista (pré e pós-intervenção);
- (ii) Quadros com as respostas dos alunos da escola regular ao roteiro de entrevista (pré e pós-intervenção);
- (iii) Quadros com as respostas do regente (pré-intervenção) e;
- (iv) Quadro com o desempenho dos alunos com DI durante as intervenções.

Alunos com DI da escola especial

As respostas ao roteiro de entrevistas aplicadas aos alunos com DI da Escola Especial serão apresentadas nos quadros 7a e 7b (pré-intervenção) e 8a e 8b (pós-intervenção).

Todas as respostas às perguntas que estão entre aspas são do próprio respondente e se encontram na primeira pessoa do singular. As frases que se encontram entre parênteses são de redação do próprio pesquisador e estão na terceira pessoa do singular. Os Alunos da escola especial serão caracterizados como: EE1; EE2; EE3; EE4; EE5; EE6; EE7; EE8; EE9; EE10; EE11; EE12.

Quadro 7a. Respostas às questões da entrevista estruturada realizada com os alunos da escola especial, pré-intervenção.

Questões Antes-Intervenção	Alunos					
	EE1	EE2	EE3	EE4	EE5	EE6
1. Qual Instrumento você toca na Banda da Escola (Escola Especial)?	"Tambor".	"Bumbo".	"Caixinha".	"Eu sou baliza".	"Eu sou comissão de frente".	"Fico marchando". (É participante do grupo de meninas da comissão de frente da banda).
2. Você gosta de participar da Banda da Escola (Escola Especial)? Por	"Gosto. Porque é gostoso".	"Sim. Eu gosto". (Não o relatou porquê).	"Gosto. Porque eu aprendo a tocar instrumentos".	"Gosto. Porque é divertido, distrai também,	"Adoro. Porque mexe um pouco com a minha	"Gosto. Porque eu acho legal".

quê?				eu gosto e sempre gostei, desde pequena”.	cabeça, eu gosto de participar, eu gosto de dançar”.	
3. Você gostaria de participar de uma Banda de outra Escola? Por quê?	“Não. Porque não”.	“Sim”. (Não sabe responder o porquê).	“Sim”. (Para aprender tocar instrumentos).	“Gostaria. Porque faz novos amigos, aprender outras músicas da banda”.	“Sim, para mim se enturmar com as outras pessoas, para mim fazer mais amigos”.	“Gostaria. Para mim ver o jeito que é”.
4. Você conhece a Banda da Escola (Nome da Escola Regular)?	“Conheço. Onde meu irmão estuda”.	“Sim”.	“Não”.	“Não”.	“Não”.	“Não”.
5. Você gostaria de tocar na Banda da Escola (Nome da Escola Regular)? Por quê?	“Gostaria. Porque sim, porque lá (Referiu-se à Escola Regular a qual possui a banda marcial) é uma escola boa”.	“Sim”. (Disse que gostaria de participar da banda marcial da escola regular simplesmente porque gosta).	“Sim”.	“Sim. Porque eu vou conhecer novos amigos, vou ver eles tocando”.	“Sim. Para mim testar (ouvir) outros instrumentos que eu gosto”.	“Gostaria. Para eu conhecer as meninas”.
6. Você conhece alguém que estuda na Escola (Nome da Escola Regular)?	“Meu Irmão”.	“Não”.	“Conheço”.	“Conheço. Meu namorado”	“Não”.	“Conheço minha prima”.
7. Você conhece alguém que toca na Banda da Escola (Nome da Escola Regular)?	“Não”.	“Não”.	“Não”.	“Meu namorado”	“Não”.	“Não”.
8. Você já estudou ou participou de atividades de outra escola? Qual escola? Você gostou de estudar ou participar de atividades de outra escola? Por quê?	“Não. Só aqui” (Referiu-se à instituição especializada).	“Sim. (Referiu-se a uma escola particular, disse que gostava de estudar na escola com muita empolgação, o termo utilizado foi “nossa	“Sim. Caic (Refere-se a uma Escola de Ensino regular, não gostava de estudar nessa escola, porque diz ser muito chato).	“Sim”. (A aluna diz ter estudado em uma escola de ensino regular. A aluna relatou que foi transferida	“Já. Eu já carreguei uma bandeira na fanfarra”. (Não gostou de estudar nessa escola – refere-se a uma escola particular – porque os	(Já estudou em escola de ensino regular, mas não gostava, pois disse ter problemas de relacionamento com outros alunos de lá).

		senhora”, mas não respondeu o porque gostava tanto de estudar na referida escola).		da escola especial para uma escola regular, mas disse não ter gostado de estudar na escola regular por ser incluída em uma classe de ensino infantil – entre crianças; caso de inclusão escolar sem sucesso – a aluna voltou a estudar na escola especial).	alunos faziam muito <i>bullying</i> com ela).	
--	--	--	--	---	---	--

Quadro 7b. Continuação das respostas às questões da entrevista estruturada realizadas com os alunos da escola especial, pré-intervenção.

Questões Antes-Intervenção	Alunos					
	EE7	EE8	EE9	EE10	EE11	EE12
1. Qual Instrumento você toca na Banda da Escola (Escola Especial)?	“A Caixinha”.	“Três tom ou caixinha”.	“Prato”.	(Não soube responder).	“Surdo”.	“Bumbo”.
2. Você gosta de participar da Banda da Escola (Escola Especial)? Por quê?	“Sim. Porque acho legal, meus amigos, o professor que eu tenho”.	“Sim. Para mim a banda é muito bom, eu gosto muito de tocar”.	“Sim. Porque ensina a aprender”.	“Sim. Porque eu gosto de música, música me faz bem”.	(Sim). “Porque eu nunca vi uma fanfarra tão bonita como essa aqui da escola”.	“Gosto. Porque é legal”.
3. Você gostaria de participar de uma Banda de outra Escola? Por quê?	“Sim. Acho legal. Conhecer outras pessoas, aprender outras músicas”.	“Gostaria. Para aprender um pouquinho mais, de tocar os instrumentos, aprender cada vez mais”.	“Sim. Para ajudar a tocar”.	“Sim”. (Pelo motivo de gostar muito de música).	“Sim. Queria conhecer os outros instrumentos, da outra escola”.	“Gostaria. Porque Sim”.

4. Você conhece a Banda da Escola (Nome da Escola Regular)?	"Conheço".	"Não".	"Conheço".	"Conheço".	"Não".	"Não".
5. Você gostaria de tocar na Banda da Escola (Nome da Escola Regular)? Por quê?	"Sim, porque eu acho legal".	"Gostaria. Porque eu gostaria de conhecer lá a escola e, se envolver eles (Refere-se aos alunos da escola regular participantes da banda marcial) aí vai ser muito bom para tocar".	"Sim. Conhecer mais gente".	"Gostaria. Porque eu gosto muito de música".	(Sim). "Para conhecer mais as pessoas".	"Gostaria. Para ver os povo tocar". (Refere-se aos estudantes participantes da banda marcial da escola regular).
6. Você conhece alguém que estuda na Escola (Nome da Escola Regular)?	"Não".	"Não".	"Samara". (Diz ser sua namorada).	"Conheço".	"Não".	"Não".
7. Você conhece alguém que toca na Banda da Escola (Nome da Escola Regular)?	"Sim".	"Ninguém".	"Não"	"Não"	"Não".	"Também não".
8. Você já estudou ou participou de atividades de outra escola? Qual escola? Você gostou de estudar ou participar de atividades de outra escola? Por quê?	"Já". (Disse ter estudado em duas diferentes escolas regulares e disse ter gostado de estudar nessas escolas).	(Disse ter estudado em uma escola regular, mas achava muito chato estudar lá, porque o inspetor de alunos "ficava gritando").	(Diz ter estudado em outra escola, mas não gostava de estudar lá, pois era "muito ruim, não aprendia").	(Diz ter estudado em escola do ensino regular, mas não gostava de estudar lá. Diz que não a deixavam participar da fanfarra da escola, não sabe dizer o motivo).	(Diz ter estudado em escola do ensino regular e diz ter gostado de estudar em tal escola).	(Diz ter estudado em outra escola, na infância, diz que gostava de estudar lá).

Referente à análise e discussão das respostas contidas nos Quadros 7a e 7b observa-se que:

As respostas à pergunta 2, referente ao interesse dos alunos em participar das atividades da banda da escola especial, foram positivas, nas quais todos os alunos responderam que gostam de participar da

banda de percussão da escola especial em que estudam. Esses dados compatibilizam com os dizeres de Stige (2002), o qual relata que as atividades com grupos musicais oferecem aos integrantes desses grupos o aprendizado social, a experiência de autoestima e auto-realização. Os alunos da escola especial demonstram prazer em participar de atividades musicais da banda de percussão na escola especial. Assim como relata a aluna EE4: “Gosto. Porque é divertido, distraio também, eu gosto e sempre gostei, desde pequena”.

O interesse dos alunos em participar de uma banda marcial de outra escola está explícito nas respostas da pergunta 3, nas quais todos os alunos da escola especial responderam que gostariam de participar da banda marcial de uma escola regular, com exceção de uma, a aluna EE1.

O interesse dos alunos em participar da banda marcial da escola regular especificamente da qual participaram está explícito nas respostas da pergunta 5, nas quais todos os alunos da escola especial responderam que gostariam de participar da banda marcial da referida escola regular. Ainda sobre a questão 5, os alunos: EE4, EE6, EE9 e EE11, sobre porque gostariam de participar da banda marcial da escola regular, responderam que gostariam sim, porque a intenção era de conhecer novas pessoas, no caso, conhecer os alunos da escola regular participantes da banda marcial. Esses dados corroboram Lima (2005, p. 101), que relata que: “A banda, além de espaço de difusão cultural na comunidade, é também instrumento de socialização [...]”. Neste ponto, a banda marcial escolar, como atividade cultural, pode ser um importante caminho para a inclusão e participação do aluno com DI no contexto da escola comum, tendo em vista alunos com DI que estão excluídos desse contexto.

Os alunos: EE3, EE4, EE5, EE6, EE8, EE9 e EE10, ao responderem à questão 8, sobre a experiência de ter estudado em uma escola de ensino regular, responderam negativamente sobre tal experiência. Sobre esse fato, Mendes (2010) enfatiza que a realidade da educação de pessoas com deficiência ou de alunos com necessidades educacionais especiais no Brasil atualmente se caracteriza por um

sistema ambíguo, o qual, de um lado existe um consistente sistema caracterizado pelo assistencialismo filantrópico patrocinado por varias instâncias do poder público e, do outro, “um sistema educacional fragilizado que vem sendo incitado a abrir espaço para a educação escolar dessa parcela da população” (p. 107). Podemos confirmar esse dado com a resposta da aluna EE4 à questão 8. A aluna relata sobre sua experiência de ser transferida da escola especial para uma escola de ensino regular. A aluna foi incluída em uma classe de ensino fundamental na qual só havia crianças. “Eu só chorava, as crianças me chamavam de mãe”, relatou. A aluna voltou a estudar na escola especial. Esse caso evidencia a fragilidades do sistema educacional de ensino regular. Conforme observou Carvalho (2008, p. 55, grifo nosso), no Brasil, o Ministério de Educação e Cultura (MEC) tem realizado, nos últimos anos, programas cujo objetivo é justamente a transformação de sistemas educacionais de extensão estadual e municipal da rede regular, para que “as **escolas** que os integram possam ser positivamente **qualificadas para o trabalho na diversidade**”. Mas, no entanto, lamentavelmente, segundo a referida autora, é com grandes dificuldades que essas articulações ocorram sistematicamente no sistema educacional brasileiro, pois estas, atualmente, acontecem apenas de uma forma esporádica.

Quadro 8a. Respostas às questões da entrevista estruturada realizadas com os alunos da escola especial, pós-intervenção.

Questões Pós-Intervenção	Alunos					
	EE1	EE2	EE3	EE4	EE5	EE6
1. Qual Instrumento você toca na Banda da Escola (Escola Especial)?	“Baliza”. (Referiu-se à participação no corpo coreográfico da banda da escola especial).	“Bumbo”.	“Caixinha”.	“Sou comissão de frente”.	“Comissão de frente”.	“Eu Marcho”. (Faz parte da comissão de frente).
2. Você gosta de participar da Banda da Escola (Escola	(Sim). “Porque é gostoso”.	“Sim” (Não respondeu o porque).	“Sim. É bom que eu aprendo, não sabia tocar”.	“Gosto. Porque é divertido”.	“Sim. Porque é um exercício mais gostoso para mim fazer, para	“Sim. Eu acho legal”.

Especial)? Por quê?					desenvolver meu corpo”.	
3. Você gostou de participar de uma Banda de outra Escola? Por quê?	“Sim”. (Não respondeu o porque).	“Sim”. (Porque gosta de participar).	“Sim”. (Diz que gostou de participar da banda marcial pelo fato de aprender outros “toques”).	“Sim. Porque a gente faz novos amigos, a gente faz novos passos, eu adoro, eu gosto”.	“Sim. Para eu conhecer novos amigos, novos professores”.	“Sim”. (Pôde conhecer outras meninas).
4. Você conhece a Banda da Escola (Nome da Escola Regular)?	“Sim”.	“Sim”.	“Sim”.	“Conheço”.	“Sim”.	“Não”.
5. Você gostou de tocar na Banda da Escola (Nome da Escola Regular)? Por quê?	“Sim”. (Não Respondeu o porquê).	“Sim”. (Porque gosta de participar).	“Sim”.	“Sim. Porque é divertido, a gente esta fazendo novos amigos e, novas amigas”.	“Sim. Para ver como que funciona, para ver como é”.	(Sim, mas diz ser difícil tocar lá).
6. Você conhece alguém que estuda na Escola (Nome da Escola Regular)?	(Sim). “O meu irmão”.	“Não”.	“Sim”.	“Conheço”.	“Não”.	“Conheço”.
7. Você conhece alguém que toca na Banda da Escola (Nome da Escola Regular)?	“A Nathalia”. (referiu-se a uma aluna da escola regular, participante da banda marcial).	“Não”.	“Sim”. “Nathalia”	“Sim”.	“Não”.	“Conheço”
8. Você já estudou ou participou de atividades de outra escola? Qual escola? Você gostou de estudar ou participar de atividades de outra escola? Por quê?	“Sim”. (Disse já ter estudado em outra escola e gostava de estudar lá, mas não relatou o porquê).	(Já estou em outra escola, mas não sabe dizer se já participou de atividades na tal escola).	(Já estudou em outra escola, mas não gostava de estudar lá).	(Diz ter participado de uma fanfarra de uma escola regular, diz sempre estar participando de atividades desse gênero nas escolas).	(Diz ter estudado em uma escola particular, mas não gostava de estudar lá, diz “adorar” estudar na escola especial).	(Diz ter estudado em outra escola, mas não gostava de frequentar a referida escola, porque não gostava de fazer lição).

Quadro 8b. Continuação das respostas às questões da entrevista estruturada realizadas com os alunos da escola especial, pós-intervenção.

Questões Pós-Intervenção	Alunos					
	EE7	EE8	EE9	EE10	EE11	EE12
1. Qual Instrumento você toca na Banda da Escola (Escola Especial)?	"Caixinha".	"Caixinha".	"Prato".	"Surdo".	"Surdo".	"Bumbo".
2. Você gosta de participar da Banda da Escola (Escola Especial)? Por quê?	"Sim. Porque eu acho legal".	"Sim. Porque a banda para mim é tudo".	"Gosto. Aprende mais".	"Gosto. Porque me deixa mais feliz".	(Sim). "Porque nunca participei de outra banda".	"Gosto. Porque é legal".
3. Você gostou de participar de uma Banda de outra Escola? Por quê?	"Sim. Porque eu acho legal".	"Sim. Porque eu gosto muito de instrumento".	"Sim. Conhecer mais gente".	"Claro. Por mudar os amigos, as pessoas, os instrumentos, por causa de gostar de música também".	"Sim. Porque para poder aprender instrumento mais diferente".	(Sim). "Porque é bom, faz bom para o pulmão". (Deve querer dizer que faz bem ao coração).
4. Você conhece a Banda da Escola (Nome da Escola Regular)?	"Sim".	"Conheço".	"Conheço".	"Conheço".	"Agora eu conheço".	"Conheço".
5. Você gostou de tocar na Banda da Escola (Nome da Escola Regular)? Por quê?	"Sim". (Não soube responder o porquê).	(Sim). "Porque eu gosto de tocar".	"Sim. É melhor para aprender".	"Claro. Porque eu gosto de música".	"Sim". (Porque conheceu outras pessoas).	(Sim). "Porque é legal, porque é bom".
6. Você conhece alguém que estuda na Escola (Nome da Escola Regular)?	"Sim".	"Conheço".	"Conheço. Tiago".	"Conheço".	"A Natali".	"Só conheço o professor de lá".
7. Você conhece alguém que toca na Banda da Escola (Nome da Escola)	"Sim".	"Conheço".	"Não".	"Conheço".	(Diz que conhece apenas os alunos da escola especial que foram tocar a	"Sim".

Regular)?					banda marcial).	
8. Você já estudou ou participou de atividades de outra escola? Qual escola? Você gostou de estudar ou participar de atividades de outra escola? Por quê?	(Diz ter estudado em outras escolas e gostava de estudar em tais escolas, porque "fugia").	(Diz ter estudado em outra escola, mas não gostava, pois o diretor era "muito chato", diz ter participado da fanfarra da referida escola e gostava de participar).	(Diz ter estudado em outra escola, mas não gostava de estudar na referida escola porque era "muito ruim", pois "não aprendia").	(Diz não ter estudado e nem participado de atividades em uma outra escola).	(Diz ter estudado em outra escola e gostava de estudar em tal escola porque tinha muito amigo lá).	(Diz ter conhecido outra escola só na infância).

Referente à análise e discussão das questões respondidas que constam nos Quadros 8a e 8b observamos que:

Todos os alunos responderam positivamente as questões 3 e 5, que revelam a satisfação deles em ter participado de uma banda de uma escola regular, especificamente da banda marcial da escola regular da qual participaram, não havendo nenhuma intercorrência registrada.

A aluna EE5 ao relatar sua experiência em estudar numa escola regular, pergunta 8, pré-intervenção, explicita que sofreu *bullying*.²⁶ No entanto, ao participar novamente de uma escola regular por meio da banda escolar nenhuma intercorrência foi registrada.

Houve o fato de que o pai da aluna EE5 ofereceu-se para participar da banda junto à filha, pois ele possuía um instrumento musical e já tinha participado de outras corporações musicais. O maestro imediatamente permitiu que o pai da aluna participasse da banda. O fato foi muito positivo para o desenvolvimento da filha, pois a presença do pai lhe deu segurança para estabelecer novos vínculos interpessoais.

Os alunos: EE4, EE5, EE6, EE9 e EE10 gostaram de participar da banda de outra escola, pelo fato, entre outros motivos, de conhecer mais pessoas, no caso, de conhecer os alunos da escola regular participantes da banda marcial da qual participaram.

²⁶ "O *bullying* diz respeito a uma forma de afirmação de poder interpessoal através da agressão. A vitimização ocorre quando uma pessoa é feita de receptor do comportamento agressivo de uma outra mais poderosa" (Neto, 2005, p. 165).

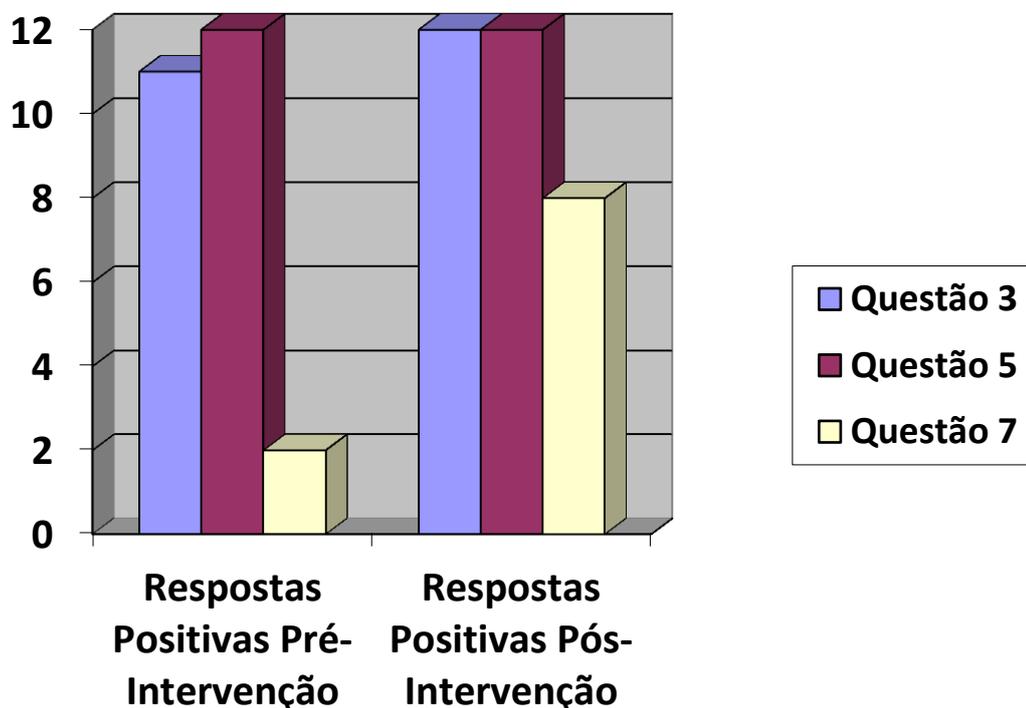
Os alunos: EE1, EE3, EE6, EE8, EE10 e EE12, responderam à questão 7 positivamente, ao serem indagados sobre se conheciam alunos que tocassem na banda marcial da escola regular. Disseram que sim, antes intervenção, porém esses alunos não conheciam ninguém. Sobre esse dado, os alunos da escola especial tiveram a oportunidade de ampliar de seus círculos de relacionamento interpessoal. Tiveram a oportunidade de conhecer pessoas, e com isso a possibilidade de estabelecer amizades.

Como relata Bishop et al (1999, p. 198), “A educação de alunos com e sem deficiências em ambientes compartilhados trouxe à tona a necessidade de relacionamentos significativos”.

Assim foi dada a resposta da questão 5 pela aluna EE4 em relação a sua satisfação em participar da banda escolar: “Sim. Porque é divertido, a gente está fazendo novos amigos e novas amigas”. Essa resposta revela que a aluna EE4 está satisfeita com sua participação nas atividades realizadas na banda da escola regular. Resposta diferente da que foi dada pela mesma aluna em relação a sua participação em uma sala de aula de uma escola regular anteriormente à pesquisa: “Eu só chorava [...]”. Apesar da dificuldade das escolas brasileiras em proporcionar o trabalho com a diversidade do alunado, a importância da prática inclusiva se faz necessária em alguns casos, pois: “Alunos que estudam junto a outros em situações comuns adquirem um desenvolvimento mais adequado” (KASSAR, 2012, p. 839).

Estes dados encontram-se indicados no Gráfico 1.

Gráfico 1. Exibe a comparação das respostas dos alunos com DI PRÉ e PÓS-intervenção.



Houve mudança significativa nas respostas dos alunos da escola especial, que indica no gráfico o aumento de respostas positivas entre as questões 3 e 7. Esta mudança aponta potencialmente que a intervenção desses alunos na escola regular por meio da banda marcial foi positiva.

Alunos participantes da pesquisa da escola regular

Nos quadros 9a, 9b; 10a e 10b serão descritos as respostas dos alunos da Escola Regular, participantes da pesquisa, à entrevista estruturada, pré e pós-intervenção (Apêndices 9 e 10).

Todas as respostas às perguntas que estão entre aspas são do próprio respondente e se encontram na primeira pessoa do singular. As frases que se encontram entre parênteses são de redação do próprio pesquisador e estão na terceira pessoa do singular. Os Alunos da Escola Regular serão caracterizados como: ER1; ER2; ER3; ER4; ER5; ER6; ER7; ER8; ER9; ER10; ER11; ER12.

Quadro 9a. Respostas às questões da entrevista estruturada realizadas com os alunos da escola regular, pré-intervenção.

Questões Antes-Intervenção	Alunos					
	ER1	ER2	ER3	ER4	ER5	ER6
1. Sempre participa da Banda da sua Escola? Se não, por quê?	“Sim”.	“Sim”.	“Não. Entrei recentemente”.	“Sim”.	“Não”.	“Sim”.
2 Você gosta de Participar da Banda? Por quê?	“Sim. Eu acho bem legal”.	“Sim. Me sinto bem e gosto bastante de musica, tocar os instrumentos”.	“Sim. Meu estilo de vida se encaixa”.	“Sim. Eu amo poder participar, mostrar o que eu sei e aprender mais”.	“Sim. Gosto de representar a escola com meu talento”.	“Sim. Porque gosto de tocar instrumentos musicais e aprender tocar da maneira certa”.
3. Na sua Escola você conhece algum aluno com deficiência? Você tem algum colega com deficiência na Escola?	“Sim”.	“Sim”.	“Não”.	“Sim”.	“Sim”.	“Não”.
4. Você sabe o que é Deficiência Intelectual?	“Sim”.	“Sim”.	“Sim”.	“Não”.	“Sim”.	“Sim”.
5. Você acha que um aluno com Deficiência Intelectual pode tocar na Banda Marcial junto com você? Por quê?	“Sim”. (Não respondeu o porquê).	“Sim Todos são capazes de fazer, basta treino e um professor paciente, e muita força de vontade”.	“Sim. Todos tem o direito de fazer o que bem quiser”.	“Sim. Todos são iguais”.	“Sim. Porque o que importa é a força de vontade, é o caráter de cada um”.	“Sim. Porque podemos nos adaptar à deficiência do aluno, independente de qual seja”.
6. Você conhece alguma Banda formada por pessoas com deficiência? Se sim, Qual?	“Não”.	“Sim. A fanfarra do Cáritas”.	“Não”.	“Não”.	“Não”.	“Sim. A banda de escola Cáritas”.
7. Você gostaria de participar de uma Banda na qual alunos com	“Não. Seria estranho um pouco”.	“Sim. Porque todos são capazes”.	“Sim. Idem 5”. (Refere-se à resposta da questão cinco).	“Sim. Ter experiências novas. Aprender com eles e ensina-los.	“Sim. Porque seria bem legal trabalhar com	“Sim. Porque pra mim são todas iguais e pode aprender da mesma forma que eu

Deficiência poderiam participar junto com alunos sem deficiência? Por quê?					peessoas assim”.	aprendo”.
8. Qual Instrumento você toca na Banda Marcial?	“Caixa”.	“Caixa”.	“Baliza”.	“Baliza”.	“Sou Baliza”.	“Caixa”.
9. Você acha que um aluno com Deficiência Intelectual poderia aprender a tocar o seu instrumento musical? Por quê?	“Não. Porque eu acho difícil, e para eles seria mais ainda”.	“Sim. O instrumento pode ser um pouco difícil, não são todos que conseguem, mas, com bastante treino e força de vontade, chega no objetivo”.	“Sim. Se tiver vontade”.	“Sim. Todos são iguais, todos tem suas dificuldades”.	“Sim. Porque basta ter força de vontade”.	“Sim. Pois é só questão de força de vontade”.
10. Você acha que você conseguiria ensinar o que você aprendeu sobre seu instrumento a um aluno com Deficiência Intelectual? Por quê?	“Não. Tem que ter muita paciência”.	“Depende, não sei se eu saberia ensinar, mas tentaria”.	“Não. Não tenho paciência”.	“Sim. Eles aprendem mais rápido do que agente”.	“Sim. Porque eu ensinaria com amor”.	“Sim. Pois se o aluno quiser mesmo aprender, posso ensinar a ele tudo que aprendo”.

Quadro 9b. Continuação das respostas às questões da entrevista estruturada realizadas com os alunos da escola regular, pré-intervenção.

Questões Antes-Intervenção	Alunos					
	ER7	ER8	ER9	ER10	ER 11	ER 12
1. Sempre participa da Banda da sua Escola? Se não, por quê?	“Sim”.	“Sim”.	“Sim”.	“Não. Porque de vez em quando não me interessa”.	“Sim”.	“Sim”.
2 Você gosta de Participar da Banda? Por quê?	“Sim. Porque acho muito bonito, e o bom é que passo o tempo	“Sim. Porque é um amor incondicional”.	“Sim. Gosto de aprender tocar os instrumentos e gosto de música”.	“Sim. Porque eu gostaria de aprender”.	“Sim. Pois há 12 anos faço parte dessa área, e gosto desse meu trabalho”.	“Sim. Porque é legal, divertido e bom”.

	ensaiando com a banda”.					
3. Na sua Escola você conhece algum aluno com deficiência? Você tem algum colega com deficiência na Escola?	“Não”.	“Não”.	“Não”.	“Não”.	“Sim”.	“Não”.
4. Você sabe o que é Deficiência Intelectual?	“Não”.	“Não. Mas tenho curiosidade de saber”.	“Não”.	“Não”.	“Sim”.	“Sim”.
5. Você acha que um aluno com Deficiência Intelectual pode tocar na Banda Marcial junto com você? Por quê?	“Sim. Porque eles tem o mesmo direito que todos têm, não é só por causa da deficiência que não poderão participar da banda”.	“Sim. Porque é um ato legal, e todos que estão na banda vão acolher quem é deficiente intelectual de braços abertos, pois somos uma família”.	“Sim. A banda ajuda a pessoa a se desenvolver”.	“Sim. Porque mesmo com a deficiência ela poderia tocar”. (refere-se aluno com deficiência intelectual).	“Sim. Pois não deve existir diferença entre nós”.	(Não respondeu).
6. Você conhece alguma Banda formada por pessoas com deficiência? Se sim, Qual?	“Sim”. (Não relatou qual).	“Não”.	“Não”.	“Não”.	“Não”.	“Não”.
7. Você gostaria de participar de uma Banda na qual alunos com Deficiência poderiam participar junto com alunos sem deficiência? Por quê?	“Sim. Porque com eles seria muito legal, pois sabem a hora que devem tocar e a hora que devem brincar”.	“Sim. Pois é uma forma de demonstrar que não tenho preconceito, somos todos iguais”.	“Sim. Todas as pessoas nasceram iguais, só que um pouco de diferença, mas para mim não tem problema”.	“Sim. Porque pessoas com deficiência não é algo chato”.	“Sim. Seria uma nova experiência”.	“Sim. Porque seria bom”.

8. Qual Instrumento você toca na Banda Marcial?	"Meia-lua".	"Não toco. Sou Mor da banda". (Baliza-Mor).	"Bumbo".	"Não, (Não toca nenhum instrumento) porque eu faço parte da dança".	"Sou Baliza".	"Corpo coreográfico".
9. Você acha que um aluno com Deficiência Intelectual poderia aprender a tocar o seu instrumento musical? Por quê?	"Sim. Porque é muito fácil".	"Sim. Porque todos têm o direito de aprender".	"Sim". (Não respondeu o porquê).	"Sim. Porque ele (aluno com deficiência intelectual) é capaz".	"Sim. Já tive a experiência de ensinar alunos com deficiências, portanto podem aprender".	(Não respondeu).
10. Você acha que você conseguiria ensinar o que você aprendeu sobre seu instrumento a um aluno com Deficiência Intelectual? Por quê?	"Sim. Porque já faz um ano que estou na banda".	"Não. Porque eu não toco mais, se eu tocasse com certeza ajudaria".	"Sim. Porque com o passar do tempo ela (pessoa com deficiência Intelectual) se acostuma com o instrumento e assim conseguiria tocá-lo".	"Sim. É só acreditar que eu consigo".	"Sim. Pois já tive essa experiência".	(Não respondeu).

Referente à análise e discussão das respostas contidas nos Quadros 9a e 9b podemos constatar que:

Ao que se refere às respostas da questão 5, todos os alunos, exceto o aluno EE12 que não respondeu à pergunta, acreditam que alunos com deficiência intelectual podem participar efetivamente de uma banda marcial.

Ao serem indagados, referente à pergunta 7, sobre se gostariam de participar de uma banda marcial junto a alunos com deficiência, todos os alunos disseram que sim, exceto o aluno EE1 que respondeu: "Não. Seria estranho um pouco".

Ao serem indagados, referente à pergunta 9, sobre se um aluno com DI poderia tocar o instrumento o qual tocam, todos os alunos disseram que sim, exceto EE12, que não respondeu à pergunta e EE1,

que assim respondeu: “Não. Porque eu acho difícil, e para eles seria mais ainda”.

Ao serem indagados, referente à pergunta 10, sobre se acreditam poderem ensinar alunos com DI a aprender seus instrumentos, os alunos EE4, EE5, EE6, EE7, EE9, EE10, e EE11 responderam que sim; as alunas EE1 e EE3 responderam que não, pois não têm paciência; a aluna EE2 respondeu que depende e poderia tentar; a aluna EE8 respondeu que poderia ajudar e a aluna EE 12 não respondeu a pergunta.

Pode-se observar que a resposta à questão 7 pré-intervenção realizada pelo a aluna EE1 da escola regular indica subestima à capacidade dos alunos com DI de participarem da banda marcial. As respostas dos alunos referentes à questão 10 também remetem à condição desses alunos em apoiarem os alunos com DI. Seis alunos da escola regular seriam capazes de ensinar os alunos com DI e já outros seis alunos responderam que não seriam capazes de ensinar os alunos com DI.

Os dados obtidos nos Quadros 9a e 9b, de uma maneira geral, apontam que há a aceitação dos alunos com DI nas atividades da banda marcial pelos alunos da escola regular. Fato que identifica que na banda não há discriminação de alunos nessas atividades. De acordo com Stige (2002), essas atividades proporcionam possibilidades para o desenvolvimento de contatos e relacionamentos entre os participantes.

Quadro 10a. Respostas às questões da entrevista estruturada realizadas com os alunos da escola regular, pós-intervenção.

Questões Pós-Intervenção	Alunos					
	ER1	ER2	ER3	ER4	ER5	ER6
1. Sempre participa da Banda da sua Escola? Se não, por quê?	“Sim”.	“Sim”.	“Sim”.	“Não”.	“Não”.	“Sim”.
2. Você gosta de Participar da Banda? Por quê?	“Sim. Porque eu gosto de musica e gosto de tocar”.	“Sim. Me sinto bem, e amo a musica, tocar instrumentos”.	“Sim. É um meio de socializar com pessoas totalmente diferentes”.	“Sim. Porque me sinto realizada”.	“Sim. Me sinto bem, é um lazer para mim”.	“Sim. Porque gosto de instrumentos musicais”.

3. Na sua Escola você conhece algum aluno com deficiência? Você tem algum colega com deficiência na Escola?	"Sim".	"Sim".	"Não".	"Não".	"Sim".	"Sim".
4. Você sabe o que é Deficiência Intelectual?	"Sim".	"Sim".	"Sim".	"Sim".	"Sim".	"Sim".
5. Você acha que um aluno com Deficiência Intelectual pode tocar na Banda Marcial junto com você? Por quê ?	"Sim. Porque todo mundo pode aprender independente do que ela tem".	"Sim. Porque todos são capazes de aprender, basta receber uma atenção a mais".	"Sim. Todos tem capacidade de aprender algo novo, independente se tem deficiência ou não. Basta querer".	"Sim. Eles tem mais vontade do que muitos que não tem nenhuma deficiência".	"Sim. Todos são capazes desde que tenham força de vontade".	"Sim. Porque mesmo com a sua deficiência, podem provar que são capazes de aprender se tiverem uma atenção especial".
6. Você conhece alguma Banda formada por pessoas com deficiência? Se sim, Qual?	"Não".	"Sim. A do Cáritas".	"Não".	"Sim. Cáritas".	"Sim. Cáritas".	"Sim. Banda de percussão Cáritas".
7. Você gostou de participar de uma Banda na qual alunos com Deficiência puderam participar junto com alunos sem deficiência?	"Sim". (É Interessante).	"Sim. Para poder mostrar que não existem diferenças. Todos são capazes de aprender".	"Sim. Isso já acontece, e achei uma forma muito coerente a todos. Creio que melhorou muito o progresso da banda".	"Sim. Eu já participo, podemos ver o crescimento deles na cooperação e a força de vontade".	"Sim. Porque nós seríamos inspiração para eles".	"Sim. Porque do mesmo jeito que eu aprendi, eles também são capazes de aprender".
8. Qual Instrumento você toca na Banda Marcial?	"Caixa".	"Caixa".	"Corpo Coreográfico".	"Baliza".	"Sou baliza".	"Caixa".
9. Você acha que um aluno com Deficiência Intelectual poderia aprender a tocar o seu instrumento musical? Por quê?	"Sim. Porque eu já vi".	"Sim. Porque todos podem receber uma atenção a mais, um tempo a mais, um incentivo para poder tocar qualquer tipo de instrumento".	"Sim. Pessoas com deficiência já nos mostraram que são capazes de aprender. E com muita facilidade".	"Sim. Tudo na vida é possível".	"Sim. Todos são capazes, desde que se esforcem".	"Sim. Por que eles são capazes assim como eu".
10. Você acha que você conseguiria	"Não. Porque eu acho difícil".	"Sim. Porque da mesma maneira que	"Sim. Seria uma nova experiência	"Sim. Porque amo o que faço, sou	"Sim. Porque tenho amor	"Sim. Porque se eles tiverem uma

ensinar o que você aprendeu sobre seu instrumento a um aluno com Deficiência Intelectual? Por quê?		eu recebi a atenção que merecia para aprender, eles também merecem, precisam dessa atenção e com um pouco mais de paciência tudo é possível. Basta ter essa consciência".	que exige muita paciência. E todos nós gostamos de passar por experiências novas".	disciplinada e tenho força de vontade".	no que faço".	atenção especial também podem aprender".
--	--	---	--	---	---------------	--

Quadro 10b. Continuação das respostas às questões da entrevista estruturada realizadas com os alunos da escola regular, pós-intervenção.

Questões Pós-Intervenção	Alunos					
	ER7	ER8	ER9	ER10	ER 11	ER 12
1. Sempre participa da Banda da sua Escola? Se não, por quê?	"Sim".	"Sim. Porque é uma forma de incentivar pessoas da escola a conhecer uma cultura diferente e participar da banda é simplesmente maravilhoso".	"Sim".	"Não. Porque de vez em quando não me interessa".	"Sim".	"Sim".
2. Você gosta de Participar da Banda? Por quê?	"Sim. Porque é legal, interessante e passa o tempo ensaiando. Isso pra mim é uma família".	"Sim".	"Sim. Gosto de Música".	"Sim. Porque é legal e interessante".	"Sim. Por ser um ambiente agradável, com pessoas que gostam de fazer o mesmo que eu".	"Sim. Porque eu gosto".
3. Na sua Escola você conhece algum aluno com deficiência? Você tem algum colega com deficiência na Escola?	"Não".	"Sim".	"Sim."	"Não".	"Sim".	"Não".
4. Você sabe o que é Deficiência Intelectual?	"Não".	"Sim".	"Não".	"Não".	"Sim".	"Não".

5. Você acha que um aluno com Deficiência Intelectual pode tocar na Banda Marcial junto com você? Por quê?	“Sim. Porque ele tem o mesmo direito de todos nós”.	“Sim. Porque todos somos iguais apenas com dons diferentes e isso não impede de pessoas com deficiência intelectual de participar da banda marcial”.	“Sim. Porque todos somos iguais; a diferença é que a pessoa que tem deficiência intelectual demora mais para pegar o jeito; acompanhar”.	“Sim. Porque eles são como nós”.	“Sim. Pois eles (Alunos com deficiência intelectual) devem ter a mesma oportunidade que os outros para não se sentirem excluídos da sociedade”.	“Sim. Porque ele (aluno com deficiência intelectual) pode ter o mesmo desenvolvimento que eu”.
6. Você conhece alguma Banda formada por pessoas com deficiência? Se sim, Qual?	“Não”.	“Sim. Não conheço uma; conheço várias, pois meu pai (Regente da Banda Marcial) está com um projeto bem interessante na Banda”.	“Sim”. Cáritas”.	“Não”.	“Não”.	“Não”.
7. Você gostou de participar de uma Banda da qual alunos com Deficiência puderam participar junto com alunos sem deficiência?	“Sim”. (Porque é interessante e diferente).	“Sim. Porque é uma forma de mostrar para as pessoas que têm preconceito que nós da banda somos uma família unida e não temos preconceito”.	“Sim, porque são legais”.	“Sim. Porque é uma nova experiência”.	“Sim”. (Pois é uma nova experiência).	“Sim”. (É Legal).
8. Qual Instrumento você toca na Banda Marcial?	“Meia-lua/ Pandeirola”.	“Não toco. Sou Mor da banda”. (Baliza Mor).	“Bumbo”.	“Nenhum, danço no corpo coreográfico”.	“Baliza”.	(Não respondeu).
9. Você acha que um aluno com Deficiência Intelectual poderia aprender a tocar o seu instrumento musical? Por quê?	“Sim. Porque é fácil”.	“Sim. Tendo paciência todos aprendem”.	“Sim”. (Mas é necessário treinar muito).	“Sim. Porque sua deficiência não o impede de fazer ou tocar”.	“Sim. Porque todos devemos ter a mesma oportunidade”.	“Sim. Na banda tem”. (Na banda marcial tem alunos com deficiência intelectual que tocam instrumentos musicais).
10. Você acha que você	“Sim. Acharia meio interessante e	“Sim. Pois não tenho preconceito, é	“Sim”. (Mas demora).	“Sim. Porque o que importa é ter força de	“Sim. Porque mesmo que necessite de	“Sim. Pois tenho vontade”.

conseguiria ensinar o que você aprendeu sobre seu instrumento a um aluno com Deficiência Intelectual? Por quê?	com o tempo eles também conseguiriam”.	um maior prazer ensinar essas pessoas com deficiência intelectual”.		vontade”.	ensinamento especial, acho que teria capacidade de ensinar”.	
--	--	---	--	-----------	--	--

Com referência à análise e discussão das respostas mostradas nos Quadros 10a e 10b podemos observar que:

Ao que se refere à questão 5, mesmo pós-intervenção, todos os alunos, agora sem exceção, acreditam que alunos com DI podem participar efetivamente de uma banda marcial.

Ao que se refere à pergunta 7 disponibilizada no questionário aplicado pré-intervenção (Apêndice 9), direcionado aos alunos da escola regular, que revela o interesse em participar de uma banda marcial junto a alunos com deficiência, todos os alunos disseram que sim, exceto a aluna EE1 que respondeu: “Não. Seria estranho um pouco”. Entretanto, ao responderem novamente a mesma questão 7, pós-intervenção, no que se refere à experiência deles em ter participado de uma banda juntamente com alunos com deficiência, todos mantiveram a resposta positivamente, inclusive a aluna EE1 que mudou de resposta e assim respondeu: “Sim, [...] interessante e diferente”. Ainda, a aluna EE8 assim respondeu à pergunta 7, pós-intervenção: “Sim. Porque é uma forma de mostrar para as pessoas que tem preconceito que nós da banda somos uma família unida e não temos preconceito”.

Segundo Carvalho (2004), o preconceito e a discriminação não promovem a escola de qualidade. Podemos observar que todos os alunos da escola regular, participantes da banda marcial, aceitaram a proposta de participar em atividades musicais da banda escolar juntamente com alunos com deficiência. Esta proposta a qual incide sobre a aceitação das diferenças dos alunos com deficiência na banda, suprime o preconceito e a discriminação que já não fazem parte da conduta dos alunos. Essa conduta dos alunos da escola regular na

banda marcial, contudo, é necessária para que haja na escola a aceitação da diversidade.

Todos os alunos ao responderem novamente à questão 9, sobre se um aluno com DI poderia aprender o tocar seus instrumentos musicais, todos os alunos, sem exceção, responderam positivamente. O aluno EE1, que anteriormente tinha respondido à pergunta negativamente, no roteiro pós-intervenção assim respondeu: “Sim. Porque eu já vi”; e o aluno EE12, que não tinha respondido essa pergunta anteriormente, assim a respondeu: “Sim, na banda tem”. (Na banda marcial tem alunos com deficiência intelectual que tocam instrumentos musicais).

Ao serem indagados, referente à pergunta 10, sobre se acreditam poderem ensinar alunos com DI a aprenderem seus instrumentos, todos os alunos da escola regular responderam que poderiam ensinar alunos com Deficiência Intelectual a aprenderem seus instrumentos musicais, exceto uma aluna da escola regular (EE1). A Aluna EE1 respondeu dessa forma: “Não. Porque eu acho difícil”. Entretanto, podemos observar sobre a resposta da aluna EE1, que a dificuldade da aluna é, portanto, de ensinar alunos com DI.

Ainda sobre a seguinte questão 10: Você acha que você conseguiria ensinar o que você aprendeu sobre seu instrumento a um aluno com Deficiência Intelectual? Pós-intervenção, a aluna EE8, da escola regular, assim respondeu: “Sim. Pois não tenho preconceito, é um maior prazer ensinar essas pessoas com deficiência intelectual”.

Podemos observar sobre os dados acima que há a disponibilidade dos alunos da escola regular em dar apoio aos alunos com DI no aprendizado de um instrumento musical na banda marcial escolar. Fato confirmado também e divulgado no grupo da banda pelo *facebook* (Anexo 3), quando, no dia 20 de abril de 2013, consta que, num ensaio da banda de percussão na escola especial, uma aluna participante da banda marcial da escola regular, identificada como Faria, instruiu, a pedido do regente, os alunos com DI na escola especial. Os colegas apoiaram a atitude da aluna. Assim a aluna relata: “Nossa! É orgulho

para mim poder ajudar! É tão bom ver que eles estão aprendendo direitinho como pegam o ritmo fácil”.

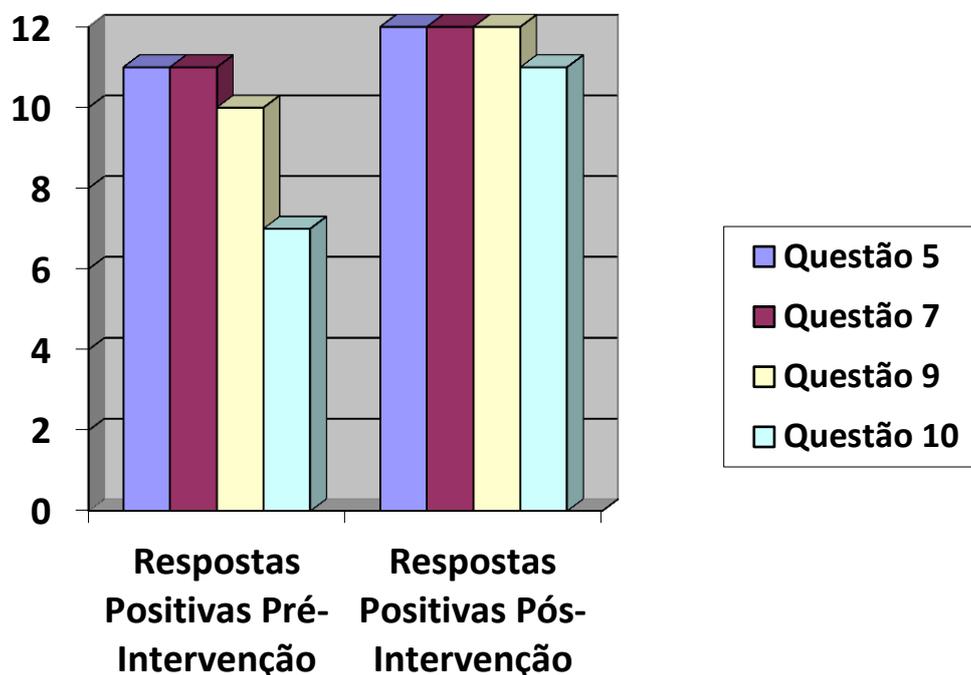
No manual da AAIDD (2010 p. 109), consta que: “Os apoios são recursos e estratégias que visam a promover o desenvolvimento, a educação, os interesses e o bem-estar de uma pessoa, e que melhoram o funcionamento individual”.²⁷ Nesse sentido, a banda marcial escolar promove, em suas atividades musicais, a participação de todos os alunos, até mesmo alunos com Deficiência Intelectual (DI), os quais encontram apoio nas atividades musicais dos colegas sem deficiência. Fato que atribui à banda marcial escolar ser um instrumento motivador da prática inclusiva na escola regular de ensino.

O Aluno EE9, ao responder à questão 5 da entrevista, pós-intervenção (Você acha que um aluno com Deficiência Intelectual pode tocar na Banda Marcial junto com você?) assim respondeu: “Sim. Porque todos somos iguais; a diferença é que a pessoa que tem deficiência intelectual demora mais para pegar o jeito; acompanhar”. Observa-se que nessa resposta do aluno EE9 há o reconhecimento da diferença em relação ao aluno com DI: “[...] demora mais para pegar o jeito; acompanhar”.

Estes dados encontram-se indicados no Gráfico 2.

²⁷ *Supports are resources and strategies that aim to promote the development, education, interests, and personal well-being of a person and that enhance individual functioning.*

Gráfico 2. Exibe a comparação das respostas dos alunos da escola regular PRÉ e PÓS-intervenção.



Houve mudança significativa nas respostas dos alunos da escola regular, que indica no gráfico o aumento de respostas positivas entre as questões 5, 7, 9 e 10. Essa alteração do gráfico aponta significativa mudança de opinião dos alunos da escola regular após a intervenção dos alunos com DI na escola regular por meio da banda marcial. A alteração do gráfico constitui-se de um aumento na aceitação e na acessibilidade dos alunos com DI na escola regular por meio da banda marcial escolar.

O Regente da Banda

A entrevista com o regente da banda foi aplicada apenas pré-intervenção e será descrita no Quadro 11. Todas as respostas às perguntas que estão entre aspas são do próprio respondente. As frases que se encontram entre parênteses são de redação do pesquisador.

Quadro 11. Entrevista estruturada realizada com o regente da banda marcial da escola regular.

Questões	Respostas do Regente
1. Quando foi fundada a Banda da Escola (Nome da Escola)?	“Algumas pessoas relatam que foi em 85 (1985) [...], mas há outras pessoas que dizem que foi em 83 (1983)”.
2. Qual é a importância dos desfiles cívicos para as Bandas ou Fanfarras Escolares?	“[...] disciplina, ordem unida [...]”. (Além da disciplina também é uma atividade de lazer).
3. Qual é a importância dos campeonatos e concursos para as Bandas Estudantis que participam dessas competições?	(Para que haja o conagraçamento entre as corporações musicais e para que exista também a troca de informações no que se refere às técnicas musicais, além de proporcionar o conhecer de novas pessoas).
4. Em sua opinião, você acredita que um jovem com Deficiência Intelectual de uma Escola Especial poderia participar de um desfile cívico juntamente com uma Banda Escolar ou Fanfarra de uma Escola Regular? Por quê?	“Sem dúvida. Eu não vejo uma parte negativa em participar. Ele (Aluno com deficiência intelectual) tem seu espaço sim, sem dúvida”.
5. Em sua opinião, você acredita que um jovem com Deficiência Intelectual poderia participar de um concurso ou campeonato juntamente com uma Banda Estudantil entre jovens sem deficiência? Por quê?	“Vai depender muito do trabalho que se faz, da maneira que se aborda essa situação, porque [...] são técnicas musicais, envolve tempo, envolve ritmo e tudo mais, é um trabalho que você vai fazer com certa paciência [...]”. (Segundo o regente, a deficiência de uma pessoa não impede que ela possa participar de campeonatos de bandas e fanfarras. Segundo ele, esse ambiente de concursos e fanfarras é muito saudável para as pessoas com deficiência).

Referente à análise e discussão das respostas observadas no Quadro 11 constatamos que:

Referente à pergunta 4, o regente não apresenta dúvidas sobre a possibilidade de participação de alunos com DI em bandas marciais de escolas regulares. E conclui: “Ele (Aluno com deficiência intelectual) tem seu espaço sim, sem dúvida”.

Sobre a questão 5, a qual indaga sobre a possibilidade de um jovem com DI participar de um concurso ou campeonato juntamente

com uma banda estudantil entre jovens sem deficiência, o regente explicita: “Vai depender muito do trabalho que se faz, da maneira que se aborda essa situação, porque [...] são técnicas musicais, envolve tempo, envolve ritmo e tudo mais, é um trabalho que você vai fazer com certa paciência [...]”. Entretanto, o regente relata que o ambiente de concurso e campeonato é bastante saudável para as pessoas com deficiência.

O regente não apresenta dúvidas sobre a possibilidade de participação de alunos com deficiência intelectual em bandas marciais de escolas regulares.

Carvalho (2004) aponta que a escola tem, entre suas inúmeras funções, estimular e desenvolver o indivíduo na integridade de seu ser e “valorizar o trabalho educacional escolar, **na diversidade**” (CARVALHO, 2004, p. 116, grifo nosso). Essa atitude nas escolas caracteriza-se como prática inclusiva. Carvalho (2004) nos esclarece que a significação de uma escola sob os parâmetros da educação inclusiva é, no entanto, uma escola de boa qualidade para todos, com todos e sem discriminação. “A boa qualidade da escola traduz-se pelo êxito alcançado na aprendizagem e na participação de todos os alunos, sem exclusões [...] independente de suas características orgânicas, psicossociais, culturais, étnicas ou econômicas [...]” (CARVALHO, 2004, p. 114).

Oliveira (2008) relata também que a escola regular obtém ganhos importantes pela oportunidade de convivência com pessoas que até então não faziam parte de seu dia a dia e pela promoção de atividades que não tem um caráter tipicamente acadêmico. Nesse sentido a prática inclusiva nas escolas regulares efetiva-se com a participação e aprendizagem de alunos que estão fora do âmbito escolar também em atividades que não estão diretamente ligadas as salas de aula.

Embora pessoas com DI tenham mais acesso à educação, à sociedade e à independência nos últimos 20 anos, ainda têm uma das mais baixas taxas de inclusão em escolas de ensino regular (SMITH, 2008).

Esta pesquisa incluiu 12 alunos com DI que estudavam em uma escola especial, os quais estavam excluídos das práticas da escola regular. Esses alunos foram incluídos, entretanto, nas atividades de uma

banda marcial escolar. O intuito dessa prática foi de responder ao seguinte questionamento: Será que bandas escolares podem se oferecer como instrumento de prática inclusiva motivadora do reconhecimento das diferenças e da valorização da diversidade na escola regular de ensino?

Possibilitar a inclusão de alunos com deficiência em um grupo da escola regular entre alunos sem deficiência é ampliar a relação entre os alunos e aproximar aqueles com o âmbito escolar. Essa atitude torna-se prática inclusiva na escola na medida em que se propõem atividades que possibilitam a interação dos alunos na diversidade, por meio do reconhecimento das diferenças.

Esta pesquisa, como foi realizada, na programação de ensino, revela que os dados levantados na intervenção apresentaram os resultados que possibilitaram responder ao questionamento pressuposto. Podemos observar, diante os dados que foram apresentados, que a banda marcial escolar entre alunos de uma escola regular favorece a participação de alunos com Deficiência Intelectual nas atividades musicais. Em vista de que os alunos com DI, em muitos casos, são alunos que estão fora da rede regular de ensino, tal prática efetiva-se como inclusiva do ponto de vista da inclusão escolar. Dessa forma o trabalho realizado com bandas nas escolas regulares da rede comum de ensino é um valioso instrumento para motivar a valorização da diversidade nas escolas regulares, sendo que a participação de estudantes com DI nessas atividades promovem o apoio dos colegas e o reconhecimento de suas diferenças. E, a prática inclusiva, se efetiva.

A banda marcial escolar é um instrumento de prática inclusiva que motiva o reconhecimento das diferenças dos alunos em suas atividades musicais e valoriza a diversidade na escola regular de ensino.

Desempenho dos alunos com DI durante a intervenção da Programação de ensino

O quadro 12 apresenta o desempenho dos alunos com DI nas atividades que se desenvolveram nos ensaios da banda marcial durante a intervenção da Programação de Ensino. Neste quadro estão descritas as observações feitas no 1º, 4º, 7º e 10º encontros nas sessões de ensaio da banda marcial.

Quadro 12. – Desempenho dos alunos com DI durante os ensaios da banda marcial que compreende o 1º, 2º, 3º e 4º encontros.

Participantes	Programação			
	Sessões			
	1ª	4ª	7ª	10ª
EE1	Apresentou pouca habilidade com o bastão, deixando-o cair ao manipulá-lo nos exercícios propostos. Apresenta pouca habilidade em movimentos de coordenação fina.	Passou a treinar exercícios do corpo coreográfico. Deixou de praticar os exercícios de baliza os quais exigem maiores habilidades motoras. Apresentou dificuldade em realizar exercícios de marcha, propostos pelas alunas da escola regular. Sincronizou com dificuldades os movimentos de pernas (marcha) junto ao grupo. Apresentou atenção dispersa.	Não obteve êxito na realização dos movimentos coreográficos. Deixou de ensaiar com o grupo de meninas que compõem o corpo coreográfico e passou a exercer a função de porta bandeira da banda.	Assumiu a posição de porta bandeira a qual passou a exercitar a marcha e ensaiar a posição de segurar a bandeira junto à marcha. Demonstrou empolgação em ensaiar posições de porta bandeira junto à marcha.

EE2	Ausente	Ausente	<p>Integrou o grupo depois do sexto encontro, interagiu com todos os membros da banda. Atentou às instruções do regente, reproduzindo suas batidas individuais conforme instruções do mesmo. Em muitos movimentos de ritmo, reproduzia suas batidas fora do compasso, não executando com precisão a cadência rítmica instrumental proposta pelo regente, junto aos demais alunos.</p>	<p>Apresentou melhora na conduta rítmica com maior precisão nas batidas de seu tambor junto ao grupo. Obteve dificuldades em ritmar as batidas de seu tambor em compassos com os movimentos da marcha (movimentos de pernas) junto aos demais integrantes da banda.</p>
EE3	<p>Executou exercícios de execução instrumental de forma correta, usufruindo de boa concentração às dicas e ensinamentos do auxiliar do regente.</p>	Ausente	Ausente	Ausente

EE4	Demonstrou habilidade com o bastão, manipulando-o similarmente aos movimentos propostos pelas alunas da escola regular.	Apresentou excelente sociabilidade e integrou o grupo de balizas devido a sua boa coordenação motora, concentração e percepção rítmica.	Ausente	Assimilou movimentos coreográficos com bastão e bambolê, aprendeu evoluções de técnica de baliza, além de adquirir uma boa postura física e disciplina.
EE5	Ausente	Passou a treinar exercícios do corpo coreográfico. Assimilou os exercícios propostos; Apresentou dificuldades em sincronizar os movimentos de pernas (Marcha) junto ao grupo e também dificuldades em desenvolver movimentos coordenados junto ao corpo coreográfico da banda.	Não obteve êxito na realização dos movimentos coreográficos devido à dificuldade de coordenação motora. Deixou de ensaiar com o grupo de meninas que compõem o corpo coreográfico e passou a exercer a função de porta bandeira da banda.	Assumiu a posição de porta bandeira a qual passou a exercitar a marcha e ensaiar a posição de segurar a bandeira junto à marcha em companhia da aluna EE1. A aluna demonstra empolgação em ensaiar posições de porta bandeira junto à marcha.
EE6	Demonstrou habilidade regular com o bastão. Não o deixando cair nos exercícios. Executou os exercícios de forma a	Passou a treinar exercícios do corpo coreográfico. Deixou de praticar exercícios de baliza os quais exigem maiores habilidades motoras. Revelou		Incorporou-se ao corpo coreográfico da banda, realizando em sincronia com demais meninas do grupo os movimentos de coreografia

	apresentar boa coordenação motora.	concentração aos ensinamentos propostos pelas alunas da escola regular e sincronizou os movimentos de pernas (marcha) junto ao grupo.	Ausente	propostos.
EE7	Apresentou assimilação aos exercícios de execução instrumental, mas demonstra pouca habilidade na execução dos mesmos exercícios e também demonstrou pouca atenção aos ensinamentos do instrutor.	Demonstrou maior atenção aos ensinamentos e movimentos de regência do regente; tem dificuldade em execução instrumental em andamento rápido.	Ausente	Ausente
EE8	Executou exercícios de execução instrumental de forma correta, usufruindo de boa concentração às dicas e ensinamentos do auxiliar do regente.	Ausente	Ausente	Ausente

EE9	Apresentou boa coordenação motora em execução instrumental e precisão rítmica.	Não apresentou movimento de alternância com as pernas (marcha) junto ao grupo. Praticou execução instrumental de forma a não errar o ritmo, permanecendo compassadamente dentro da cadência rítmica executada pelos demais alunos.	Sincronizou seu instrumento junto à cadência rítmica executada pelos demais alunos. Não apresentou movimento de alternância com as pernas (marcha) junto ao grupo.	Sincronizou seu instrumento conforme arranjo estabelecido pelo regente, no que diz respeito à cadência rítmica. Entretanto apresentou execução instrumental tímida (com volume abaixo do esperado para tal instrumento numa banda marcial).
EE10	Apresentou concentração dispersa e dificuldades em assimilar orientações do regente. Apresentou dificuldades em execução instrumental simples com precisão rítmica.	Assimilou os exercícios de execução instrumental propostos pelo regente. Não executou com precisão a cadência rítmica instrumental proposta pelo regente junto aos demais alunos. Não apresentou movimento de alternância com as pernas (marcha) junto ao grupo. Apresentou atenção dispersa.	Sincronizou seu instrumento junto à cadência rítmica executada pelos demais alunos com maior precisão em relação aos ensaios anteriores. Não apresentou movimento de alternância com as pernas (marcha) junto ao grupo. Apresentou maior concentração	Mostrou aproveitamento nas atividades da banda se dedicando ao instrumento e atenta aos ensinamentos do regente. Porém ainda não demonstra precisão nas batidas de seu instrumento em relação aos instrumentos rítmicos dos demais alunos. Não apresentou movimento de alternância com as pernas (marcha) junto ao grupo.

			aos ensinamentos do regente em relação aos encontros anteriores.	
EE11	Apresentou habilidade de precisão rítmica em execução instrumental simples de andamento lento.	Assimilou e executou com os exercícios de execução instrumental propostos pelo regente. Não apresentou movimento de alternância com as pernas (marcha) junto ao grupo.	Sincronizou seu instrumento junto à cadência rítmica executada pelos demais alunos. Não apresentou movimento de alternância com as pernas (marcha) junto ao grupo.	Obteve ganho na percepção musical, desenvolvendo batidas individuais com precisão rítmica, e obtendo compreensão da sistemática de regência. Entretanto, não apresentou movimento de alternância com as pernas (marcha) junto ao grupo.
EE12	Apresentou variação de andamento na execução rítmica simples instrumental e concentração dispersa.	Apresentou execução instrumental de dinâmica diferente proposto pelo grupo. Não apresentou movimento de alternância com as pernas (marcha) junto ao grupo. Apresentou concentração dispersa.	Sincronizou seu instrumento junto à cadência rítmica executada pelos demais alunos. Não apresentou movimento de alternância com as pernas (marcha) junto ao grupo. Apresentou concentração às	Ausente

			orientações e exercícios propostos pelo regente.	
--	--	--	--	--

Devido ao critério estabelecido para a participação na pesquisa, o qual estabelece que apenas os alunos da escola especial que constituíam a banda de percussão da instituição durante 12 meses puderam integrar a banda marcial, todos os alunos com DI participantes da pesquisa já apresentavam noções básicas de ritmo e técnica instrumental, assim como habilidades motoras de coreografia.

O sucesso da inclusão e participação desses alunos com DI nas atividades musicais da banda marcial, por meio da programação de ensino que foi elaborada, foi devido ao trabalho anteriormente realizado com o ensino de técnica e prática instrumental, assim como movimentos de coreografia realizados na escola especial. Nesse caso, a inclusão dos alunos com DI junto à banda marcial ocorreu devido ao apoio oferecido pela escola especial, a qual já oferecia aos alunos atividades musicais por meio da banda de percussão da instituição. A escola especial também ofereceu suporte quanto à instrumentação. Os instrumentos musicais foram emprestados pela escola especial aos alunos com DI para os ensaios na banda marcial.

Sobre o início das atividades da banda marcial com a participação dos alunos com DI, observa-se que todos eles já haviam tido contato com atividades musicais; já haviam recebido instruções quanto à habilidade técnica instrumental, no que diz respeito aos instrumentistas e já apresentavam noções básicas de coreografia, no que diz respeito às meninas do corpo coreográfico.

Portanto, o trabalho de inclusão realizado com alunos com DI na banda marcial da escola de ensino regular teve como suporte a escola especial.

No que diz respeito à aplicação da programação de ensino que vigorou durante o período que refere às dez sessões de ensaio, houve suporte de apoio técnico instrumental oferecido aos alunos com DI durante os ensaios na banda de percussão da escola especial. Uma aluna, integrante do corpo musical da banda marcial da escola regular a pedido do regente, em período de atividade pedagógica na escola especial, nos dias de ensaio da banda de percussão, uma vez por semana, prontificou-se a exercer auxílio técnico

instrumental aos alunos da instituição que participaram da pesquisa. Os ensaios da banda marcial eram realizados de finais de semana e, nesses ensaios, o regente desenvolvia a programação de ensino direcionada aos alunos com DI a qual, no decorrer da semana, era reforçada pela aluna auxiliar nos dias de ensaio da banda de percussão na escola especial.

Os alunos EE3, EE7 e EE8 não concluíram com frequência o período dos dez encontros para ensaios na banda marcial devido ao compromisso de trabalho. Esses alunos começaram trabalhar aos dias de ensaio da banda no período de pesquisa, deixando o projeto. Os dados coletados não sofreram alteração nenhuma com a saída dos alunos, pois os mesmos afirmaram que gostariam de dar continuidade às atividades da banda marcial.

A qualidade de técnica instrumental e estética do grupo de alunos que compuseram a banda marcial, no decorrente ano de 2013, o qual abrangeu também a participação dos alunos com DI, pôde ser avaliada pelo próprio regente da banda, o qual em uma explanação sobre a apresentação do grupo na Semana Euclidiana relata sua impressão: “O desfile da escola fluiu normalmente sem transtorno, disciplinado organizado e com muita seriedade. [...] Ganhamos aplausos. Provocamos emoções e saudades [...]”. (Anexo 5).

Pode-se observar sobre a avaliação e metas da programação de ensino, que o regente atingiu seus objetivos no que diz respeito à estética e organização do grupo, este agora formado por alunos com e sem DI. No decorrente ano de 2013 foram nove apresentações da banda em São José do Rio Pardo, em cidades da região de São João da Boa Vista no interior de São Paulo e em Minas Gerais. Em todas essas apresentações os alunos com DI estavam presentes, devido à amplitude do projeto que se desenvolveu durante todo referido ano letivo.

6. Considerações Finais

Confirmou-se, neste trabalho de pesquisa, que a banda marcial escolar entre alunos de escolas da rede regular de ensino comum favorece a participação de alunos com Deficiência Intelectual nas atividades musicais. Alunos com Deficiência Intelectual (DI), em muitos casos, são alunos que se apresentam fora da rede regular de ensino. Dessa forma, o trabalho realizado com bandas nas escolas regulares é um valioso instrumento para incluir alunos com DI nas escolas da rede comum e motivar a valorização da diversidade entre os alunos, efetivando-se, assim, a prática inclusiva.

Práticas musicais, como engajamento cultural em movimentos cívicos de comunidades que ratificam o envolvimento de bandas, também podem articular iniciativas as quais incorporam valores e estratégias que visam à participação de pessoas com deficiência na comunidade. Essas práticas musicais também envolvem a participação de escolas por meio das bandas marciais escolares. Por meio dessas práticas, as bandas marciais escolares também podem ser utilizadas como instrumentos culturais na comunidade as quais promovam os mesmos valores e estratégias que efetivem a participação de alunos com deficiência nas escolas, proposta foco do presente trabalho.

O traço cultural euclidiano da cidade de São José do Rio Pardo no interior de São Paulo é um evento importante para motivar a prática inclusiva nas escolas locais por meio das bandas escolares. O evento propicia o desfile de abertura da Semana Euclidiana que a população valoriza como cumprimento de ordem cívica do município. Nesse desfile há a expressividade musical das bandas escolares da cidade e a expressão cultural da comunidade local. Junto à estratégia a qual foi elaborada nesse trabalho de pesquisa, que visa à possibilidade de inclusão de alunos com Deficiência Intelectual (DI) nas escolas da rede regular de ensino da comunidade, por meio da banda marcial escolar, o desfile euclidiano promove grande entusiasmo entre os estudantes dessas bandas de escolas locais, que, entusiasmados, os estudantes efetivamente obtêm motivação necessária para que haja a continuação do trabalho realizado com bandas nas escolas da cidade, que possibilita a inclusão da pessoa com DI nas bandas escolares locais.

O DEC (Departamento de Esporte e Cultura) da cidade de São José do Rio Pardo, devido ao evento euclidiano, fornece um incentivo financeiro para que as bandas escolares do município possam investir em material como compra e manutenção de instrumentos musicais, aquisição de uniformes, calçados, bastões, bambolês, bandeiras e flâmulas, tudo isso para que as bandas possam realizar pomposamente o desfile da Semana Euclidiana.

As apresentações públicas foram importantes no processo de inclusão dos estudantes com DI. Além das apresentações propiciarem motivação e satisfação pessoal, houve grande interação entre todos os alunos nas viagens; brincadeiras no ônibus; anteriormente na escola, para a organização e distribuição das roupas e instrumentos e ajuda mútua na elaboração de maquiagens e cabelos trançados entre as meninas.

A banda escolar não apenas pode ser considerada como uma formação musical ou artística, mas também como um importante instrumento para se realizar um trabalho educacional inclusivo.

Todos os alunos participantes da banda necessariamente precisam ter a consciência de grupo. A consciência de grupo é muito importante, porque a banda é propriamente um grupo. A partir do momento em que todos os integrantes de uma banda estão conscientes do grupo, o grupo propriamente estabelece a harmonia. Música é harmonia entre os músicos também. O aluno que toca um instrumento simples como um chocalho precisa estar entrosado com estudante que toca um instrumento mais complexo como um instrumento de metal, por exemplo. O grupo da banda marcial escolar é um grupo em que há entrosamento entre os músicos e união. E é preciso que seja assim para que haja harmonia musical e unidade. E essa última palavra é a palavra que define a banda. Como relata a aluna EE8 que assim respondeu a pergunta 7, pós-intervenção: “Sim. Porque é uma forma de mostrar para as pessoas que têm preconceito que nós da banda somos uma família **unida** e não temos preconceito” (grifo nosso). Esse é o espírito da banda.

De certa forma, as pessoas que entram para participarem da banda são acolhidas, porque precisam ser acolhidas para que haja a unidade na banda. Então, através do trabalho educacional que se faz, do acolhimento, do trabalho do regente, de uma programação, é que se efetiva o trabalho educacional inclusivo na escola por meio da banda marcial escolar.

Outro meio de incentivar a prática de bandas nas escolas são os concursos de bandas e fanfarras. Há nessas competições o comprometimento do grupo com cada integrante e, ao contrário, cada integrante se importa com o grupo, pois a força do grupo é que faz uma boa apresentação e um bom desempenho nos concursos. Os concursos de banda e fanfarras motivam trabalhos educacionais riquíssimos que se realizam com as bandas nas escolas regulares de ensino público. É necessário que haja sempre recursos e incentivos do poder público para que essas competições continuem a serem sempre realizadas no Brasil.

Um fato interessante ocorrido nesta pesquisa, observado no dado do quadro 5, são informações que apontam que, dentre os alunos da escola regular participantes da pesquisa, há apenas um aluno do gênero masculino; os outros participantes são todos do gênero feminino. Esse fato incide a suscitar o seguinte questionamento: Será que devido à maioria dos integrantes participantes da pesquisa ser do gênero feminino aponta que meninas seriam mais receptivas a receber os alunos da escola especial? Entretanto o número de integrantes da banda marcial compreende entre 40 a 50 componentes de ambos os gêneros, entre grupo musical, grupo de dança, balizas, porta bandeiras e flâmula. E, mesmo assim, não houve nenhuma intercorrência no período. Durante todo o período em que durou a intervenção não houve observações sobre manifestações de *bullying*.

Os alunos com DI tornaram-se colegas dos alunos da escola regular e se integraram no grupo. Houve diversas brincadeiras envolvendo os alunos com DI nos instantes de descontração, a caminho das apresentações dentro do ônibus e em momentos depois das apresentações, quando era oferecido um almoço ou um lanchinho aos alunos. Todas as brincadeiras foram de forma saudável. Alguns dos alunos com DI gostavam de comer os lanchinhos oferecidos com um pouco de exagero, então muitos membros da banda brincavam com os alunos nesse sentido e eles gostavam.

Os ensaios da banda propiciavam aos alunos com DI momentos os quais eles pudessem sentir-se iguais na diversidade. Nos ensaios realizados aos sábados, os alunos com DI puderam vivenciar que são todos integrantes da banda marcial e todos os integrantes estavam para um mesmo propósito, de apresentar o trabalho realizado que o grupo se empenhou para isto. Houve o

acolhimento da diversidade por meio do trabalho educacional que se realizou e quebra de preconceitos; preconceitos que havia no início da interação – ver gráficos.

É necessário ressaltar novamente nestas considerações finais que a parceria entre as escolas regular e especial fora de grande importância para a realização deste trabalho. Por meio de apoio de material e de profissional, a escola especial ofereceu o apoio necessário aos alunos com DI para a realização do projeto.

A família também foi um importante apoio. No caso de nosso trabalho realizado, houve a circunstância de que um dos pais de uma aluna com DI da escola especial se ofereceu a participar junto com a filha na banda. O pai da aluna já tocava trompete em outra banda anteriormente quando era estudante de colégio e se ofereceu para ser integrante instrumentista da banda. A participação do pai da aluna foi de grande apoio aos alunos com DI, no que diz respeito aos cuidados aos alunos nos ensaios e apresentações e também com respeito ao transporte dos alunos, em muitos casos.

Houve, sempre em momentos de apresentações da banda, aplausos do público presente nos desfiles realizados. Na expectativa dos pais dos alunos com DI, os filhos estavam iguais nos momentos de apresentações. No final do desfile da Semana Euclidiana de 2013, como exemplo, umas das mães demonstrou grande satisfação em ver a filha com síndrome de Down a desfilar na banda marcial de uma escola normal e se prontificou a ajudar a banda financeiramente. Essa satisfação demonstra qual é a expectativa que um pai de um aluno com deficiência espera quando o insere em uma escola regular: a expectativa da Igualdade.

Escolas de qualidade devem oferecer muitas atividades aos alunos e, dentre elas, a banda é uma delas. A atividade da banda escolar é essencial para a prática do civismo. O aluno é um expoente da escola e a banda é um canal para isso. A sensação de sucesso quando se participa de um evento cívico, participando de uma apresentação ou de um desfile público, representando uma entidade educacional, é muito positivo para o alunado de uma escola. A escola possibilita que os alunos participem de atividades culturais na comunidade por meio da banda escolar através das práticas cívicas. Essas práticas cívicas, no entanto, se potencializam quando se insere

nesse âmbito cultural pessoas com deficiência as quais, em muitos casos, estão excluídas dessas atividades na comunidade e nas escolas.

O exemplo da cidade de Sandane na Noruega ocidental cujo projeto realizado pelo norueguês Brynjulf Stige, entre 1983 a 1986, o qual possibilitou a inclusão cultural de pessoas com DI na comunidade local, incluiu o contexto político sobre as reformas nas políticas culturais norueguesas que tinham acontecido nos anos de 1970. Assim a política cultural daquele país possibilitou identificar nas atividades culturais de comunidades locais um significativo veículo de inserção social de pessoas com deficiência.

Nesta pesquisa relatos de dois alunos da escola especial com DI ilustram a importância do apoio da banda marcial na inclusão desses alunos na escola e na comunidade. Entre os alunos com DI da escola especial, os alunos EE12 e EE10 são casos de alunos os quais suas rotinas foram influenciadas pelas atividades da banda de forma significativa. A mãe da aluna EE10 relatou que as atividades da banda aos sábados é a única atividade rotineira pela qual a aluna mantém interesse e se responsabiliza de assumir compromisso com os horários dos ensaios da banda.

O Aluno EE12 não mantém vínculo familiar com os pais e está sobre seguridade social do estado. O aluno, atualmente, reside em um lar para idosos, com a sua irmã. Nesse caso, a banda influencia a rotina desse aluno aos sábados, pois os ensaios da banda é a única atividade do aluno neste dia. O que faz com que o aluno também fique fora do ambiente asilar durante o período e o inclua em sua comunidade com jovens de sua idade.

Depois de um ano após primeira apresentação da banda marcial no dia 01 de junho de 2014, o regente da banda relata sobre a evolução do aluno EE12, e assim comenta sobre ele: “Ele aprendeu a música, quando todos encerram, ele também pára com as batidas, não sobra”. Neste mesmo dia, via facebook, houve a seguinte postagem de um dos membros da banda marcial referente a uma fotografia publicada onde aparecem quatro membros da banda marcial: “Este quarteto são pessoas de ouro, são responsáveis, não faltam nos ensaios e merecem o meu respeito, parabéns a todos” (Anexo 7). Entre os quatro alunos da fotografia comentada, três dos alunos são da escola especial, entre eles a aluna EE10.

No final do ano de 2013, no encerramento das atividades da banda, houve a confraternização entre todos os integrantes do grupo, os alunos da escola especial também foram convidados e participaram da festa e interagiram com os demais integrantes e familiares. Até atualmente, durante o ano letivo de 2014, há a continuação de cinco alunos com DI na banda marcial.

Reconhecer a banda marcial como instrumento motivador da valorização da diversidade na escola regular de ensino é reconhecer esse instrumento como vetor de prática inclusiva. A banda marcial escolar é esse instrumento.

Enquanto o quadro educacional atual brasileiro carece de tais práticas, toda a iniciativa que possa fomentar essas práticas nas escolas regulares de ensino traz benefício ao próprio sistema educacional, pelo reconhecimento das diferenças dos alunos e pelo acesso a uma educação única a todos, sem exclusões. No entanto, é necessário estruturar a banda marcial para isso. Nesta pesquisa, foi utilizada a programação de ensino que teve como objetivo incluir alunos com DI nos ensaios da banda marcial para a coleta de dados. No entanto, a mesma programação não foi o objetivo geral. É necessário um melhor direcionamento de ensino de prática instrumental e instrução de danças coreográficas direcionadas a alunos e alunas com DI, cujos objetivos abrangem a inclusão e a permanência desses estudantes nas atividades de música da banda marcial escolar.

Este é o primeiro trabalho no Brasil que reconheceu a banda marcial escolar como motivadora do reconhecimento da diversidade na escola regular de ensino. O objetivo desta pesquisa foi então identificar a banda marcial escolar como um instrumento motivador de prática inclusiva na escola regular de ensino por meio do reconhecimento das diferenças e da valorização da diversidade.

Esta pesquisa reconhece a banda marcial escolar como um vetor humano de valorização da diversidade humana. Por meio da programação de ensino que se realizou, houve a aceitação dos alunos com DI na banda escolar. O sucesso, porém, desta aceitação, depende do trabalho educacional que se realiza. Os alunos da escola regular ficaram conscientes da importância do reconhecimento das diferenças. Os alunos com deficiência foram integrados na relação interpessoal e passaram a ser colegas dos alunos sem deficiência.

A banda é um grupo unido e é necessário que seja como tal. Todos os integrantes precisam ser parte do todo, e o todo precisa de suas partes, sem discriminação.

Em registro de caderno de campo por meio eletrônico facebook (Anexo 2), no 1º encontro para ensaio na banda marcial com os alunos da escola especial, no dia 13 de abril de 2013, Lopes, aluna da escola regular, participante da banda marcial, assim comentou: “Achei muito legal o ensaio de hoje, é de emocionar você ensinar crianças daquele jeito, a inocência deles te toca de um jeito que você não resiste! Gostei muito mesmo”.

Também, por meio da internet, foi adicionada e divulgada no facebook uma fotografia com a imagem de todos os alunos da escola especial após a realização da primeira apresentação da banda no dia 1 de julho de 2013. Assim comenta Vieira sobre a fotografia: “O mais legal de tudo é ver essa galera com a gente, muito bom mesmo”!! (Anexo 4). Em uma apresentação do dia 07 de setembro de 2013, o regente da banda manifestou sua satisfação ao atribuir um troféu a um aluno com DI, da escola especial, com o apoio de alguns integrantes do grupo (Anexo 6).

É importante relatar que, no desenvolver deste trabalho, não houve observação de *bullying* e sim a motivação por parte dos alunos sem deficiência em ensinar os alunos com DI, por meio das orientações do regente sobre a importância da inclusão escolar dos alunos com DI. Este trabalho mostrou como foi importante para todos os alunos essa troca de experiência. O regente relata: “o maior troféu foi eu que recebi pela a alegria esboçada no rosto deste meu novo amigo (EE12)”.

A partir do reconhecimento da banda com tal instrumento, é necessário elaborar, entretanto, planejamentos de ensino de prática técnica instrumental, técnica de danças, técnicas de movimentos coreográficos, direcionado a alunos e alunas com DI para a acessibilidade em bandas marciais escolares, proposta sugerida a novas pesquisas. Esses novos trabalhos de pesquisas devem promover novas formas de ensino de música e dança aos jovens e crianças com DI por meio de técnicas instrumentais e técnicas de coreografia adaptadas, para que haja a inserção e permanência desses alunos nas atividades de bandas nas escolas regulares de ensino comum.

7. REFERÊNCIAS

AAIDD. American Association on Intellectual and Developmental Disabilities **Intellectual disability: definition, classification, and systems of supports**. 11. ed. Washington: aaid, 2010. 259 p.

AAMR. American Association on Mental Retardation. **Retardo mental: definição, classificação e sistemas de apoio**; Tradução Magda França Lopes. 10 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 288 p.

BINDER, F. P. **Bandas Militares no Brasil: difusão e organização entre 1808-1889**. Dissertação (Mestrado em Música) - Programa de Pós-Graduação em Música do Instituto de Artes, UNESP. São Paulo, 2006. 132 p. Disponível em:
<http://orquestra.ia.unesp.br/teses_de_pos/dissertacoes_musica/2006/Binder%20vol%20.pdf> Acesso em: 15 jan. 2013.

BISHOP, K. D. et al. Promovendo Amizades. In STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: Um guia para educadores**; Tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 1999. p.185-199.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso; 19 de jul. 2013.

_____. Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008. **Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo**. Disponível em:<
<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/decreto186.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2013.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 17 de jun. 2013.

_____. Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1> Acesso em: 11 set. 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares**. Brasília, 1998. 62 p. Disponível em: <<http://www.conteudoescola.com.br/pcn-esp.pdf>> Acesso em: 26 out. 2013.

BROFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. 267p.

CARVALHO, R. E. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2008. 152 p.

_____. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"**. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004. 176 p.

COSTA, M. A. Música e história: as interfaces das práticas de bandas de música. **Caminhos da História**, Vassouras, v. 6, n. 2, p.109-120, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.uss.br/revistacaminhosdahistoria/v6n22010/pdf/007_Musica_Historia.pdf> Acesso em: 14 jan. 2013.

DEL GUERRA, R. J. Bandas: uma história sem começo. **Gazeta do Rio Pardo**, São José do Rio Pardo, 20 mar. 2010. Memória, p. C-5.

_____. **Conhecendo Euclides da Cunha**, São José do Rio Pardo: Graf-Center, 1998. 43 p. Coleção Municipal, Vol. 2.

_____. Bandas uma história sem começo. **FB**, São José do Rio Pardo, 28 set. 1990. Memória da cidade, p. 20.

FERNANDES, E. M. Da deficiência à funcionalidade: novos paradigmas de avaliação e acompanhamento de pessoas com deficiência mental/intelectual. In: MENDES E. G.; ALMEIDA M. A. (Org.). **Das margens ao centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva**. Araraquara: Junqueira&Marin, 2010 p. 159-168.

GOMES, A. L. et. al. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Mental**. São Paulo: MEC/SEES, 2007. 82 p.

GLAT, R. **A integração social dos portadores de deficiências: uma reflexão**. 3. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. 69 p.

GROVE, G. **Dicionário Grove de música**: edição concisa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1994.

JANNUZZI, G. S. de M. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006. Coleção educação contemporânea. 243 p.

JOVINI, F. A. D. Bandas: uma cultura em São José. **Gazeta do Rio Pardo**, São José do Rio Pardo, 10 nov. 2012. Gerais, p. A-18.

KASSAR, M. C. M. Educação Especial no Brasil: desigualdades e desafios no reconhecimento da diversidade. **Educ. Soc**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 833-849, jul./set. 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/10.pdf>> Acesso em 11 de ago. 2013.

LIMA, M. A. de. **A banda estudantil em um toque além da música**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007. 163 p.

LIMA, R. F de. **Bandas de musica, escolas de vida**. Natal, 2005. 148 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <<ftp://ftp.ufrn.br/pub/biblioteca/ext/bdtd/RonaldoFL.pdf>> Acesso em: 21 jul. 2013.

LORENZZETI, S; TOZZO, A. M. **Bandas Escolares**. In: Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, IX. 2009, p. 4894-4904. Disponível em < http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3388_1743.pdf> Acesso em 16 jul. 2013.

MARCONI, M. A; LAKATOS E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 277 p.

MASCARENHAS, S. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

MASCHIETTO, C. C. T. **A tradição euclidiana**: uma ponte entre a história e a memória. São Paulo: Arte e Ciência, 2002, 204p.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011, 231p.

MENDES, E. G. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, Medellín, v. 22, n. 57, p. 93-109, maio-agosto, 2010. Disponível em <<http://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/revistaeyp/article/viewFile/9842/9041>> Acesso 16 de jul. 2013.

MENDONÇA, M. M. Retardo mental. In: FONSECA, Luiz F.; PIANETTI Geraldo; XAVIER, Christovão de C. Compendio de neurologia infantil. Rio de Janeiro: Medsi, 2002. p. 855-866.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. **Metodologia científica para o professor pesquisador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

NETO, L.A.A. *Bullying* – comportamento agressivo entre estudantes. *Jornal de pediatria*. Rio de Janeiro. 2005. Vol 81, nº5, p 164-162. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jped/v81n5s0/v81n5Sa06.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2014.

OLIVEIRA, M. E. da S. de. **A participação de alunos de instituição especial em projetos da escola regular**: possibilidades de inclusão. 2008. 70f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2008. Disponível em: <<https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/2006/MTPBHESKCGHS.pdf>> Acesso em 16 ago. 2012.

OMOTE, S. Estigma no tempo de inclusão. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, Set.-Dez. 2004, v.10, n. 3, p. 287-308. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/rbee/v10n03/v10n03a04.pdf>> Acesso em: 25 jun. 2013.

OMS. Classificação Internacional de Doenças. CID-10, 4ª reimpressão: São Paulo USP, 2012.

ONU. Assembléia geral das Nações Unidas. Declaração universal dos direitos humanos. Resolução 217 A (III) em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm> Acesso em: 05 de out. 2013.

PRIETO, R. G. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: ARANTES Valéria A (Org.). **Inclusão escolar**. São Paulo: Summus Editorial, 2006. p. 31-73.

SANCHES-FERREIRA, M.; SANTOS, P. L. dos; SANTOS M. A. A Desconstrução do conceito de deficiência mental e a construção do conceito de incapacidade intelectual: de uma perspectiva estática a uma perspectiva dinâmica da funcionalidade. **Ensaio Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 18, n. 4, p. 553-568, Out.-Dez., 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v18n4/a02v18n4.pdf>> Acesso em: 16 fev. 2013.

SANTIAGO, J. P. Das práticas musicais aos arquivos vivos: Bandas brasileiras, literatura local e a cidade. **Revista Redial**, 1998. p. 189-200. Disponível em: <http://www.red-redial.net/doc/redial_1997-98_n8-9_pp189-200.pdf> Acesso em: 03 fev. 2013.

SMITH, D. D. **Introdução à educação especial**: ensinar em tempos de inclusão. Tradução Sandra Oliveira de Carvalho. 5. ed. Porto Alegre: Artmed 2008. 480 p.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Assessoria de Cultura para Gêneros e Etnias. **Pela arte se inclui**. São Paulo, 2012. 160p.

STIGE, B. **Culture-Centered Music Therapy**. Barcelona: Barcelona Publishers, 2002. 361 p.

TELFORD, C. W; SAWREY J. M. **O Indivíduo excepcional**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. 658p.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi, 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 198 p.

ANEXO 1

PARECER DO COMITE DE ÉTICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO CARLOS/UFSCAR



PROJETO DE PESQUISA

Título: Jovens com Deficiência Intelectual em Bandas Marciais Escolares: Valorização da Diversidade

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 05031412.2.0000.5504

Pesquisador: Frederico Antonio Dervão Jovini

Instituição: Departamento de Medicina

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Número do Parecer: 112.541

Data da Relatoria: 11/09/2012

Apresentação do Projeto:

Vide parecer anterior.

Objetivo da Pesquisa:

Vide parecer anterior.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Satisfatoriamente alterada.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Vide parecer anterior.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Adequados.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto pode ser considerado aprovado do ponto de vista ético.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita apreciação da CONEP:

Não

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: 1633-5180

Fax: 1633-6180

E-mail: cephumanos@power.ufscar.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO CARLOS/UFSCAR



Considerações Finais a critério do CEP:

SAO CARLOS, 01 de Outubro de 2012

Assinado por:
Daniel Vendruscolo

(Coordenador)

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: 1633-5180

Fax: 1633-6180

E-mail: cephumanos@power.ufscar.br

ANEXO 2

facebook. Complementação do Caderno de Campo dia 13 de Abril de 2013.



The screenshot shows a Facebook interface. At the top, the Facebook logo and search bar are visible. The user's profile, Frederico Antonio D. Jovini, is shown on the left. The main content area displays the page for 'Banda Marcial Cândido Rodrigues', which includes a photo of the band performing. Below the photo is a post by Tatiana Lopes, dated Saturday at 22:32. The post text reads: 'Achei muito legal o ensaio de hoje, é de emocionar voce ensinar crianças daquele jeito, a inocencia deles, te toca de um jeito que voce nao resiste! Gostei muito mesmo :)'. The post has received 5 likes and is visible to 50 people. Two comments are visible: 'Ramos é bom mesmo' (Saturday at 22:41, 1 like) and 'Ramos é bom poder ensinar o q sabemos a outras pessoas'.

ANEXO 4

facebook. Complementação do Caderno de Campo dia 01 de Julho de 2013, dia da Apresentação.

facebook Pesquise pessoas, locais e coisas

- Música
- Notas
- Links
- Cutucadas 2

PÁGINAS

- Criar uma página...
- Feed das Páginas 11
- Curtir Páginas 4

AMIGOS

- Melhores amigos
- Família 20+
- Conderg - Hospital R... 20+
- UFSCar 8

PUBLICAÇÕES RECENTES

Frederico Antonio D. Jovini
Alunos da Escola Especial **Cântica** na Banda Marcial **D. S. S. S. S.**



· · · há 2 horas

Renata Melo, Everton Melo, Douglas Vieira e outras 3 pessoas curtiram isso.

Douglas Vieira O mais legal de tudo e ver essa galera com agente, muito bom mesmo!
há 2 horas · · 2

Renato Aparecido Pedro Que bom fazer parte da histórias destas crianças! A cada instante Deus nos mostra a sua infinita bondade escrito em linhas tortuosas.

ANEXO 5

facebook. Complementação do Caderno de Campo dia 20 de Agosto de 2013.



facebook  Pesquise pessoas, locais e coisas   Fred

Nunca estive desamparado pelo meu grupo, Leandro, Gisele, Elaine, Ricardo Passos, Fred, Sara, Edna e a Márcia que não mediram esforços para que as coisas acontecessem. Agradeço também às pessoas que deram sua contribuição de outra forma: Ensaiano, buscando novas músicas, somando força ao grupo e colaborando com um pouquinho que fosse para ver a nossa Banda Marcial se apresentar bem diante de um público observador e crítico como sempre foi; em se tratando de Desfile da Semana Euclidiana onde somos julgados aos olhos do povo.

Não poderia deixar de agradecer A Direção da escola, Maria Rita e Lucimar, e a Beth em nome dos colegas. Aos Funcionários D. Luzia, Sueli, Cidinha, Marta, Daniel e o Severino (Edvaldo) que me solucionou um problema com rapidez para que a nossa apresentação fosse como foi.

Este ano pude ver uma coisa que há muito não via. O desfile da escola fluiu normalmente sem transtorno, disciplinado organizado e com muita seriedade. Parabenizo a todos que se empenharam para que a escola aparecesse no cenário Euclidiano da melhor maneira possível.

A apresentação da Banda foi muito emocionante, pois podia notar no semblante de cada componente um luz que irradiava alegria expressa no sorriso delas. Não se deixando abater nem mesmo quando a emoção invadia seus corações fazendo com que a maquiagem se desprendesse diante das fortes lágrimas.

Ganhamos aplausos. Provocamos emoções e saudades daqueles que já não fazem parte de nossa corporação, mas que como a cor do nosso uniforme corre o sangue vermelho como tal e, sem falar do grito Garra Candão HUUUH! que ecoa dentro da cabeça de todos.

ANEXO 6

facebook. Complementação do Caderno de Campo dia 07 de Setembro de 2013.



The image shows a screenshot of a Facebook post. At the top, the Facebook logo and navigation icons are visible. Below the navigation bar is a search bar with the text "Pesquise pessoas, locais e coisas" and a magnifying glass icon. The post is from a user named "Ricardo Aparedado Pedro" with a profile picture of a person's silhouette. The title of the post is "Troféu". The main text of the post is as follows:

Hoje, eu com muitos anos de desfiles Cívicos e com 51 anos de idade, confesso que estou um tanto fora de forma para acompanhar os jovens. Mas é muito bom estar ao lado deles passando conhecimentos, experiências e, na maioria das vezes aprendendo.

Pois bem; tive o privilégio depois de muito tempo de desfile, como já disse colocar as minhas aspirações em relação a coisas materiais em um segundo plano, pois elas que foram de importância para mim hoje já não são.

A minha convivência com as pessoas neste meio em que fui inserido pelo nosso Criador, fez-me entender uma ínfima parte da missão que temos aqui neste território a nós emprestado.

É, quando somos jovens as coisas afloram de maneiras diferentes, cheia de expectativas de ambições, de valorizações fúteis sem conteúdo e contexto. Almejamos o sucesso buscamos a perfeição; muitas vezes ela não está no cume da montanha como um ninho de falcão.

A recompensa do esforço de um atleta ao conquistar sua vitória é subir no mais alto do pódio e empunhar o Troféu em cores douradas com formas sofisticadas e empunha-lo apontando-o aos céus. Momento de glória, satisfação pessoal passageira, mas historicamente registrada no tempo e espaço.

Qual seria a satisfação maior? Ganhar este objeto ou entregá-lo a quem o conquistou? Posso dar esta resposta sem nenhuma dúvida.

Depois que ficamos parceiros deste projeto de inclusão musical tudo se tornou mais claro e a valorização material ficou sem sentido frente à determinação e o esforço dessas pessoas que ali vão e ficam satisfeitas apenas com uma atenção, uma palavra de carinho e um gesto solidário.

Hoje quando recebi aquele troféu doado pelos organizadores do evento que participamos e, como de costume o faço, repasso para alguém que faz parte da corporação, confesso que no momento até perguntei ao Douglas: - A quem vamos doar o troféu hoje? Ele também, naquele instante, ficou indeciso, mas como tinha que ser rápido, o nome Tiago veio na minha cabeça. Fui muito feliz na escolha, pois todos o aclamaram espontaneamente.

ANEXO 7

facebook. Complementação do Caderno de Campo dia 01 de junho de 2014.



Procurar pessoas, locais e coisas

Fred Página inicial

Banda Marcial Cândido Pedro ▶ Banda Marcial Cândido

1 de junho às 14:15

Ruan comandando a percussão. Valeu Ruan...



Curtir · Comentar

Douglas Vieira, Ricardo Passos, Bruno Paulo Malvesti e outras 12 pessoas curtiram isso.

Mariano Carvalho Que saudade dessa banda!
1 de junho às 18:41 · Curtir · 1

Ricardo Passos Este quarteto são pessoas de ouro, são responsáveis, não faltam nos ensaios e merecem o meu respeito, parabéns à todos.

APÊNDICE 1

Características dos Alunos da Escola Especial Participantes do Estudo Piloto.

Participantes	Gênero	Idade	Ano de Ingresso na Instituição	Sabe Escrever o Nome	Sabe Ler
EEa	Masculino	21 Anos	Não Sabe	Sim	Sim
EEb	Masculino	19 Anos	Não Sabe	Apenas o Primeiro Nome	Com Dificuldades
EEc	Feminino	13 Anos	Não Sabe	Sim	Com Dificuldades

APÊNDICE 2

Características dos Alunos do Ensino Regular Participantes do Estudo Piloto.

Participantes	Gênero	Série	Idade
ERa	Masculino	3º Colégio	18 Anos
ERb	Masculino	3º Colégio	17 Anos
ERc	Masculino	3º Colégio	17 Anos

APÊNDICE 3

Características dos Regentes de Bandas Participantes do Estudo Piloto.

Participantes	Nível Instrucional	Cargo	Tempo de Trabalho na Instituição	Local de Trabalho
RBa	Superior Incompleto	Instrutor Musical e Músico	10 Meses	Entidade para Pessoas com Deficiência Física
RBb	Ensino Médio	Regente	4 Anos	Escola Regular de Ensino
RBc	Curso Técnico	Regente	4 Anos	Escola Regular de Ensino

APÊNDICE 4

Entrevista Estruturada Direcionada aos Alunos da Escola Especial
Participantes do Estudo Piloto: Aplicada aos Alunos da Escola Especial para o Estudo Piloto.

Nome:
Idade:
Ano de Ingresso na Escola:
Sabe Escrever o Nome:
Sabe Ler:
<p>1. Qual Instrumento você toca na Banda da Escola (Escola Especial)?</p> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin: 5px 0;"/> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin: 5px 0;"/>
<p>2. Você gosta de participar da Banda da Escola (Escola Especial)?</p> <p>() Sim () Não</p> <p>Por quê?</p> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin: 5px 0;"/> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin: 5px 0;"/> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin: 5px 0;"/>
<p>3. Você gostaria de participar de uma Banda de outra Escola?</p> <p>() Sim () Não</p> <p>Por quê?</p> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin: 5px 0;"/> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin: 5px 0;"/> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin: 5px 0;"/>
<p>4. Você conhece a Banda da Escola (Nome da Escola Regular)?</p> <p>() Sim () Não</p> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin: 5px 0;"/> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin: 5px 0;"/>
<p>5. Você gostaria de tocar na Banda da Escola (Nome da Escola Regular)?</p> <p>() Sim () Não</p>

Por quê? _____ _____
6. Você conhece um Trompete? () Sim () Não
7. Você conhece um Trombone? () Sim () Não
8. Você já ouviu o som de um Trompete? () Sim () Não
9. Você já ouviu o som de um Trombone? () Sim () Não
10. Você conhece alguém que estuda na Escola (Nome da Escola Regular)? () Sim () Não
11. Você conhece alguém que toca na Banda da Escola (Nome da Escola Regular)? () Sim () Não
12. Você já estudou ou participou de atividades de outra escola? Você gostou de estudar ou participar de atividades de outra escola? () Sim () Não Se sim, qual escola? _____ _____ _____ _____ Se gostou de estudar ou participar de atividades de outra escola, por quê? _____ _____

APÊNDICE 5

Entrevista Estruturada Direcionada aos Alunos da Escola Regular Participantes do Estudo Piloto: Aplicada aos Alunos da Escola Regular para o Estudo Piloto.

Nome:	
Escola:	
Série:	Idade:
<p>1. Sempre participa da Banda da sua Escola? () Sim () Não</p> <p>Se não, por quê?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	
<p>2. Você gosta de Participar da Banda? () Sim () Não</p> <p>Por quê?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	
<p>3. Na sua Escola você conhece algum aluno com deficiência? Você tem algum colega com deficiência na Escola? () Sim () Não</p>	
<p>4. Você sabe o que é Deficiência Intelectual? () Sim () Não</p>	
<p>5. Você acha que um aluno com Deficiência Intelectual pode tocar na Banda Marcial junto com você? () Sim () Não</p> <p>Por quê?</p> <p>_____</p>	
<p>6. Você conhece alguma Banda formada por pessoas com deficiência? () Sim () Não</p> <p>Se sim, Qual?</p>	

<hr/> <hr/> <hr/>
<p>7. Você gostaria de participar de uma Banda na qual alunos com Deficiência poderiam participar junto com alunos sem deficiência? () Sim () Não</p> <p>Por quê?</p> <hr/> <hr/> <hr/>
<p>8. Qual Instrumento você toca na Banda Marcial?</p>
<p>9. Você acha que um aluno com Deficiência Intelectual poderia aprender a tocar o seu instrumento musical? () Sim () Não</p> <p>Por quê?</p> <hr/> <hr/> <hr/>
<p>10. Você acha que você conseguiria ensinar o que você aprendeu sobre seu instrumento a um aluno com Deficiência Intelectual? () Sim () Não</p> <p>Por quê?</p>

APÊNDICE 6

Entrevista Estruturada Direcionada aos Regentes de Bandas Participantes do Estudo Piloto: Aplicada aos Regentes de Bandas, Participantes do Estudo Piloto.

Nome:
Nível Instrucional:
Cargo:
Tempo de trabalho na Instituição:
<p>1. Quando foi fundada a Banda da Escola (Nome da Escola)?</p>
<p>2. Qual é a importância dos desfiles cívicos para as Bandas ou Fanfarras Escolares?</p>
<p>3. Qual é a importância dos campeonatos e concursos para as Bandas Estudantis que participam dessas competições?</p>
<p>4. Em sua opinião, você acredita que um jovem com Deficiência Intelectual de uma Escola Especial poderia participar de um desfile cívico juntamente com uma Banda Escolar ou Fanfarra de uma Escola Regular? Por quê?</p>
<p>5. Em sua opinião, você acredita que um jovem com Deficiência Intelectual poderia participar de um concurso ou campeonato juntamente com uma Banda Estudantil entre jovens sem deficiência? Por quê?</p>

APÊNDICE 7

Entrevista Estruturada Direcionada aos Alunos Participantes da Pesquisa da Instituição Especializada: Aplicada aos Alunos da Escola Especial, Pré-Intervenção.

Nome:
Idade:
Ano de Ingresso na Escola:
Sabe Escrever o Nome:
Sabe Ler:
<p style="text-align: center;">1. Qual Instrumento você toca na Banda da Escola (Escola Especial)?</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
<p style="text-align: center;">2. Você gosta de participar da Banda da Escola (Escola Especial)?</p> <p>() Sim () Não</p> <p>Por quê?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
<p style="text-align: center;">3. Você gostaria de participar de uma Banda de outra Escola?</p> <p>() Sim () Não</p> <p>Por quê?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
<p style="text-align: center;">4. Você conhece a Banda da Escola (Nome da Escola Regular)?</p> <p>() Sim () Não</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
<p style="text-align: center;">5. Você gostaria de tocar na Banda da Escola (Nome da Escola Regular)?</p> <p>() Sim () Não</p> <p>Por quê?</p> <p>_____</p> <p>_____</p>

6. Você conhece alguém que estuda na Escola (Nome da Escola Regular)?

() Sim () Não

7. Você conhece alguém que toca na Banda da Escola (Nome da Escola Regular)?

() Sim () Não

8. Você já estudou ou participou de atividades de outra escola? Você gostou de estudar ou participar de atividades de outra escola?

() Sim () Não

Se sim, qual escola?

Se gostou de estudar ou participar de atividades de outra escola, por quê?

APÊNDICE 8

Entrevista Estruturada direcionada aos alunos participantes da pesquisa da Escola Especial: Aplicada aos Alunos da Escola Especial, Pós-Intervenção.

Nome:
Idade:
Ano de Ingresso na Escola:
Sabe Escrever o Nome:
Sabe Ler:
<p style="text-align: center;">1. Qual Instrumento você toca na Banda da Escola (Escola Especial)?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
<p style="text-align: center;">2. Você gosta de participar da Banda da Escola (Escola Especial)?</p> <p>() Sim () Não</p> <p>Por quê?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
<p style="text-align: center;">3. Você gostou de participar de uma Banda de outra Escola?</p> <p>() Sim () Não</p> <p>Por quê?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
<p style="text-align: center;">4. Você conhece a Banda da Escola (Nome da Escola Regular)?</p> <p>() Sim () Não</p>
<p style="text-align: center;">5. Você gostou de tocar na Banda da Escola (Nome da Escola Regular)?</p> <p>() Sim () Não</p> <p>Por quê?</p>

6. Você conhece alguém que estuda na Escola (Nome da Escola Regular)?

() Sim () Não

7. Você conhece alguém que toca na Banda da Escola (Nome da Escola Regular)?

() Sim () Não

8. Você já estudou ou participou de atividades de outra escola? Você gostou de estudar ou participar de atividades de outra escola?

() Sim () Não

Se sim, qual escola?

Se gostou de estudar ou participar de atividades de outra escola, por quê?

APÊNDICE 9

Entrevista Estruturada Direcionada aos Alunos Participantes da Pesquisa da Escola Regular: Aplicado aos Alunos da Escola Regular, Pré-Intervenção.

Nome:	
Escola:	
Série:	Idade:
<p>1. Sempre participa da Banda da sua Escola?</p> <p>() Sim () Não</p> <p>Se não, por quê?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	
<p>2. Você gosta de Participar da Banda?</p> <p>() Sim () Não</p> <p>Por quê?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	
<p>3. Na sua Escola você conhece algum aluno com deficiência? Você tem algum colega com deficiência na Escola?</p> <p>() Sim () Não</p>	
<p>4. Você sabe o que é Deficiência Intelectual?</p> <p>() Sim () Não</p>	
<p>5. Você acha que um aluno com Deficiência Intelectual pode tocar na Banda Marcial junto com você?</p> <p>() Sim () Não</p>	

<p>Por quê?</p> <hr/> <hr/> <hr/>
<p>6. Você conhece alguma Banda formada por pessoas com deficiência?</p> <p>() Sim () Não</p> <p>Se sim, Qual?</p> <hr/> <hr/>
<p>7. Você gostaria de participar de uma Banda na qual alunos com Deficiência poderiam participar junto com alunos sem deficiência?</p> <p>() Sim () Não</p> <p>Por quê?</p> <hr/> <hr/> <hr/>
<p>8. Qual Instrumento você toca na Banda Marcial?</p>
<p>9. Você acha que um aluno com Deficiência Intelectual poderia aprender a tocar o seu instrumento musical?</p> <p>() Sim () Não</p> <p>Por quê?</p> <hr/>
<p>10. Você acha que você conseguiria ensinar o que você aprendeu sobre seu instrumento a um aluno com Deficiência Intelectual?</p> <p>() Sim () Não</p> <p>Por quê?</p>

APÊNDICE 10

Entrevista Estruturada Direcionada aos Alunos Participantes da Pesquisa da Escola Regular: Aplicado aos Alunos da Escola Regular, Pós-intervenção.

Nome:
Escola:
Série: Idade:
<p>1. Sempre participa da Banda da sua Escola?</p> <p>() Sim () Não</p> <p>Se não, por quê?</p> <hr/> <hr/> <hr/>
<p>2. Você gosta de Participar da Banda?</p> <p>() Sim () Não</p> <p>Por quê?</p> <hr/> <hr/> <hr/>
<p>3. Na sua Escola você conhece algum aluno com deficiência? Você tem algum colega com deficiência na Escola?</p> <p>() Sim () Não</p>
<p>4. Você sabe o que é Deficiência Intelectual?</p> <p>() Sim () Não</p>
<p>5. Você acha que um aluno com Deficiência Intelectual pode tocar na Banda Marcial junto com você?</p> <p>() Sim () Não</p> <p>Por quê?</p>

<hr/> <hr/> <hr/>
<p>6. Você conhece alguma Banda formada por pessoas com deficiência?</p> <p>() Sim () Não</p> <p>Se sim, Qual?</p> <hr/> <hr/>
<p>7. Você gostou de participar de uma Banda na qual alunos com Deficiência puderam participar junto com alunos sem deficiência?</p> <p>() Sim () Não</p> <p>Por quê?</p> <hr/> <hr/> <hr/>
<p>8. Qual Instrumento você toca na Banda Marcial?</p>
<p>9. Você acha que um aluno com Deficiência Intelectual poderia aprender a tocar o seu instrumento musical?</p> <p>() Sim () Não</p> <p>Por quê?</p> <hr/>
<p>10. Você acha que você conseguiria ensinar o que você aprendeu sobre seu instrumento a um aluno com Deficiência Intelectual?</p> <p>() Sim () Não</p> <p>Por quê?</p> <hr/>

APENDICE 11

Entrevista Estruturada Direcionada ao Regente de Banda: Aplicada ao Regente de Banda, Pré-intervenção.

Nome:
Nível Instrucional:
Cargo:
Tempo de trabalho na Instituição:
1. Quando foi fundada a Banda da Escola (Nome da Escola)?
2. Qual é a importância dos desfiles cívicos para as Bandas ou Fanfarras Escolares?
3. Qual é a importância dos campeonatos e concursos para as Bandas Estudantis que participam dessas competições?
4. Em sua opinião, você acredita que um jovem com Deficiência Intelectual de uma Escola Especial poderia participar de um desfile cívico juntamente com uma Banda Escolar ou Fanfarra de uma Escola Regular? Por quê?
5. Em sua opinião, você acredita que um jovem com Deficiência Intelectual poderia participar de um concurso ou campeonato juntamente com uma Banda Estudantil entre jovens sem deficiência? Por quê?

APÊNDICE 12

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TECLE aos pais dos alunos da escola especial

Os alunos da escola especial estão sendo convidados a participarem do seguinte projeto de pesquisa: Jovens com Deficiência Intelectual em Bandas Marciais Escolares: Valorização da Diversidade. Portanto, o pesquisador solicita aos pais ou responsáveis a autorização para essa participação. É importante lembrar que a participação do seu filho não será obrigatória e a qualquer momento poderá desistir de participar e retirar o consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição onde trabalha ou com a instituição proponente; a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR).

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a participação de jovens com deficiência intelectual de uma banda de percussão de uma escola especial em ensaios e apresentações públicas de uma banda marcial de uma escola de ensino regular e constatar se essa eventualidade pode se oferecer como um acontecimento motivador para a valorização da diversidade na escola.

Para isto, será necessário organizar uma banda marcial escolar composta de alunos de uma instituição especializada e de alunos de uma escola regular.

O procedimento poderá causar possíveis riscos aos participantes. Esses riscos serão descritos abaixo, assim como as medidas de proteção e minimização dos mesmos.

Os riscos poderão estar relacionados em: 1) Os alunos com Deficiência Intelectual podem se sentir desprezados pelos alunos sem deficiência; 2) Os alunos entrevistados podem se sentir tímidos na presença do pesquisador diante da situação de entrevista não estruturada; 3) Os alunos entrevistados podem se sentir acanhados na presença de um gravador em situação de entrevista não estruturada; 4) Os alunos entrevistados podem retrair-se na situação de entrevista não estruturada; 5) Todos os alunos envolvidos podem se sentir tímidos com a presença do pesquisador na situação de observador participante no ambiente pesquisado.

Para minimizar estes riscos, será realizada pelo pesquisador a apresentação entre todos os envolvidos, para que os alunos da escola especial se sintam familiarizados com todos e, diante da situação de entrevista não estruturada e da observação participante, o pesquisador deverá procurar ter um bom relacionamento com todos os participantes envolvidos. Quanto ao gravador, o pesquisador esclarecerá aos entrevistados sobre sua importância e que a única finalidade de se existir um gravador na entrevista é para exclusivamente obter dados em relação ao projeto proposto.

Informo que a participação de seu filho não acarretará gastos financeiros. Caso haja detecção da potencialidade de qualquer tipo de risco aos participantes, o ensaio será interrompido imediatamente.

A participação de seu filho auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando mais informações e discussões que podem favorecer reflexões para a área da Educação Especial e especificamente na organização de bandas marciais escolares compostas de alunos com e sem deficiência.

O pesquisador assegurará manter sigilo dos alunos da escola, assim como dos dados coletados.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos-SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@power.ufscar.br.

Eu, _____, declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da participação de meu filho na pesquisa e concordo que ele participe.

Local, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Participante de Pesquisa

Frederico Antonio Dervão Jovini

Pesquisador responsável pelo projeto

Programa de Pós Graduação em Educação Especial

Universidade Federal de São Carlos

Rod. Washington Luís, Km 235, - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP

– Brasil.

APÊNDICE 13

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TECLE aos pais dos alunos da escola regular menores de idade

Os alunos da escola do ensino regular estão sendo convidados a participarem da seguinte pesquisa: Jovens com Deficiência Intelectual em Bandas Marciais Escolares: Valorização da Diversidade. Portanto, o pesquisador solicita aos pais ou responsáveis a autorização para essa participação. É importante lembrar que a participação do seu filho não será obrigatória e a qualquer momento poderá desistir de participar e retirar o consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição onde trabalha e com a instituição proponente; a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR).

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a participação de jovens com deficiência intelectual de uma banda de percussão de uma escola especial em ensaios e apresentações públicas de uma banda marcial de uma escola de ensino regular e constatar se essa eventualidade pode se oferecer como um acontecimento motivador para a valorização da diversidade na escola.

Para isto, será necessário organizar uma banda marcial escolar composta de alunos de uma escola especial e de alunos de uma escola regular.

O procedimento poderá causar possíveis riscos aos participantes. Esses riscos serão descritos abaixo, assim como as medidas de proteção e minimização dos mesmos.

Os riscos podem estar relacionados com; 1) Ao responder ao questionários os alunos podem se sentir especulados; 2) Todos os alunos envolvidos podem se sentir tímidos com a presença do pesquisador na situação de observador participante no ambiente pesquisado.

Para amenizar esses riscos, o pesquisador proporcionará um bom relacionamento com os participantes da pesquisa no ambiente pesquisado e, no caso do questionário proposto, as questões deste serão apenas perguntas relacionadas com o projeto em questão. A finalidade do questionário consiste apenas na obtenção de dados para fins científicos.

Informo que a participação de seu filho não acarretará gastos financeiros. Caso haja detecção da potencialidade de qualquer tipo de risco aos participantes, o ensaio será interrompido imediatamente.

A participação de seu filho auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando mais informações e discussões que podem favorecer reflexões para a área da Educação Especial e especificamente na organização de bandas marciais escolares compostas de alunos com e sem deficiência.

O pesquisador assegurará manter sigilo dos alunos da escola, assim como dos dados coletados.

Você receberá uma cópia deste termo em que consta o telefone dos pesquisadores envolvidos, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos-SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@power.ufscar.br.

Eu, _____, declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da participação de meu filho na pesquisa e concordo que ele participe.

Local, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Participante de Pesquisa

Frederico Antonio Dervão Jovini

Pesquisador responsável pelo projeto

Programa de Pós Graduação em Educação Especial

Universidade Federal de São Carlos

Rod. Washington Luís, Km 235, - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP

– Brasil.

APÊNDICE 14

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TECLE aos alunos da escola regular maiores de idade

Os alunos da escola do ensino regular estão sendo convidados a participarem do seguinte projeto de pesquisa: Jovens com Deficiência Intelectual em Bandas Marciais Escolares: Valorização da Diversidade. É importante lembrar que a participação não será obrigatória e a qualquer momento poderá desistir de participar e retirar o consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição onde trabalha ou com a instituição proponente; a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR).

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a participação de jovens com deficiência intelectual de uma banda de percussão de uma escola especial em ensaios e apresentações públicas de uma banda marcial de uma escola de ensino regular e constatar se essa eventualidade pode se oferecer como um acontecimento motivador para a valorização da diversidade na escola.

Para isto, será necessário organizar uma banda marcial escolar composta de alunos de uma escola especial e de alunos de uma escola regular.

O procedimento poderá causar possíveis riscos aos participantes. Esses riscos serão descritos abaixo, assim como as medidas de proteção e minimização dos mesmos.

Os riscos poderão estar relacionados em: 1) Os alunos com Deficiência Intelectual podem se sentir desprezados pelos alunos sem deficiência; 2) Os alunos entrevistados podem se sentir tímidos na presença do pesquisador diante da situação de entrevista não estruturada; 3) Os alunos entrevistados podem se sentir acanhados na presença de um gravador em situação de entrevista não estruturada; 4) Os alunos entrevistados podem retrair-se na situação de entrevista não estruturada; 5) Todos os alunos envolvidos podem se sentir tímidos com a presença do pesquisador na situação de observador participante no ambiente pesquisado.

Para minimizar estes riscos, será realizada pelo pesquisador a apresentação entre todos os envolvidos, para que os alunos da escola especial se sintam familiarizados com todos e, diante da situação de entrevista não estruturada e da observação participante, o pesquisador deverá procurar ter um bom relacionamento com todos os participantes envolvidos. Quanto ao gravador, o pesquisador esclarecerá aos entrevistados sobre a importância deste e que a única finalidade de se existir um gravador na entrevista é para exclusivamente obter dados em relação ao projeto proposto.

Informo que sua participação não acarretará gastos financeiros. Caso haja detecção da potencialidade de qualquer tipo de risco aos participantes, o ensaio será interrompido imediatamente.

A sua participação auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando mais informações e discussões que podem favorecer reflexões para a área da Educação Especial e especificamente na organização de bandas marciais escolares compostas de alunos com e sem deficiência.

O pesquisador assegurará manter sigilo dos alunos da escola, assim como dos dados coletados.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos-SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@power.ufscar.br.

Eu, _____, declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Local, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Participante de Pesquisa

Frederico Antonio Dervão Jovini

Pesquisador responsável pelo projeto

Programa de Pós Graduação em Educação Especial

Universidade Federal de São Carlos

Rod. Washington Luís, Km 235, - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP

– Brasil.

APÊNDICE 15

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TECLE ao(s) regente(s) de banda(s)

O regente da Banda Marcial dessa escola do ensino regular está sendo convidados a participar do seguinte projeto de pesquisa: Jovens com Deficiência Intelectual em Bandas Marciais Escolares: Valorização da Diversidade. Portanto, o pesquisador solicita a autorização para essa participação. É importante lembrar que sua participação não será obrigatória e a qualquer momento poderá desistir de participar. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição onde trabalha e com a instituição proponente; a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR).

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a participação de jovens com deficiência intelectual de uma banda de percussão de uma escola especial em ensaios e apresentações públicas de uma banda marcial de uma escola de ensino regular e constatar se essa eventualidade pode se oferecer como um acontecimento motivador para a valorização da diversidade na escola.

Para isto, será necessário organizar uma banda marcial escolar composta de alunos de uma escola especial e de alunos de uma escola regular.

O procedimento poderá causar possíveis riscos aos participantes. Esses riscos serão descritos abaixo, assim como as medidas de proteção e minimização dos mesmos.

Os riscos podem estar relacionados ao questionário que, ao respondê-lo, os participantes poderão se sentir especulados, e também à presença do pesquisador na situação de observador participante no ambiente pesquisado, que ao se deparar com tal presença os participantes podem se sentir tímidos.

Para amenizar esses riscos, o pesquisador proporcionará um bom relacionamento com os participantes da pesquisa no ambiente pesquisado e, no caso do questionário proposto, as questões deste serão apenas perguntas relacionadas com o projeto em questão. A finalidade do questionário consiste apenas na obtenção de dados para fins científicos.

Informo que sua participação não acarretará gastos financeiros. Caso haja detecção da potencialidade de qualquer tipo de risco aos participantes, o ensaio será interrompido imediatamente.

A sua participação auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando mais informações e discussões que podem favorecer reflexões para a área da Educação Especial e especificamente na organização de bandas marciais escolares compostas de alunos com e sem deficiência.

O pesquisador assegurará manter sigilo dos alunos da escola, dos auxiliares, do regente assim como dos dados coletados.

Você receberá uma cópia deste termo em que consta o telefone dos pesquisadores envolvidos, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Qualquer gasto eventual por parte do maestro ou dos auxiliares para o desenvolvimento da pesquisa será ressarcido.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos-SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@power.ufscar.br.

Eu, _____, declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Local, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Participante de Pesquisa

Frederico Antonio Dervão Jovini

Pesquisador responsável pelo projeto

Programa de Pós Graduação em Educação Especial

Universidade Federal de São Carlos

Rod. Washington Luís, Km 235, - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP

– Brasil.